

EDITAL - TOMADA DE PREÇOS Nº - 23.06.11/TP

A Secretaria de Educação Básica torna público, para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapipoca, devidamente nomeada pela Portaria Nº 738/2023, de 05 de maio de 2023, realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, na data e horário informados abaixo, visando **REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO – SEDE URBANA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas às disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/93 de 21.06.93, e suas alterações posteriores.

HORA, DATA E LOCAL

Os envelopes opacos contendo os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais deverão estar lacrados e poderão ser entregues pessoalmente ou via postal, na sede da CPL, a partir da Publicação do Aviso de Licitação ou na sessão Pública marcada para às **10:00HORAS do DIA 04 de setembro de 2023**, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação localizada Av - Anastácio Braga, antigo hotel municipal, Nº 195, São Sebastião, Itapipoca/CE. - Telefones: (88) 3631-5950.

GLOSSÁRIO:

Sempre que as palavras ou siglas indicadas abaixo aparecerem neste Edital, ou em qualquer de seus anexos, terão os seguintes significados:

CPL: Comissão Permanente de Licitação;

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CONTRATADA: Empresa vencedora desta licitação em favor da qual for adjudicado o objeto;

EPP/ME – Empresa de Pequeno Porte/Microempresa.

LICITANTE/PROPONENTE: Empresa que apresenta proposta para o certame.

CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo.



1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação do tipo menor preço a **REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO – SEDE URBANA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA**, conforme **ANEXO I – PROJETO BÁSICO**, partes integrantes do Edital, independente de transcrição, em **Regime de Empreitada por Preço Global**.

1.2. Os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS, e, em obediência aos Projetos e as Especificações Técnicas e as Normas Vigentes.

2. DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

2.1. O valor estimado para a execução do objeto é de **RS 1.208.208,52 (hum milhão, duzentos e oito mil, duzentos e oito reais e cinquenta e dois centavos)**.

2.2. O objeto dessa Tomada de Preços será pago com as seguintes dotações orçamentárias descritas abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA
0601.12.361.0604.1.002	1540.0000000 (FUNDEB 30%) 1542.0000000 – 30% COMPLEMENTAÇÃO VAAT)	4.4.90.51.00

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar desta TOMADA DE PREÇOS todo e qualquer empresário individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que seja especializada no ramo do objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do presente Instrumento Convocatório, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados, partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

3.2. Não será permitida a participação de CONSÓRCIOS de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3. Não poderão participar da presente licitação, empresas que sejam consideradas inidôneas ou suspensas para participar de licitação em qualquer órgão/entidade governamental ou que estejam em



recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.3.1. Será permitido a participação no certame a empresa em Recuperação Judicial, desde que comprove sua viabilidade econômico – financeira, com a apresentação do Plano de Recuperação Judicial homologado, nos termos do art. 58 da Lei no 11.101/2005.

3.4. É vedada a participação de empresas cujos representantes legais ou sócios sejam servidores públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública da Prefeitura Municipal, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, como LICITANTE, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, nos procedimentos licitatórios.

3.5. As licitantes deverão proceder, antes da elaboração das propostas, a verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, comunicando por escrito a CPL, até 05 (cinco) dias úteis antes da reunião de abertura da licitação, os erros, dúvidas ou omissões porventura observados. A não comunicação no prazo acima estabelecido implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, incorreções, omissões ou falhas.

3.6. A Licitante poderá adquirir o Edital gratuitamente em meio magnético na Comissão de Licitação ou pela internet no endereço ou www.tce.ce.gov.br. Caso a licitante opte pela aquisição do Edital em meio magnético deverá fornecer 01 (um) pen drive.

3.7. As respostas às consultas formuladas pelos Concorrentes a Comissão de Licitação, passarão a ser parte integrante do Edital e serão encaminhadas as empresas, e divulgadas através do site www.tce.ce.gov.br.

3.8. As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo devidamente Publicadas no Diário Oficial e divulgadas através do site www.tce.ce.gov.br, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via telefax ou e-mail reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

3.9. Descairá do direito de impugnar administrativamente o termo de Edital, qualquer cidadão que não o fizer até o quinto dia útil OU O LICITANTE QUE NÃO O FIZER ATÉ O SEGUNDO DIA ÚTIL que anteceder a sessão inaugural de entrega e recebimento dos envelopes de habilitação e propostas de preços, devendo ser protocolizada somente no **Setor de Licitação do Prefeitura Municipal**.



3.10. Caberá a Comissão de Licitação encaminhar as respostas às impugnações e os pedidos de esclarecimentos, antes da realização da sessão, para os interessados.

3.11. Será garantido as licitantes enquadradas como Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

3.12. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

3.13. É permitida a participação de empresa estrangeira, desde que:

3.13.1. No caso de empresas estrangeiras, as mesmas deverão ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.13.2. A empresa estrangeira deverá apresentar os documentos correspondentes do seu País de origem, no que couber, para substituir os relacionados para habilitação, desde que traduzidos para o português por tradutor juramentado.

3.13.3. Apresentar decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS COMERCIAIS

4.1. Os Documentos de Habilitação, em 01 (uma) via e as Propostas Comerciais, em 01 (uma) via, deverão ser entregues datilografados/digitados, contidos em envelopes opacos e lacrados com cola ou de forma tal que torne detectável qualquer intento de violação de seu conteúdo, estes trazendo na face o seguinte sobrescrito, respectivamente:

4.1.1. ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº _____
ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DA LICITANTE

4.1.2. ENVELOPE "B" - PROPOSTAS COMERCIAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº _____



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gostá



ENVELOPE "B" – PROPOSTAS COMERCIAIS
NOME DA LICITANTE

4.2. É obrigatória a assinatura de quem de direito da PROPONENTE na PROPOSTA COMERCIAL.

4.3. Os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. Para que haja a dispensa de reconhecimento de firma, o servidor da Administração, após confrontar a assinatura com aquela constante no documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do servidor, lavrará sua autenticidade no próprio documento. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

4.3.1. Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma LICITANTE, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma LICITANTE junto a COMISSÃO, sob pena de exclusão sumária das LICITANTES representadas.

4.4. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, válidos para matriz e todas as filiais. Caso a Empresa seja vencedora, o Contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A".

5.1. Os Documentos de Habilitação em 01(uma) via, deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório ou ainda, por servidor da administração.
- b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese de o documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua emissão.
- c) Rubricados e numerados sequencialmente, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato.

Rua Anastácio Braga Nº195 – São Sebastião
CEP: 62508-170 - Itapipoca - CE - Brasil
CNPJ: 07.623.077/0001-67 - CGF: 06.920.278-8

(88) 3631-5950
itapipoca@itapipoca.ce.gov.br
www.itapipoca.ce.gov.br



d) A eventual falta de numeração ou a numeração incorreta poderá ser suprida pelo representante da licitante na sessão de abertura dos documentos de habilitação.

5.2. Os Documentos de Habilitação consistirão de:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, ou **ÚLTIMO ADITIVO CONSOLIDADO** devidamente registrado, em se tratando de empresário individual e sociedades empresarias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de ata da assembleia que elegeu seus atuais Administradores. Em se tratando de sociedades simples, Ato Constitutivo acompanhado de prova da Diretoria em exercício.

5.2.1.2. Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de Itapipoca-CE.

5.2.1.3. Cédula de Identidade e CPF do sócio dirigente da empresa;

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.2.2.1. Prova de inscrição na:

a) Fazenda Federal (CNPJ).

b) Fazenda Estadual (CGF) ou documento comprobatório de isenção, emitido por órgão competente ou Fazenda Municipal.

5.2.2.2. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da LICITANTE:

a) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e a Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive o INSS.

b) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual deverá ser feita através da **Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos e não inscritos na Dívida Ativa Estadual**, ou, na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Estadual e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

c) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal deverá ser feita através da **Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos e não inscritos na Dívida Ativa Municipal**, ou, na



inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Municipal e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Município, emitida pela Procuradoria Geral do Município.

c.1) As empresas participantes desta licitação obedecerão ao que determina a legislação específica do MUNICIPIO, do domicílio da licitante.

5.2.2.3. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, através de **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal.

5.2.2.4. A comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá ser feita através da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**.

5.2.2.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta tenha alguma restrição.

5.2.2.5.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da CPL, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.2.2.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.2.2.5.1, implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a CONTRATANTE convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do Contrato.

5.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.2.3.1. Prova de inscrição ou registro da LICITANTE junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da localidade da sede da PROPONENTE.

5.2.3.2. A Qualificação Técnica da LICITANTE/PROponente será avaliada por meio da Capacidade Técnico-Operacional e Técnica Profissional, nas formas a seguir definidas:

5.2.3.2.1. Capacitação Técnico operacional da empresa: Comprovação de aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com

o objeto desta licitação, que será feita mediante a apresentação de Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido pelo CREA, por execução de obra ou serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto do edital, cujas parcelas mais relevantes são:

DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANTIDADE A SER APRESENTADA
Estrutura de aço em shed vão de 20m	496,35 m ²
Telha termoacustica trapezoidal inclinação 17,6%	496,35 m ²
Piso industrial natural esp=12mm, incl. polimento (interno)	640,57 m ²
Cerâmica esmaltada c/arg.cimento e areia até 10 x 10 cm (100cm ²)decorative para parede	331,20 m ²

5.2.3.2.2. Capacitação Técnico-profissional: Comprovação de que a empresa possui em quadro permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho competente, com apresentação da Prova de inscrição ou registro do Profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), cujo nome deverá constar na Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido pelo respectivo Conselho, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto do edital.

DESCRIÇÃO DOS ITENS
Estrutura de aço em shed vão de 20m
Telha termoacustica trapezoidal inclinação 17,6%
Piso industrial natural esp=12mm, incl. polimento (interno)
Cerâmica esmaltada c/arg.cimento e areia até 10 x 10 cm (100cm ²)decorative para parede

5.2.3.3. No caso do profissional de nível superior deverá constar na relação de responsáveis técnicos da empresa junto ao CREA ou CAU, o acervo do profissional será aceito, desde que ele demonstre ser pertencente ao quadro permanente:

5.2.3.3.1. Entende-se, para fins deste EDITAL, como pertencente ao quadro permanente:

- O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- Comprovação da participação societária, no caso de socio, através de cópia do Contrato Social.

c) Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

5.2.3.4. Não serão aceitos CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO ou ATESTADOS de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica.

5.2.3.5. Será(ao) inabilitada(s) a(s) empresa(s) onde o responsável técnico, detentor(es) da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, forneça(m) CAT(S) para mais de 01 (uma) licitante.

5.2.3.6. Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução do Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos a vistoria "in loco" pela Secretaria contratante, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

5.2.3.7. Relação nominal dos responsáveis técnicos de nível superior da Licitante, responsáveis pela execução dos serviços, com declaração assinada pelos mesmos, autorizando a indicação.

5.2.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

5.2.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, acompanhado dos termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente;

5.2.4.2. O índice que comprovará a boa situação da sociedade será o seguinte:

5.2.4.2.1 - A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo(s) Índice (s) de Índice de Endividamento (IE), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,20$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,10$$



Passivo Circulante

$IE = \text{Passivo circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \leq 0,90$

$\text{Ativo Circul.} + \text{Realizáv. a Longo Prazo} + \text{Ativo Perman}$

5.2.4.3. Certidão Negativa expedida pelo Cartório Distribuidor de Falência ou de Recuperação Judicial do local da sede da PROPONENTE, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento;

5.2.4.4. Certidão Simplificada e específica emitidas pela Junta Comercial do Estado.

5.2.4.5 - Apresentação de comprovante de GARANTIA DE PROPOSTA, equivalente a 1% (um por cento) do valor Estimado de pela Administração – **RS 16.634,40 (dezesesseis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)** na forma do Artigo 31 Inciso III e do Artigo 56 § 1º ambos da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

5.2.4.5.1 - A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia, ou por fiança bancária;

5.2.4.5.2 - Ao optar por caução em dinheiro, os interessados deverão realizar depósito bancário ou transferência bancária: Caixa Econômica / Agência 0748 / Conta Corrente 1.043-6.

5.2.4.5.3 - Caso a modalidade de garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão vir acompanhados de laudo de autenticidade e de laudo de valor atribuído aos títulos, com valores atualizados expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários do Banco Central do Brasil, há no máximo um ano, a ser contado do dia da abertura do certame.

5.2.4.5.4 - Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento no original fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

5.2.4.5.5 - Beneficiário: GOVERNO MUNICIPAL DE ITAPIPOCA-CE.

5.2.4.5.6 - Objeto: Garantia da participação na TOMADA DE PREÇOS nº. 23.06.11/TP.

5.2.4.6. Valor: 1% (um por cento) do valor estimado.

5.2.4.7 - Prazo de validade: 90 (noventa) dias.

5.2.4.8 - Caso a modalidade de garantia seja seguro garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data do recebimento dos envelopes;



5.2.4.9 - A liberação de qualquer das garantias somente será feita, para o(s) licitante(s) inabilitado(s), após concluída a fase de habilitação, e, para as demais, somente após o encerramento de todo o processo licitatório;

5.2.4.10 - A garantia da proposta poderá ser executada;

- a) se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma;
- b) se o licitante não firmar o contrato;
- c) se o licitante não fornecer a Garantia Contratual

5.2.5. OUTRAS EXIGÊNCIAS

5.2.5.1. Declaração da licitante, comprovando o fiel cumprimento das recomendações trazidas pelo art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesesseis) anos para trabalho de qualquer natureza, de acordo com o **ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**.

5.2.5.2 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

5.2.5.3 - Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

5.2.5.4 - Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos serviços a serem executados e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital;

5.2.5.5 - Tratando-se de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverá ser apresentada declaração visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06 e alterações, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido do **ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** deste Edital, assinado pelo titular ou representante legal da empresa, devidamente comprovado. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não apresentarem a declaração prevista, poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

5.3. A LICITANTE deverá fornecer, a título de informação, endereço, número de telefone, fax, e-mail e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.



6. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS - ENVELOPE "B"

6.1. As Propostas Comerciais em 01(uma) via, conterão, no mínimo:

6.1.1 CARTA - PROPOSTA PREÇO conforme ANEXO II - MODELO DE CARTA DE PROPOSTA COMERCIAL contendo: Nome da empresa proponente, endereço e número de inscrição no CNPJ.

6.1.2. Validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do primeiro dia útil seguinte, de abertura da licitação, de acordo com o Art. 110 e Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e alterações.

6.1.2.1. Fica o licitante ciente sobre a necessidade de manifestar-se acerca da concordância da prorrogação e revalidação da proposta, antes do vencimento da mesma, por igual e sucessivo período. A falta de manifestação libera o licitante, excluindo-o do certame licitatório.

6.1.2.2. Em situação em que a proposta vença antes da sessão pública de abertura da mesma a não prorrogação e revalidação por parte do licitante resulta em sua não abertura, passando a condição de inválida.

6.1.2.3. No caso da proposta vir a vencer após a abertura dos preços, a mesma deverá ser prorrogada e revalidada até a contratação, sob pena de exclusão do presente certame.

6.1.3. Preço global, expresso em Real.

6.1.4. Assinatura do representante legal.

6.1.5. Prazo de Execução do Serviço.

6.2. Acompanharão, obrigatoriamente, as Propostas Comerciais, como partes integrantes da mesma, os seguintes anexos, os quais deverão conter o nome da licitante, a assinatura e o título profissional do engenheiro que os elaborou, e o número da Carteira do CREA ou CAU desse profissional:

6.2.1. Planilha de Orçamento, contendo preços unitários e totais de todos os itens dos serviços constantes do ANEXO I - PROJETO BÁSICO – PLANILHA PREÇOS BÁSICOS.

6.2.2. Cronograma Físico - Financeiro compatível com a obra, de acordo com o ANEXO I - PROJETO BÁSICO – CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO.

6.2.3. Composição dos preços unitários propostos para cada item de serviço constante da planilha de preços básicos, conforme modelo do ANEXO I - PROJETO BÁSICO – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS – CPU.

6.2.3.1. Apresentar, as Composições de Preços Unitários, para cada serviço constante do orçamento apresentado, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade de cada serviço, quais sejam:



equipamentos, mão-de-obra (direta e indireta), totalização de encargos sociais, insumos, transportes, Benefício de Despesas Indiretas - BDI, totalização de impostos e taxas e quaisquer outros necessários a execução dos serviços, devendo o valor total da Composição de Preços Unitários de cada serviço ser igual ao valor proposto.

6.2.4. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI, constantes no ANEXO I - PROJETO BÁSICO.

6.2.5. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS, constantes no ANEXO I - PROJETO BÁSICO.

6.2.6. Proposta Comercial completa em meio magnético na extensão XLS (elaborada preferencialmente em EXCEL), com arredondamento de duas casas decimais, não sendo motivo de desclassificação a sua não apresentação.

6.2.7. Nas Composições de Preços Unitários deverão ser considerados os valores de mão de obra não inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.

6.3. Os tributos referentes ao Imposto de Renda – Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL não deverão integrar o cálculo do Benefício de Despesas Indiretas - BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente a CONTRATADA, não devendo ser repassados ao CONTRATANTE, como também os custos de mobilização e desmobilização de canteiro.

6.4. Os valores unitários da PLANILHA DE PREÇOS BÁSICOS, são considerados valores limites máximos (observado o disposto na alínea "f" do subitem 8.6). Assim cada LICITANTE/PROPONENTE deve observá-los quando da apresentação de sua Proposta Comercial.

6.5. Tendo em vista que a presente licitação trata de **Empreitada por Preço Global**, a PLANILHA DE PREÇOS BÁSICOS constantes no ANEXO I – PROJETO BÁSICO deverá ser seguido integralmente no tocante aos quantitativos e unidades de medida, sendo desclassificada a empresa que omiti-los, por qualquer razão, atentando para que o preço total da proposta da LICITANTE não seja superior ao estabelecido no subitem 2.1 deste Edital.

6.6. Correrão por conta da PROPONENTE vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

6.7. A LICITANTE deverá fornecer a ficha de dados da pessoa que irá assinar o Contrato, caso a empresa seja declarada vencedora deste certame. A ausência dessa ficha não a tornará desclassificada.



6.8. As PROPOSTAS COMERCIAIS deverão ser rubricadas e numeradas sequencialmente, da primeira a última folha, de modo a refletir seu número exato.

6.9. A eventual falta de numeração ou a numeração incorreta poderá ser suprida pelo representante da licitante na sessão de abertura das propostas.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1. Os trabalhos da sessão Pública para recebimento dos Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais obedecerão aos tramites estabelecidos nos subitens seguintes:

7.1.1. Na presença das PROPONENTES e demais pessoas que quiserem assistir a sessão, a COMISSAO recebera os envelopes devidamente lacrados, contendo os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais.

7.1.2. Para a boa condução dos trabalhos, cada LICITANTE deverá se fazer representar por, no máximo, 02 (duas) pessoas.

7.1.3. Os membros da COMISSAO e 02 (dois) representantes das LICITANTES, escolhidos dentre os presentes como representantes das PROPONENTES, rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e os lacres dos envelopes das Propostas Comerciais apresentados.

7.1.4. Recebidos os envelopes "A" – DOCUMENTOS DE HABILITACAO e "B" - PROPOSTAS COMERCIAIS, proceder-se-á a abertura daqueles referentes a documentação de habilitação.

7.1.5. A COMISSAO poderá, a seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados.

7.1.6. Proclamado o resultado da habilitação, e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal, a COMISSAO procedera a abertura das Propostas Comerciais das LICITANTES habilitadas.

7.1.7. A COMISSAO devolvera os envelopes de Propostas Comerciais as LICITANTES inabilitadas, se não houver recursos ou, se houver, após sua denegação.

7.1.7.1. A COMISSAO manterá sob sua guarda até o final desta licitação, os envelopes contendo as propostas comerciais das empresas inabilitadas, que não estiverem representadas legalmente na sessão em que foi proferido o resultado da habilitação/inabilitação. Transcorrido esse prazo sem que os citados envelopes tenham sido resgatados, estes serão expurgados pela COMISSAO.



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente



7.2. Após a entrega dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento, e nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações.

7.2.1. E facultado a COMISSAO, de ofício ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da licitação realizar diligencias, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.3. De cada sessão realizada será lavrada a respectiva ata circunstanciada, a qual será assinada pela COMISSAO e pelos representantes das LICITANTES.

7.4. O resultado de julgamento final da Licitação será comunicado na mesma sessão ou posteriormente através de notificação aos interessados.

7.5. Ocorrendo a inabilitação ou a desclassificação das propostas de todos licitantes, a Comissão, nos termos do art. 48, § 3o, da Lei no 8.666/93, poderá fixar aos participantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou novas propostas, escoimados das causas que os inabilitaram ou os desclassificaram.

7.6. Das decisões proferidas pela CPL, caberão recursos nos prazos e condições estabelecidos no art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, que deverão ser registrados no protocolo da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal.

7.7. Os recursos deverão ser dirigidos a Prefeitura Municipal, através da CPL, interpostos mediante petição datilografada/digitada, devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovara sua condição como tal.

7.8. Os recursos, em qualquer das fases da licitação, quando ocorrerem, serão interpostos e julgados com estrita observância da Lei das Licitações, nº 8.666/93, art. 109.

7.9. Os recursos deverão ser entregues a CPL no prazo legal, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. A responsabilidade pelas informações, pareceres técnicos, jurídicos e econômicos exarados na presente TOMADA DE PREÇOS e exclusiva da equipe técnica do Órgão/Entidade de onde a mesma se originaria.

8.2. A empresa deverá apresentar preços unitários iguais para os mesmos serviços. Caso a empresa apresente preços unitários diferentes, a Comissão considerara o menor valor dos preços.



A – AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”

8.3. A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências pertinentes a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica, Qualificação Econômica e Financeira e Qualificação Trabalhista.

8.4. Será habilitada a LICITANTE que apresentar na análise de balanço um valor maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos) para o Índice de Liquidez Geral (LG) especificado no subitem 5.2.4.1. O cálculo do Índice deverá ser feito com 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

8.5. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no ENVELOPE A, ou apresenta-los em desacordo com as exigências do presente Edital e ainda, serão inabilitadas, de forma superveniente, as ME ou EPP que não normalizarem a documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido no subitem 5.2.2.5.1. do EDITAL.

B – AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS – ENVELOPE “B”

8.6. Serão desclassificadas as Propostas Comerciais que apresentarem:

- a) Condições ilegais, omissões, erros e divergência ou conflito com as exigências deste Edital.
- b) Proposta em função da oferta de outro competidor na licitação.
- c) Preço unitário simbólico ou irrisório, havido assim como aquele incompatível com os preços praticados no mercado, conforme a Lei no 8.666/93 e suas alterações.
- d) Preço excessivo, assim entendido como aquele superior ao orçado, estabelecido no subitem 2.1 deste Edital;
- e) Preços globais inexequíveis na forma do Art. 48 da Lei das Licitações;
- f) Preços unitários superiores aos estimados pela CONTRATANTE.
 - f.1) Caso se verifique na proposta a ocorrência de itens com preços unitários superiores aos estimados pela CONTRATANTE, a licitante deverá apresentar relatório técnico circunstanciado justificando os preços unitários ofertados.
 - f.2) Caso as justificativas apresentadas pela LICITANTE não sejam acatadas pela Comissão de Licitação, a proposta da mesma será desclassificada.
- g) Propostas que não atendam ao subitem 6.2 do Edital.

8.7. Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos.



8.8. Nos casos de divergências entre as colunas discriminação dos serviços, unidades e quantidades constantes dos orçamentos apresentados pelos licitantes e aqueles constantes deste Edital, prevalecerão as discriminações dos serviços, unidades e quantidades do referido Anexo deste Edital, sujeitando-se a licitante a executar os serviços de acordo com as especificações e detalhamento constantes do instrumento convocatório, devendo a Comissão proceder o registro em ata das referidas correções.

8.9. Os erros de soma ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas Comerciais das PROPONENTES serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

8.10. A empresa deverá apresentar o mesmo preço unitário para serviços iguais. Caso a empresa apresente preços unitários diferentes, a Comissão fara a correção, considerando o menor dos preços unitários apresentados para os serviços iguais, não se constituindo, de forma alguma, motivo para desclassificação.

8.11. Havendo igualdade entre 2 (duas) ou mais propostas, o certame será decidido por sorteio, observado a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8.12. Será declarada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO**, entre as LICITANTES classificadas.

8.13. Caso a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, não seja ME ou EPP, a Comissão procederá de acordo com os subitens a seguir:

8.13.1. Fica assegurado, como critério de desempate o exercício do direito de preferência para as ME ou EPP, devendo a licitante estar presente na sessão Pública de divulgação da análise das propostas de preços, previamente marcada pela Comissão, para exercer mencionado direito.

8.13.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, depois de ordenadas as propostas de preços em ordem crescente dos preços ofertados.

8.13.3. Para efeito do disposto no subitem 8.13.1, ocorrendo empate, a Comissão procederá da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que obtiver a melhor classificação poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora no certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e, conseqüentemente, declarada vencedora do certame.



b) Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.13.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.13.2., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, que deverá ser registrada em ata.

8.13.5. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.13.6. Ocorrendo a situação prevista no subitem 8.13.3., a microempresa ou empresa de pequeno porte que obtiver a melhor classificação será convocada para apresentar nova proposta de preços após a solicitação da Comissão. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A adjudicação e a homologação desta licitação em favor da licitante classificada em primeiro lugar são da competência do titular da origem desta licitação.

9.2. O titular da origem desta licitação se reserva o direito de não homologar ou revogar a presente licitação por razões de interesse público devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

10. DO CONTRATO

10.1. O Município assinará o Contrato com o vencedor desta licitação, com a interveniência da unidade gestora responsável, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação expedida, sob pena de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.

10.2. A execução dos serviços pela empresa vencedora da licitação será feita mediante Contrato específico, segundo as condições da minuta do contrato, ficando esclarecido, desde já, que o MUNICÍPIO poderá introduzir nesta minuta os ajustes que se fizerem necessários para adequá-la a exigências legais supervenientes.

10.3. A assinatura do Contrato será feita na sede do MUNICÍPIO, onde o representante legal da empresa adjudicatária deverá comparecer no prazo e condições estabelecidas.

10.4. A recusa injustificada da vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retinar o instrumento



equivalente dentro do prazo estabelecido pelo órgão Contratante, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.5. É facultada à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com este Edital, ou revogar esta licitação.

10.6. O disposto no item 10.4. não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º, da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

10.7. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

10.8. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

10.9. O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.10. O prazo máximo para início da prestação dos serviços fica fixado em 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura da ordem de serviço.

10.11. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e Publicação, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos e limites estabelecidos no art. 57 da lei nº 8.666/93.

10.12. O Contrato sofrerá reajuste somente após decorridos 12 (doze) meses contados a partir da data de apresentação da proposta de preços da Contratada, obedecendo à legislação federal em vigor.

10.13. Ocorrerá revisão de preços na hipótese de ocorrências dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis durante a gestão contratual, bem como ocorra majoração legal de preços, devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico - financeiro do Contrato, cabendo ao Contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP- Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

10.14. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos em lei.



11. DOS PRAZOS

11.1. Os serviços serão realizados no **prazo de execução de 04 (quatro) meses**, contados da data da ordem de início dos serviços podendo ser prorrogado a faculdade de interesse da CONTRATANTE. O prazo máximo para o início dos serviços fica fixado em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data de recebimento da ordem de serviço emitida pelo o senhor Secretario de Infraestrutura, nos termos da Lei regente.

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura deste instrumento contratual, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993 e alterações, como condição de sua eficácia.

11.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/1993 e alterações.

11.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos ao CONTRATANTE, até 10 (dez) dias antes da data do termino do prazo contratual.

12. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

12.1. Os valores unitários poderão ser reajustados anualmente no mês da assinatura do Contrato, em consequência da variação dos elementos que o compõem:

12.2. Fica estabelecido que poderão ser revistos, por parte da administração, os parâmetros componentes da equação de reajustamento, tendo em conta as eventuais variações da participação dos insumos durante a execução dos serviços.

13. DA GARANTIA DO CONTRATO

13.1. A Contratada prestará garantia de execução em uma das modalidades previstas no parágrafo primeiro do Art. 56, da Lei nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do preço global, que lhe será devolvida em uma única parcela, quando do recebimento definitivo do objeto da licitação.

13.2. A CONTRATADA apresentará, após a assinatura do contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, apólices de seguro dos serviços (Seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil Geral), em favor da CONTRATANTE, com valor (importância segurada) e prazo de vigência, não inferiores aos do Contrato.

13.3. A CONTRATADA fica obrigada a manter a validade de Garantia de Seguro de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil Geral até a expedição, pela CONTRATANTE, do Termo de



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente



Recebimento Definitivo dos serviços.

13.4. Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a CONTRATADA apresentará garantia complementar, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do correspondente Termo Aditivo.

13.5. A garantia prestada visa afiançar o pleno cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações estipuladas neste Contrato:

- a) Ressarcir a CONTRATANTE de quaisquer prejuízos decorrentes de sua rescisão unilateral e injustificada; e
- b) Cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais ou, ainda, cobrir perdas e danos causados à CONTRATANTE.

13.6. Ocorrendo a rescisão unilateral e injustificada do Contrato, nos termos ajustados no item precedente, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada pela CONTRATADA e, após o competente processo administrativo, para apuração dos danos e prejuízos que sofreu, ressarcir-se-á do valor correspondente apurado, inclusive o pertinente a quaisquer multas aplicadas. Caso o valor da garantia prestada seja insuficiente para cobrir os danos, os prejuízos e as multas, a diferença será cobrada judicialmente.

13.7. Ressalvados os casos previstos no subitem precedente deste Contrato, a garantia será liberada até 60 (sessenta) dias após a data da emissão do "Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços", mediante requerimento da CONTRATADA e, desde que, cumpridas todas as obrigações contratuais.

13.8. A garantia, quando prestada em dinheiro, respeitadas as demais condições contratuais, será liberada e acrescida do valor correspondente à remuneração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata tempore, conforme dispõe o §4º, do art.56 da Lei Federal nº 8.666/1993.

13.9. Quando for oferecida pela CONTRATADA garantia sob a forma de seguro, a execução do mesmo estará vinculada aos atos praticados pela CONTRATADA, que lhe derem causa, cabendo à FISCALIZAÇÃO providenciar a notificação extrajudicial da CONTRATADA para cumprimento de suas obrigações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. No caso do não comparecimento da CONTRATADA para o adimplemento de suas obrigações, a notificação extrajudicial deverá ser enviada à seguradora juntamente com o pedido de pagamento da apólice.

13.10. Na garantia deverá estar exposto prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo



contratual.

13.11. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a licitante sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

13.12. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e encaminhamento da documentação tratada, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

14.2. A Contratante se reserva o direito de exigir do Contratado, em qualquer época, a Comprovação de quitação das obrigações fiscais e sociais.

14.3. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.4. Caso a execução do serviço tenha sido realizada conforme o contrato, devidamente atestado no corpo da Nota Fiscal pelo responsável, será devidamente encaminhada à secretaria competente. O pagamento será efetuado após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante.

14.5. O Pagamento será efetuado por meio de transferência eletrônica e mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente;

14.6. O Pagamento estará condicionado à apresentação de certidões de regularidade junto ao: Município, Estado, União, FGTS e Justiça do Trabalho.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

15.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

15.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;



15.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pela Unidade Administrativa emissora da Ordem de Fornecimento, após o protocolo da Fatura pelo(a) CONTRATADO(A).

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 - Na execução dos serviços serão atendidas com as normas e recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como Código de Obras do município;

16.2 - Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

16.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo (a) CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados ao (à) CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na prestação de serviço.

16.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviço, de acordo com os Arts.12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990)

16.5 - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, na prestação de serviço, desde que notificado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pelo ordenador de despesa, não serão considerados como inadimplemento contratual.

16.6 - Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante inerentes ao objeto da presente licitação;

16.7 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das entregas a que está obrigada;

16.8 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguro, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no objeto contratual.

16.9 - As obras e os serviços serão executados de acordo com as especificações fornecidas pela Planilha de Orçamentária, execução, em anexo, neste Termo de Referência e demais elementos anexos.

16.10 - A planilha constante no anexo constitui-se em estimativa de quantidades e custo e local aonde deverá ser realizado o serviço.





16.11 - Compete ao CONTRATADO realizar metuculoso estudo, verificação e comparação de todos os projetos apresentados, detalhes, especificações e demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pelo CONTRANTE para execução da obra.

16.12 - Quaisquer discrepâncias ou dúvidas com relação às normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis vigentes verificadas, deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, de forma a serem sanados os erros ou omissões que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos.

- Os projetos apresentados pela CONTRATANTE poderão, caso necessário, sofrer correções e complementações para melhor se adaptarem às situações existentes, não previstas durante a execução dos serviços, sempre com anuência da FISCALIZAÇÃO;

16.14 - Todo o material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de 1ª qualidade, sendo respeitadas as especificações técnicas referentes aos mesmos;

16.15 - De acordo com a legislação o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme limites estabelecidos pela administração que deverão ser estipulados na autorização de fornecimento.

16.16 - O Contratado deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida;

16.17 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para realização do serviço contratado, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

16.18 - Após a execução de todos os serviços descritos acima, deverá ser feita a retirada completa dos aparelhamentos, materiais não utilizados, dentre outros E EFETUADA UMA LIMPEZA GERAL DA OBRA E OS ACABAMENTOS PONTUAIS PARA O RECEBIMENTO DA OBRA;

16.19 - Demais itens e orientações, se encontram no Termo de Referência, Edital e demais orientações no Setor de Engenharia e Convênios da Secretaria de Educação Básica.

17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente



representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico.

17.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Rua Anastácio Braga Nº195 - São Sebastião
CEP: 62508-170 - Itapipoca - CE - Brasil
CNPI: 07.623.077/0001-67 - CGF: 06.920.278-8

(88) 3631-5950
itapipoca@itapipoca.ce.gov.br
www.itapipoca.ce.gov.br

17.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

17.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente

e para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.18A Gestão deste Contrato será exercida pelo(a) servidor(a) devidamente designado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.



17.19 - O(A) Responsável por fiscalizar e acompanhar o contrato será o(a) Sr. _____, inscrito no CPF nº _____

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A recusa injustificada do Adjudicatário em efetivar a contratação, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, equivale ao descumprimento total do Contrato, caso em que se sujeitará ao pagamento de indenização por perdas e danos, apurada em função do valor global do Contrato a ser firmado, incluída nesta a diferença a maior que o órgão ou entidade da qual se origina esta licitação será obrigado a desembolsar para obter a prestação, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor a ser indenizado.

18.2. A demora injustificada na execução da prestação contratual acarretará, de plano, a incidência da multa moratória prevista no contrato.

18.3. No caso de inadimplemento da prestação contratual, seja total ou parcial, além da multa estabelecida no instrumento contratual, o Contrato poderá ser rescindido, sujeitando-se, ainda, o Contratado, após o devido processo legal, às seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa, cumulativa com as demais sanções;

III. Suspensão temporária para participar em licitação e impedimento de contratar com o órgão ou entidade da qual se origina esta licitação, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV. Declaração de Inidoneidade.

18.3.1. A competência para imposição das sanções previstas no item anterior será do representante legal do Contratante.

18.3.2. Inidoneidade poderá ser declarada pelo titular do órgão ou entidade da qual se origina na licitação, nos casos previstos no item seguinte.

18.4. As sanções de suspensão ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a origem na licitação, poderão ser aplicadas ao Contratado que, em razão de Contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal:

I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração pública em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5. A reabilitação do Contratado só poderá ser promovida, mediante requerimento, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da aplicação da sanção, e desde que indenize o Município pelo efetivo prejuízo causado ao Erário Público quando a conduta faltosa, relativamente ao presente certame, repercutir prejudicialmente no âmbito da Administração Pública Municipal.

18.6. As sanções previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pelas autoridades competentes, assegurados ao Contratado ou ao Adjudicatário, o contraditório e ampla defesa, no seguintes prazos e condições:

- a) 05 (cinco) dias úteis nos casos de advertência e de suspensão;
- b) 10(dez) dias úteis da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar com o Município.

19. DA RESCISÃO

19.1. A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.2 A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos e numerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

19.3 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

19.4 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

20. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

20.1. A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta TOMADA DE PREÇOS.



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente



20.2. E reservado a ADMINISTRAÇÃO o direito de anular ou revogar esta licitação sem que tal ato gere qualquer indenização ao participante.

20.3 O andamento desta TOMADA DE PREÇOS, bem como todas as atas de julgamento de cada fase deste certame licitatório, estarão disponíveis para ciência dos licitantes, no site: www.tce.ce.gov.br.

20.4 As intimações serão feitas por meio de e-mail, via fax, publicações em Diário Oficial ou disponibilizadas no Andamento Diário das Licitações no site acima referido, valendo quaisquer das comunicações.

20.5. Os casos omissos e eventuais esclarecimentos adicionais a este Edital e seus ANEXOS, deverão ser dirigidos, por escrito, diretamente a Comissão de Licitação, no horário 08h00min às 12h00min, de 2ª a 6ª feira, ou e-mail licitacao@itapipoca.ce.gov.br, até 05 (cinco) dias uteis anteriores a data de entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas Comerciais.

Itapipoca-CE, 10 DE AGOSTO DE 2023



Heloilson Oliveira Barbosa

Secretário Executivo da Secretaria de Educação Básica



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 052/2023			
DESCRIÇÃO DO GASTO PÚBLICO	ORGÃO EMITENTE	TIPO: LICITAÇÃO	
Obras e Serviços de Engenharia	0601 Secretaria de Educação Básica	DATA: 01/08/2023	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	
0601.12.361.0604.1.002	1540.0000000 (FUNDEB 30%) 1542.0000000 – 30% COMPLEMENTAÇÃO VAAT)	4.4.90.51.00	
OBJETO DA DEMANDA DA DESPESA			
REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR – EEB JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE – SEDE URBANA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA.			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANTIDADE
DESCRIÇÃO EM ANEXO			
REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR – EEB JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE – SEDE URBANA, composta com PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DE CALCULO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, COMPOSIÇÃO DE BDI, E DEMAIS APÊNDICES PARA A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO.			
ORÇAMENTO GERAL DA OBRA: R\$ 730.200,25 (setecentos e trinta mil, duzentos reais e vinte e cinco centavos).			
OBRIGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO: Deverão ser realizadas 03 (três) publicações em jornais de Grande circulação no Estado, D.O.E (Diário Oficial do Estado) e D.O.U. (Diário Oficial da União).			
ORDENADOR DE DESPESAS: Heloilson Oliveira Barbosa			
JUSTIFICATIVA DA DESPESA			
A educação é um dos pilares de sustentação da sociedade. Um País, um Estado, e um Município que investe na educação de seus cidadãos, estão preparados para que possa no futuro próximo contribuir para melhorar os seus índices de desenvolvimento.			
As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem-estar das pessoas, das organizações e das sociedades. É nas escolas que a grande maioria das crianças e dos jovens aprendem uma diversidade de conhecimentos e competências que dificilmente poderão aprender noutros contextos. Por isso mesmo elas têm que desempenhar um papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos irreprensíveis.			
Como uma das metas para consolidar o compromisso e a responsabilidade para com o Ensino Público Municipal, a Secretaria de Educação Básica vem tomando iniciativas no sentido de ampliar a oferta da educação e poder responder à crescente procura nos últimos anos. No ano de 2021 a Educação do			



município de Itapipoca implantou o Programa Moderniza Mais (Programa de Melhoria e Modernização de Prédios Escolares) como uma ação que visa ofertar um ambiente propício para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos matriculados na rede, bem como um ambiente onde professores e gestores desenvolvam seu trabalho no sentido garantir o processo de ensino e aprendizagem.

Outros fatores como, demanda por vagas e utilização de espaços danificados já justificam a necessidade da **REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR – EEB JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE – SEDE URBABA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA.**

Dessa forma, com brevíssima justificativa, e devidamente discriminada no projeto anexo, com cálculos baseados e referenciados por índices governamentais na tabela SEINFRA/ 27.1 e SEM DESONERAÇÃO, a gestão municipal visa a **"REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR – EEB JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE – SEDE URBABA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA"**.

CONSIDERAÇÕES

CONSIDERAÇÕES:

1. DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A):

1.1 Na execução dos serviços serão atendidas com as normas e recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como Código de Obras do município, e tem por objetivo a **REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR – EEB JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE – SEDE URBABA**, de acordo com os padrões de aceitação estabelecidos neste instrumento referencial. No transcorrer da execução devem ser observadas as especificações indicadas para cada item, respeitando os limites indicados no cronograma de desembolso mensal aprovado.

1.2 Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de **HABILITAÇÃO** e qualificação exigidas na licitação.

1.3 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo (a) **CONTRATANTE**, arcando com eventuais prejuízos causados ao (a) **CONTRATANTE** e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na prestação de serviço.

1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviço, de acordo com os Arts.12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990). Ficando sob sua responsabilidade os meios técnicos a ser implantados para respeitar os regulamentos em vigor, no que se referem às limitações dos prejuízos ambientais e à poluição dos cursos de água.

1.5 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, na prestação de serviço, desde que notificado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pelo ordenador de despesa, não serão considerados como inadimplemento contratual.

1.6 Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante inerentes ao objeto da presente licitação;



1.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das entregas a que está obrigada;

1.8 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguro, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no objeto contratual.

1.9 As obras e os serviços serão executados de acordo com as especificações fornecidas pela Planilha de Orçamentária, execução, em anexo, neste Termo de Referência e demais elementos anexos.

1.10 A planilha constante anexa constitui-se em estimativa de quantidades e custo e local a onde deverá ser realizado o serviço.

1.11 Compete ao CONTRATADO realizar metuculoso estudo, verificação e comparação de todos os projetos apresentados, detalhes, especificações e demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pelo CONTRANTE para execução da obra.

1.12 Quaisquer discrepâncias ou dúvidas com relação às normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis vigentes verificadas, deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, de forma a serem sanados os erros ou omissões que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos.

1.13 Os projetos apresentados pela CONTRATANTE poderão, caso necessário, sofrer correções e complementações para melhor se adaptarem às situações existentes, não previstas durante a execução dos serviços, sempre com anuência da FISCALIZAÇÃO;

1.14 Todo o material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de 1ª qualidade, sendo respeitadas as especificações técnicas referentes aos mesmos;

1.15 De acordo com a legislação o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme limites estabelecidos pela administração que deverão ser estipulados na autorização de fornecimento.

1.16 O Contratado deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida;

1.17 Quaisquer solicitação de prorrogação de prazo para realização do serviço contratado, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

1.18 Após a execução de todos os serviços descritos acima, deverá ser feita a retirada completa dos aparelhamentos, materiais não utilizados.

1.19 Demais itens e orientações se encontram no Termo de Referência, Edital e demais orientações no Setor de Engenharia e Convênios da Secretaria de Infraestrutura.

1.20 DAS LICENÇAS:

a) Providenciar a emissão de Licença Ambiental (TLA) de imediato após o recebimento da ordem de serviço com data que anteceda o início da execução dos serviços da obra. Licença expedida pelo Órgão Municipal competente, regulamentada pelos artigos 117 aos 124 da LEI 082/ 2021, SEÇÃO XI.



PREFEITURA DE ITAPIPOCA
Fls. 174
14

b) Providenciar a emissão de Licença de Obra (TLO) após o recebimento da ordem de serviço com data antecedente ao início de execução da obra. Licença expedida pelo setor competente da Secretaria de Infraestrutura desse município, regulamentada pelos artigos 109 e 110 da LEI 082/2021, SEÇÃO VII.

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

2.1 - Capacidade Técnica - Operacional

- a) Certidão de inscrição em nome do proponente expedida pela representação do Conselho Profissional respectivo, CAU ou CREA;
- b) Declaração de Responsabilidade Técnica, a empresa proponente deverá indicar um responsável técnico o qual se responsabilizará pela execução dos serviços e prestará à fiscalização da Secretaria de Infraestrutura, juntamente com o encarregado, todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento da frente de obra e tudo mais o que ela reputar como necessário ou útil ao trabalho contratado, não sendo permitido substituição do mesmo sem anuência expressa da municipalidade;
- c) Certidão em nome da proponente constando que o responsável técnico da empresa pertence ao quadro técnico da proponente, expedida pela representação do Conselho Profissional Respetivo, CAU ou CREA;
- d) Comprovação de inexistência de vínculo funcional, atestando não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- e) Declaração ou justificativa de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos f serem disponibilizados para a execução do objeto em tela (com comprovação de propriedade ou arrendamento no momento da assinatura do contrato);

2.2 - Capacidade Técnica – Operacional

- a) Certidão de inscrição em nome do profissional expedida pela representação do Conselho Profissional respectivo, CAU ou CREA;
- b) Atestado (s) e/ou declaração (s) em nome da profissional, expedida (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de no mínimo os serviços semelhantes complexidade tecnológica e operacional equivalente e quantidade dos serviços abaixo para cada item:

DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANTIDADE A SER APRESENTADA
Revestimento texturizado em paredes internas/externa c/rolo	1.558,02 m ²
Piso industrial natural esp= 12mm, inclus, polimento (interno)	211,94 m ²
Retelhamento c/telha cerâmica até 20% nova	411,45 m ²

O pedido de comprovação de áreas realizadas, devido a necessidade dos serviços transcorrerem sem retardos, como esta que requer capacidade de execução da empresa contratada;

- c) Comprovação de vínculo do profissional indicado pela proponente, conforme declaração da letra "d" através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA
FIS. 195

contrato social, sendo acompanhado de certidão de pessoa jurídica expedida pela representação do Conselho Profissional Respectivo, CAU ou CREA que comprovem o vínculo empregatício entre as partes responsável técnico e empresa.

d) Certidão em nome do profissional onde consta que o mesmo é responsável técnico da empresa proponente e encontra-se no quadro técnico da mesma, expedida pela representação do conselho profissional, CAU ou CREA;

3. RECURSOS DE PESSOAL/ MATERIAIS:

3.1 A empresa a ser CONTRATADA deverá disponibilizar de equipe técnica para execução da obra compatível com objeto licitado, sendo de sua inteira responsabilidade treinamento, qualificação e quantificação dos recursos de mão – de – obra, material e equipamentos necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências deste Termo de Referência. Destacamos ainda, que a empresa a ser CONTRATADA deverá manter seus colaboradores uniformizados em um só padrão, trazendo cada um, o seu respectivo crachá de identificação, nome, cargo e logomarca da empresa.

3.2 Caberá a CONTRATADA com o dever de fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) pertinentes a cada atividade, bem como garantir que seus funcionários e prestadores de serviços contratados utilizem corretamente os mesmos. Observando que os equipamentos de EPI devem estar em conformidade com as especificações da NR6.5.4.1, sendo este um encargo da CONTRATADA o custo desses equipamentos.

3.3 A CONTRATADA se obriga a disponibilizar na obra os equipamentos necessários à execução do cronograma físico, e à execução do plano de trabalho, onde a mesma deverá manter recursos mínimos de mão-de-obra especializada, supervisão técnica e administrativa necessária à execução dos serviços de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos de realização com a qualidade determinada pela CONTRATANTE.

3.4 A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer membro que justificadamente não tenha o desempenho profissional condizente com a obra.

3.5 Todos os materiais necessários aos serviços objeto deste Termo de Referência, serão adquiridos e fornecidos pela empresa, bem como a respectiva documentação fiscal para transporte, devendo ser de primeira qualidade e compatíveis com as normas da ABNT e padrões existentes. Os materiais serão encaminhados para os locais de execução dos serviços por conta da CONTRATADA, as despesas de carga, descarga, estocagem, guarda e movimento dentro do canteiro de obra (já informado anteriormente).

4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

4.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

Os serviços serão executados em consonância com os Projetos a serem fornecidos obedecendo as Normas e recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as





normas das concessionárias de serviços públicos locais tais como, ENEL, TELEMAR, CAGECE bem como o Código do Município de Itapipoca em vigor.

• A PLACA DA OBRA

Deverá ter as dimensões de (4,5x3,00) m executada em chapa de zinco com estrutura de fixação em madeira. Deverá ser fixada na obra, antes do início da mesma ou até 5 cinco dias após seu início, e obedecer aos padrões contidos na memória de cálculos.

• DEMOLIÇÃO E RETIRADA

Os serviços de demolição deverão ser iniciados pelas partes superiores da edificação, mediante o emprego de calhas. As partes a serem demolidas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo demolição. Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para os locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.

A demolição manual será executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais. Peças de grande porte de concreto, aço ou madeira poderão ser arreadas até o solo, por meio de guindaste, ou removidas através de calhas, desde que reduzidas a pequenos fragmentos. A demolição mecânica será executada com os equipamentos indicados para cada caso, segundo sempre as recomendações dos fabricantes.

As demolições definidas no projeto e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. O transporte dos materiais considerados inaproveitáveis, oriundos das demolições ou da limpeza do terreno deverão ser retirados do canteiro e transportados por veículos adequados, sob responsabilidade da CONTRATADA, até o seu destino final que será fornecido pela Prefeitura Municipal, obedecendo às orientações e normas da mesma. Os serviços serão executados em consonância com os Projetos a serem fornecidos obedecendo as Normas e recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as normas das concessionárias de serviços públicos locais tais como, ENEL, CAGECE e outros bem como o Código do Município de Itapipoca em vigor.

• LIMPEZA (RASPAGEM TERRENO)

Área a ser executado a limpeza do terreno disponível é de 13,00x32,00m sendo esta executada manual com ferramentas mecanizada, o material procedente desta limpeza deve ser removido e expurgado em local indicado pela fiscalização da prefeitura local.

• MOVIMENTO DE TERRA

As escavações manuais para infraestrutura deverão ser feitas com ferramentas manuais nas dimensões necessárias para se executarem sapatas e vigas baldrame, o conjunto de esgoto sanitário composto por uma fossa, um filtro e um sumidouro conforme especificado no projeto. Todas as valas devem ser



escavadas com dimensões de no mínimo 10cm a mais da especificada para os elementos estrutural a serem executados, para possibilitar a montagem das formas. O reaterro das valas de fundações deverão ser executados ou com o mesmo material reutilizado das escavações, após sua conclusão deverá ser compactado de forma manual ou mecânica (sapo), de forma que reduza ao máximo os vazios do solo, evitando possível recalque e/ou afundamentos do solo.

• FUNDAÇÕES

O fundo das valas das fundações deverá ser apiloado manualmente com maco (compactador manual) de 30 kg de acordo com o tipo de solo encontrado bem como a dimensão da área a ser compactada. Deverá ser executado no fundo das valas de fundações um lastro de brita, composto de brita 3 e 4, com 5cm de espessura, para reduzir o contato direto do concreto da fundação com o solo bem como aumentar a aderência do concreto das sapatas ao substrato.

• CONCRETO

O concreto deverá ser virado na obra, com resistência mínima de 25MPa, com agregado incluindo colocação, espalhamento e acabamento. A concretagem somente será efetuada após verificação e autorização da FISCALIZAÇÃO. Devem ser atendidos os seguintes itens:

- Deverá ser impermeável, a areia e brita utilizada não poderá provocar reações alcali-agregado com o cimento, nem conter materiais orgânicos, ou argilosos, e a utilização de aditivos só poderá ser feito se comprovadamente não atacarem o aço ou o concreto. A água a ser utilizada deverá ser de acordo com as normas vigentes, não podendo conter excesso de íons cloretos ou sulfatos;
- A dosagem (traço) do concreto, bem como a indicação da granulometria dos agregados, forma de vibração, etc., deverão ser especificados pela CONTRADA e verificados pela FISCALIZAÇÃO;
- O concreto será dosado racionalmente e preparado mecanicamente observando-se o tempo mínimo para mistura de 02 minutos, contados após o lançamento de todos os componentes na betoneira;
- A concretagem só poderá ser iniciada após a colocação previa de todas as tubulações e outros elementos exigidos pelos projetos anexos;
- Todo o concreto deverá receber cura cuidadosamente. As peças serão mantidas úmidas pelo prazo mínimo de 07 (sete) dias e não poderão, de maneira alguma, ficar expostas sem proteção adequada.



- De acordo com o Plano de Concretagem aprovado, será liberada após solicitação pela Contratada, e conferência pela FISCALIZAÇÃO das formas e ferragens e comprovada a disponibilidade, no Canteiro, do material necessário para concretar o volume previsto.
- As desformas deverão ser executadas nos prazos estabelecidos pelas Normas Brasileiras e cuidadosamente retiradas para não danificar as peças;
- Os eventuais retoques deverão ser executados com argamassa de cimento e areia na dosagem do concreto utilizado na peça, e devem ser executados imediatamente após a desforma.
- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Projeto elaborado de acordo com as seguintes normas técnicas:

- NBR6118:2014 - **Projeto de estruturas de concreto;**
- NBR 6120:1980 - **Cargas para o cálculo de estruturas de edificações;**
- NBR 6122:1996 - **Projeto e execução de fundações;**
- NBR 8681:2003 - **Ações e segurança nas estruturas.**

No que diz respeito a coeficientes de segurança e tensões admissíveis, foram observadas todas as prescrições da NBR-6118:2014.

Nenhum conjunto de elementos estruturais (vigas, pilares, lajes, etc.) poderá ser concretado sem prévia e minuciosa verificação pelo engenheiro responsável da CONTRATADA da perfeita disposição, dimensões, ligações e escoramentos das fôrmas e armaduras correspondentes, bem como sem prévio exame da correta colocação de canalizações elétricas, hidráulicas e outras que devam ficar embutidas na massa do concreto.

4.2 PAREDES E PAINÉIS E COBERTA

- **Paredes** A contratada deverá fornecer e executar parede de alvenaria de tijolo cerâmico com seis furos, com dimensão nominal de 9x19x19cm, de primeira qualidade. Poderão ser utilizados tijolos com dimensões especiais para atender as espessuras indicadas nos projetos, desde que tenham dimensões e especificações padronizadas pelas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas); O assentamento dos tijolos será com argamassa mista de cimento e areia peneirada, traço de 1:3. Serão apuradas e niveladas, com juntas uniformes.
- **A Cobertura** devida a precariedade, a CONTRATADA deverá retirar em sua totalidade e substituir telhas e madeiras quebradas existentes Irrecuperáveis. A estrutura deverá ser reparada em madeira de ótima qualidade, respeitando a inclinação do telhado e os espaçamentos de acordo com as especificações do fabricante da telha. As tesouras deverão serem reaproveitadas quando



possível, com substituição para as não reaproveitáveis e tesouras novas para os ambientes novos ou ampliados. Está coberta deverá receber rufos no encontro do telhado com a alvenaria das empenas estes deverão ser premoldado de concreto executados in loco. O cimentado da laje de cobertura deverão ter um caimento de 1% direcionadas para as descidas das águas pluviais.

4.3 REVESTIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO

> REVESTIMENTOS

Para todos os ambientes, sejam internos ou externos, os revestimentos estão especificadas no quadro de revestimentos do projeto arquitetônico. A superfície a revestir deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos ou resíduos orgânicos. As eflorescências visíveis decorrentes de sais solúveis em água (sulfato, cloretos, nitratos, etc.) impedem a aderência firme entre as camadas dos revestimentos. Por isso deverão ser eliminadas as eflorescências através de escovamento a seco, antes do início da aplicação do revestimento. A aplicação de cada nova camada de revestimento exigirá a umidificação da anterior.

> CHAPISCO

Toda a alvenaria a ser revestida será chapiscada depois de convenientemente limpa e umedecida.

O chapisco será executado com argamassa de cimento e areia sem peneirar, com traço de 1:3 e ter espessura máxima de 5mm.

Serão chapiscadas também todas as superfícies lisas de concreto, como lajes, pilares, vigas, vergas, contravergas e outros elementos da estrutura que ficarão em contato com a alvenaria, inclusive fundo de vigas.

> EMBOÇO

Emboço será executado com argamassa de cimento, e areia s/ peneirar, com traço de 1:6 e ter espessura máxima de 20mm.

O emboço de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e emboçados os espaços. Depois de sarrafeados, os emboços deverão apresentar-se regularizados e ásperos, para facilitar a aderência do **revestimento cerâmico**.

> REBOCO

A execução do reboco será executada sobre o emboço, com a superfície limpa e molhada com broxa. Antes de ser iniciado o reboco, dever-se-á verificar se os marcos, batentes e peitoris já se encontram perfeitamente colocados. O acabamento final deverá ser executado com desempenadeira revestida



com feltro, camurça ou borracha macia, estas áreas serão as extras cerâmicas ou sejam toda a demais área que não receber revestimento cerâmico.

➤ **IMPERMEABILIZAÇÃO**

Aplicação da impermeabilização dar se início nas fundações, seguidas nas paredes até uma altura de 0,50m após o chapisco. A finalidade desta é proteger a fundação e as alvenarias e evitar a subida da humidade nas paredes, a impermeabilização dos reservatório d' água tais como: cisterna e caixa d' água estes ambientes deverão receber um ante impermeabilizantes antes de sua aplicação definitiva. A laje de cobertura das passarelas por está ficar exposta ao sol deverá ser impermeabilizada com produto a base de membrana asfáltica.

4.4 PISO

➤ **CONTRAPISO**

Será executado sobre o solo devidamente compactado e um lastro de brita de 3cm, a CONTRADA deverá executar um contrapiso em concreto, com traço de 1:4 (cimento e areia), espessura de 5cm, desempenado, regularizado e sem função estrutural, para que não seja necessário a execução de uma camada de regularização acima do contrapiso é obrigatória a execução do mesmo em perfeito nível, sendo que este deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

➤ **PISO CERÂMICO**

O piso do sanitário infantil a CONTRATADA deverá fornecer e assentar pisos cerâmicos com dimensões 40x40cm ou 45x45cm, PEI 5, com cor e modelo a serem definidas pela Equipe Técnica da Prefeitura (CONTRATANTE) a CONTRADA deverá comprovar por meio de laudo técnico do fabricante o PEI do piso a ser instalado. O assentamento deverá ser feito com argamassa colante tipo ACII ou ACIII, com quantidade de aplicação conforme a especificação do fabricante. A aplicação da argamassa colante deverá ser feita com desempeno dentado metálico 8,0mm, sobre o contrapiso em forma circular, formando sulcos. É obrigatório o uso de martelo de borracha no auxílio do assentamento para evitar a danificação das peças cerâmicas. O rejuntamento deverá ser executado com argamassa industrializada tipo flexível, com espessura da junta de acordo com a especificação do fabricante do revestimento cerâmico, com cor a definir pela Equipe Técnica da Prefeitura (CONTRATANTE).

➤ **PISO EM ESTRUTURA DE CONCRETO**





CONCRETO este deverá ser virado na obra, com resistência mínima de 25MPa, com agregado incluindo colocação, espalhamento e acabamento. A concretagem somente será efetuada após verificação e autorização da FISCALIZAÇÃO. Devem ser atendidos os seguintes itens:

- Deverá ser impermeável, a areia e brita utilizada não poderá provocar reações álcali-agregado com o cimento, nem conter materiais orgânicos, ou argilosos, e a utilização de aditivos só poderá ser feita se comprovadamente não atacarem o aço ou o concreto. A água a ser utilizada deverá ser de acordo com as normas vigentes, não podendo conter excesso de ions cloretos ou sulfatos;
- O adensamento será obrigatoriamente mecânico, e deve ser dimensionado o número de vibradores conforme a volume e velocidade de concretagem, com a disponibilidade mínima de dois vibradores mecânicos de imersão na obra, com tamanho e posição compatíveis as peças a serem concretadas;
- Antes do lançamento do concreto as formas deverão ser perfeitamente limpas, molhadas e perfeitamente estanques, a fim de impedir a fuga da nata de cimento;
- As desformas deverão ser executadas nos prazos estabelecidos pelas Normas Brasileiras e cuidadosamente retiradas para não danificar as peças;
- Os eventuais retoques deverão ser executados com argamassa de cimento e areia na dosagem do concreto utilizado na peça, e devem ser executados imediatamente após a desforma.

➤ **CONTRAPISO**

Será executado sobre o solo devidamente compactado e um lastro de brita de 3cm, a CONTRADA deverá ser executar um contrapiso em concreto, com traço de 1:4 (cimento e areia), espessura de 3cm, desempenado, regularizado e sem função estrutural. Para não seja necessária a execução de uma camada de regularização acima do contrapiso é obrigatória a execução do mesmo em perfeito nível, dando os caimentos e/ou desníveis necessários para o piso quando houver, sendo que este deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

➤ **O PISO**

O piso das salas de aula e todos os demais compartimentos, menos o sanitário infantil deverão ser do **tipo industrial**, aplicado sobre o contrapiso em cimento polido e resinado. A CONTRADA deverá fornecer e assentar do fitamento para o funcionamento da dilatação a cada 1x1m (um por um) de distância e pós o agregado granítico, seguida o polimento, não antes de 48 horas de cura.



4.5 ESQUADRIAS, SOLEIRAS, PEITORIS E VIDROS

> Portas

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar portas em alumínio, com tipologia conforme especificado no projeto arquitetônico e orçamento anexo. A porta deverá ser entregue completa e em perfeito funcionamento, com todos os perfis necessários, batentes, guarnições, ferragens, vedações e acessórios. Todos os materiais utilizados deverão respeitar as indicações e detalhes do projeto, isentos de defeitos de fabricação.

> Janelas

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar janelas em alumínio e vidro temperado, com tipologia conforme especificado no projeto arquitetônico e orçamento anexo, com espessura de 6mm incolor, com ferragens na cor natural, as esquadrias serão instaladas através de marcos e contramarcos ou chumbadores de aço, rigidamente fixados na alvenaria ou concreto, de modo a assegurar a rigidez e estabilidade do conjunto, e adequadamente isolados do contato direto com as peças de alumínio por metalização ou pintura, conforme especificação para cada caso particular. Para a colocação da esquadria, deverá ser vedada toda a janela com silicone entre o marco e contramarcos. Utilizar silicone em cor igual à anodização. Todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento e acabamento da esquadria deverão receber anodização na cor da esquadria. Todas as partes móveis serão providas de pingadeiras ou dispositivos que garantam a perfeita estanqueidade do conjunto, impedindo a penetração de águas pluviais.

> Ferragens

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar todas as ferragens juntamente com os acessórios, incluindo buchas, parafusos e outros elementos de fixação das esquadrias.

As ferragens a serem instaladas nas esquadrias deverão obedecer às indicações e especificações do projeto quanto ao tipo, função e acabamento.

> Fechaduras

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar fechaduras de embutir com maçanetas do tipo alavanca, em alumínio e cilindro com chaves, em latão cromado. Nas demais portas deverão ser instaladas fechaduras de embutir com maçanetas do tipo alavanca, em alumínio e cilindro com chaves, em latão cromado.

> Dobradiças

De aço zincado com anéis reforçado, acabamento cromado. Colocar 3 (três) dobradiças em cada porta.



➤ **Soleiras**

A CONTRATADA deverá fornecer soleiras para todas as esquadrias, com pingadeira largura 2cm maior em cada lado das larguras das referidas esquadrias e/ou vãos e espessura igual.

Tanto as soleiras deverão serem instalados com argamassa industrializada tipo AC específica para este tipo de material e com aplicação de quantidade de acordo com a especificação do fabricante.

➤ **Peitoris ou pingadeiras**

A CONTRATADA deverá fornecer peitoris ou pingadeiras em granito conforme orçamento para todas as esquadrias, com espessura de 2 cm, comprimento igual ao vão da esquadria e inclinação de 1% em direção a extremidade externa da alvenaria.

Nos peitoris é obrigatória a execução de pingadeiras nos mesmos para evitar que escorra e manche a alvenaria.

4.6 PINTURA

A CONTRATADA deverá, antes de aplicar a tinta, preparar a superfície tornando-a limpa, seca, lisa, isenta de graxas, óleos, poeiras, ceras, resinas, sais solúveis e ferrugem, corrigindo-se a porosidade, quando exagerada. As superfícies de acabamento internas (paredes, tetos e forros) receberão acabamento em tinta base latex duas demãos em paredes internas s/ massa e as externas receberão acabamento em tinta latex duas demãos em paredes externas s/ massa (alvenarias). Antes da realização da pintura ou aplicação da textura é obrigatória a realização de um teste de coloração, utilizando a base com a cor selecionada pela FISCALIZAÇÃO. Deverá ser preparada uma amostra de cores com as dimensões mínimas de 0,50x1,00m no próprio local a que se destina, para aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Para a execução de qualquer tipo de pintura as superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas, serão protegidas quando perfeitamente secas e lixadas, cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas, igual cuidado deverá ser tomado entre demãos de tinta e de massa plástica, observando um intervalo mínimo de 48 horas após cada demão de massa, deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como vidros, ferragens de esquadrias e outras.

A CONTRATADA deverá fornecer e aplicar pintura na cor branco, (SELADOR) sobre superfície de reboco, com no mínimo duas demãos, conforme indicação no projeto.



Em todas as superfícies rebocadas, deverão ser verificadas eventuais trincas ou outras imperfeições visíveis, aplicando-se enchimento de massa, conforme o caso, e lixando-se levemente as áreas que não se encontrem bem niveladas e aprumadas. As superfícies deverão estar perfeitamente secas, sem gordura, para receber o acabamento, sendo que antes da aplicação da tinta deve-se aplicado uma demão de selador como base para receber a tinta.

4.7 INSTALAÇÃO HIDRAULICA

Todos os acessórios de ligação de água dos aparelhos sanitários deverão ser arrematados com canóplas de acabamento cromado. A tubulação e conexões deverão serem conforme especificações em orçamento e projeto.

LOUÇAS E METAIS

As bacias sanitárias deverão ser assentadas com respectivos acessórios de fixação fornecidos pelo fabricante e rejuntados com cimento branco.

Não serão tolerados quaisquer defeitos decorrentes de fabricação, transporte ou manuseio inadequado. Nos banheiros, deverão ser instalados lavatórios do tipo cuba suspensas e vasos sanitários com caixa acoplada PNE, padrão NBR 9050:2004, na cor branca, marca Deca, Incepa ou equivalente

OUTROS ELEMENTOS

- Cerca de fechamento, está deve ser construída sobre uma mureta no pátio em frente a quadra de esporte e do prédio escolar, (espaço do bicicletário), esse gradil deverá ser da cor branco neve.
- Muro de contorno em alvenaria, este deverá ser construído em todo o entorno da construção do prédio escolar, tendo este uma altura útil de $h=2,50m$. Sua pintura será em tinta hidrator conforme orientação da fiscalização, (prefeitura)
- Calçadas de proteção em alvenaria e concreto, esta será construída em todo o perímetro das salas novas e terá uma largura de piso de $0,50m$
- Conjunto de mastro para bandeira, sua construção deverá ser em alvenaria e concreto com uma fundação de tijolos cerâmico e seu piso e lastro de concreto sua dimensão será de $0,50 \times 1,50m$.
- Banco de madeira e estrutura de ferro, este será confeccionado nas seguintes dimensões, $0,40 \times 3,00m$. Suas especificações: 3 tábuas p/ o acento e 2 tábuas para o encosto, todas fixadas em barra de ferro sobre o perfil tubular, (peças móveis).
- Plantio de árvores ornamentais, estas serão plantadas nas áreas destinadas aos jardins conforme projeto de arquitetura e orientação da fiscalização da prefeitura. Sendo que seu plantio deverá ser feito após a adubação e preparo do terreno.



- Prateleiras pré-moldadas de concreto, este pré-moldado deverá ser feito in loco, sua localização será na despensa da cantina conforme projeto de arquitetura e deverá ter três módulos. A espessura da placa é de 5 cm e sua largura será de 40cm.
- Calçada externa do prédio escolar, esta será construída em alvenaria e com o piso em bloquetes pré-moldados com dimensões de 10x20x4cm, assentados sobre um colchão de areia compactado e sua altura será definida com sua execução in loco. A construção desta será em frente ao prédio escolar e quadra de esporte, sua largura é de 1,50m.

4.8 INSTALAÇÃO ELÉTRICA

➤ CRITÉRIOS DE DIMENSIONAMENTO

13.1.1 Capacidade de Condução
- Alimentação de Circuitos

- Sistema monofásico

$$I = \frac{\text{Potência (W)}}{220(V)}$$

- Sistema trifásico

$$I = \frac{\text{Potência (W)}}{380(V) \times \text{Raiz}(3)}$$

13.1.2 Queda de Tensão

$$\Delta U(\%) = \frac{L \cdot I_p \cdot a \cdot 100}{1000 \cdot U}$$

ONDE: L = Comprimento do Circuito (km)
 I_p = Corrente de Projeto (A)
U = Tensão de Fase (V)
a = Queda de Tensão Unitária (V/A km)
U% = Queda de Tensão Admissível -> 2%

➤ MEMORIAL DESCRITIVO

As instalações elétricas obedecerão aos respectivos projetos e deverão ainda ser observadas as exigências das normas da ENEL-CE, bem como seguir as normas de dimensionamento impostas pela NBR 5410:2004

Este memorial tem por objetivo descrever de forma clara os materiais utilizados, bem como as especificações técnicas para os serviços executados, utilizando-se de boas práticas de engenharia e seguindo as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da concessionária de energia local (ENEL-CE).

➤ NORMAS TÉCNICAS





NBR 11301 – ABNT – Cálculo da capacidade de condução de corrente de cabos isolados em regime permanente (fator de carga 100%) – Procedimento;

NBR/IEC 60947 - ABNT – Disjuntores de Baixa Tensão Industrial – Especificação;

NBR 8995-1 - ABNT – Iluminação em ambientes de trabalho-requisitos;

NBR 6148 – ABNT – Condutores isolados com isolação extrudada de cloreto de polivinila (PVC) para tensões até 750 V – Sem cobertura – Especificação;

NBR 6150 – ABNT – Eletroduto de PVC rígido – Especificação;

NBR 6151 – ABNT – Classificação de equipamentos elétricos e Eletrônicos quanto à proteção contra os choques elétricos – Classificação;

NBR 7285 – ABNT - Cabos de potência com isolação sólida extrudada de polietileno termofixo para tensões até 0,6/1,0 kV sem cobertura – Especificação;

NBR IEC 50 (826) – Vocabulário eletrotécnico internacional – Capítulo 826 instalações elétricas em edificações;

NBR 5410 – Instalações elétricas em baixa tensão;

NBR 13570 – Instalações elétricas em locais de afluência de público – Requisitos específicos;

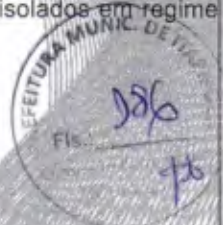
NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

Na inexistência destas ou em caráter suplementar, poderão ser adotadas outras normas de entidades reconhecidas internacionalmente, tais como:

ANSI - American National Standard Institute DIN - Deutsche Industrie Normen;

ASTM - American Society for Testing and Materials IEC – International Electrotechnical Commission ISA – Instrumental Standards Association.

Os projetos foram elaborados considerando a relação de normas acima, porém a Instaladora / construtora responsável pela execução dos serviços deve efetuar verificação criteriosa, na época da contratação, sobre novas normas ou alterações de normas que tenham entrado em vigor ou ainda que não se encontrem aqui.





Sempre com a aprovação do PROJETISTA e da FISCALIZAÇÃO, (é necessária sempre a aprovação simultânea das duas), poderão ser aceitas outras normas de reconhecida autoridade que possam garantir o grau de qualidade desejado.

➤ **DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA**

• **MEDIÇÃO**

A medição de energia elétrica será feita conforme os padrões e critérios estabelecidos pela concessionária de energia local (ENEL-CE);

• **ATERRAMENTO**

O sistema de aterramento elétrico será o TN-S com condutores neutro e terra independentes em toda a instalação e será interligado ao Sistema de Proteção Contra As conexões e condutores e eletrodos de aterramento (hastes) será feita por meio de soldas exotérmicas. Não serão aceitos conectores;

• **ALIMENTADORES**

Os circuitos alimentadores de quadros de distribuição e terminais serão compostos de cabos unipolares, isolamento e cobertura em PVC 70º, classe de isolamento;

• **CIRCUITOS TERMINAIS**

Os circuitos os circuitos terminais serão compostos por condutores de cobre isolados, isolamento em PVC 70º, classe de isolamento 450/750V ou 0,6/1kV de acordo com o projeto.

➤ **QUADROS**

Conforme indicado como indicado nos quadros de carga, plantas baixas, detalhes e diagramas unifilares do projeto, há um quadro de distribuição de circuitos.

Não será permitido o agrupamento de condutores neutro ou de aterramento, comumente utilizado, em substituição aos barramentos.

A abertura de furos ou rasgos para passagens e eletrodutos, calhas e/ou perfilados, deverão ser executados com equipamentos que garantam o perfeito acabamento do serviço, devendo ser rigorosamente executada a recomposição da proteção contra oxidação, em qualidade igual ou superior à original do equipamento. As barras serão pintadas com esmalte sintético, em cores diferenciadas para cada fase (vermelho, branco e marrom)

➤ **PROTEÇÃO EM BAIXA TENSÃO**

DISJUNTORES DE BAIXA TENSÃO



PREFEITURA MUNIC. DE ITAPIPOCA
Fl. 188
dt

Para proteção, supervisão, controle e comando dos diversos circuitos elétricos, serão utilizados exclusivamente disjuntores termomagnéticos, sendo vetado o uso de chaves seccionadoras por melhor que sejam.

Todos os disjuntores serão obrigatoriamente do padrão IEC, não se admitindo do tipo NEMA. Terão número de pólos, e capacidade de corrente indicados no projeto, com fixação por engate rápido e com capacidade compatível com os circuitos.

Não serão admitidos disjuntores acoplados com alavancas unidas por gatilho ou outro elemento, em substituição a disjuntores bi ou tripolares.

➤ CONDUTOS

• ELETRODUTOS E CONEXÕES

Nos locais indicados no projeto, os condutores elétricos serão protegidos por eletrodutos de seção circular, e executados obedecendo aos critérios de norma e determinações dos fabricantes.

Todos os eletrodutos embutidos em concreto e/ou alvenaria serão em PVC rígido soldável, antichama, com curvas pré-fabricadas, não se admitindo o uso de conexões executadas no local. Não se admite também o uso de eletrodutos flexíveis embutidos em forro, concreto ou alvenaria.

No caso de eletrodutos roscáveis, somente será admitida a utilização de elementos pré-fabricados para a execução das emendas, como luvas, condutores, caixas de passagens, etc., garantindo-se a boa qualidade da execução do corte e da rosca, evitando-se rebarbas ou descontinuidade da rede que possam interferir na integridade da fiação. Não será permitida a abertura de bolsas para a utilização de eletrodutos roscáveis, nem a fabricação de curvas moldadas "in loco" principalmente nas saídas e entradas de eletrodutos das caixas, (exceto condutores ou caixas de alumínio), serão exigidos elementos que garantam o não ferimento da fiação pelas bordas da tubulação. Todos os eletrodutos plásticos serão obrigatoriamente do tipo antichama, (auto-extinguível).

➤ CONDUTORES

• CABOS DE BAIXA TENSÃO

Todos os alimentadores serão exclusivamente do tipo dupla isolamento 0.6/1.0 KV com isolamento em PVC 70°.

ATENÇÃO!!! - O menor condutor admitido para quaisquer usos na rede elétrica, deverá ser de 2.5 mm², inclusive nas descidas de luminárias.

O condutor neutro será sempre na cor azul claro, o condutor terra na cor verde, e os condutores fases nas cores vermelho, preto e branco e retorno na cor amarela.



No puxamento dos cabos, especial cuidado deve ser tomado de forma a não ofender o isolamento ou sua blindagem quando existir.

Nunca efetuar a enfição, antes do reconhecimento, limpeza e enxugamento da tubulação.

Todos os condutores deverão receber identificação com anilhas em ambas as extremidades com o número do circuito, e a indicação do quadro de origem.

4.9 SERVIÇOS FINAIS

Carga manual e transporte de material excerto rocha em caminhão, este material a ser retirado da obra é todo o material não aproveitável que foi removido ou demolido do prédio existente a ser reformado. O material a ser removido será definido pela fiscalização, assim como o local a ser expurgado o mesmo.

4.9.1 LIMPEZA

A limpeza geral da obra deverá ser feita pela parte contratada retirando todos os entulhos e materiais provenientes da obra em execução, sendo cuidadosamente varridos e limpos todos os acessos. A obra deverá ser entregue totalmente limpa com pisos e revestimentos cerâmicos devidamente lavados sem presença de manchas ou argamassas.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1 A Contratante se obrigam a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.668/93 e suas alterações posteriores;

5.2 O pagamento dos serviços a serem executados será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados a aceitos de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização. As medições deverão ser encaminhadas pela fiscalização juntamente com a memória de cálculo, relatório fotográfico, diário de obras, folha de pagamento dos colaboradores dos serviços, comprovantes de pagamentos atualizados dos tributos, encargos de FGTS, INSS e RECEITA FEDERAL, certidões negativas de débitos Municipal, Estadual, Federal e trabalhista, ART, CEI-CNO, e demais documentos que a gestão vier a entender que sejam necessários para o ato.

5.3 DA FISCALIZAÇÃO:

a) A Fiscalização representará a CONTRATANTE e terá entre outras, as seguintes atribuições:

Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive para rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas do projeto;

b) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;



c) Providenciar os pagamentos à CONTRATADA das Notas Fiscais devidamente atestadas após vistoria e confirmação pelo o fiscal de contrato dos serviços executados, e protocolado na Unidade Administrativa emissora da Ordem de Fornecimento, pelo (a) CONTRATADA;

d) Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar a FISCALIZAÇÃO por escrito a posterior confirmação de ordem ou instruções verbais recebidas.

e) Solicitar a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprido fielmente o presente contrato;

f) Aplicar nos termos contratuais multa (s) a CONTRATADA dando-lhe ciência do ato por escrito e comunicar nos termos ao órgão financeiro da CONTRATANTE para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da CONTRATADA;

No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO sem restrições de qualquer natureza o direito de acesso ao local de execução dos serviços, bem como todos os elementos de informações relacionados com os serviços pela mesma, julgados necessários.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1 - Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente o objeto celebrado com a administração pública municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da lei Federal nº 8666/93 obedecidos os seguintes critérios:

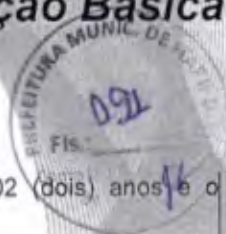
a) Advertência – Utilizada como comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) Multa – Será aplicada, observando os seguintes limites máximos:

- 0,3 % (Três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico financeiro de obras não cumprido;
- 0,5 % (Cinco décimos por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa de entrega do material solicitado;
- 10% (Dez por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo definido na lei 8.666-93;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos e o descredenciamento no cadastro de fornecedores do Município.

e) As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

f) A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá também serem aplicadas àqueles que:

- Retardarem a execução do certame;
- Demonstrarem não ter idoneidade para contratar com a Administração Pública e;
- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal;

g) As sanções administrativas serão registradas no SICAF.

h) As penalidades previstas nos itens III e V terão seus efeitos vigentes enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante apresentação das respectivas notas fiscais/faturas.

7.2 O Contratante se reserva o direito de exigir do Contratado, em qualquer época, a Comprovação de quitação das obrigações fiscais e sociais.

7.3 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4 Caso a execução do serviço tenha sido realizada conforme o contrato, devidamente atestado no corpo da Nota Fiscal pelo responsável, será devidamente encaminhada à Secretaria de Finanças. O pagamento será efetuado após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante.

7.5 O Pagamento será efetuado por meio de transferência eletrônica e mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente.

7.6 O Pagamento estará condicionado à apresentação de certificações de regularidade junto ao: Município, Estado, União, FGTS, Justiça do Trabalho, bem como, Nota Fiscal, Recibo, Diário de Obras, Relatório Fotográfico, Orçamento, Cronograma Físico Financeiro, CNO, ART e Comprovantes de Pagamento Atualizados dos Tributos do FGTS e INSS em Conjunto com a Receita Federal do Brasil (conforme já citado anteriormente).

8. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

8.1 Há nos componentes do projeto um cronograma que se delineia com o desembolso, ou seja, a medida que os serviços forem sendo realizados, há uma previsão de pagamento pelos serviços realizados dentro de um **Prazo de Execução de 04 (quatro) meses**, contados da data da ordem de



início dos serviços podendo ser prorrogado a faculdade de interesse da CONTRATANTE. O prazo máximo para o início dos serviços fica fixado em até 10 (dez) dias úteis a partir da data de recebimento da ordem de serviço emitida pelo o senhor Secretario de Infraestrutura, e após PAGAMENTO DA CAUÇÃO nos termos da Lei regente.

8.2 Para o cumprimento do prazo estabelecido, as obras e serviços deverão ser executados durante o horário normal de expediente comercial, salvo os casos que houver a necessidade de trabalhar nos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, sem ônus para o município.

8.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

8.4 A CONTRATADA deve desde o primeiro momento de o chamamento público obter todas as formas de obtenção de informações, tanto para concorrer bem como realizar os serviços, podendo caso seja necessário e julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito explicações e novos dados, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento dos elementos da fiscalização. Nesse caso, o prazo de execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados, se os mesmos impedirem o início dos serviços. Os atrasos na execução, tanto nos prazos parciais como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei 8.666/93 e disposições contidas no código civil.

8.5 Durante a execução da obra se houver necessidade de modificação do projeto para adaptações justificadas, a CONTRATADA manterá os preços e condições do contrato original.

9. COMPLEMENTAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS:

9.1 Nas peças técnicas anexas.

10. LIMPEZA E ENTREGA DA OBRA:

10.1 Após a execução de todos os serviços descritos acima, deverá ser feita a retirada completa dos aparelhamentos, materiais não utilizados, dentre outros e efetuada uma limpeza geral da obra e os acabamentos pontuais.

10.2 O Termo de Recebimento Definitivo somente será lavrado após apresentação por parte da contratada a medição final devidamente realizada em conformidade com o projeto e após que o fiscal do contrato tenha aprovado a execução do objeto igual aos termos contratuais.

10.3 O Termo de Encerramento das Obrigações contratuais, será lavrado, desde que não haja pendências a solucionar, vistoria a ser realizada pelo fiscal de contrato.

Secretaria de Educação Básica

SECRETÁRIO EXECUTIVO



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente

Secretaria de Educação Básica

Heloilson Oliveira Barbosa



Rua Inocêncio Braga, 301 - Centro
CEP: 62500-007 - Itapipoca - CE - Brasil
CNPJ: 30.023.590/0001-39

(88) 3631-5950
Sec.educacao@itapipoca.ce.gov.br
www.itapipoca.ce.gov.br



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pro frente, pro gente

ANEXO I - PROJETO BÁSICO



- ANEXO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- ANEXO - MEMORIAL DESCRITIVO
- ANEXO - COMPOSIÇÃO DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI
- ANEXO - CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO
- ANEXO - MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTITATIVOS
- ANEXO - PLANTAS

Rua Anastácio Braga Nº195 - São Sebastião
CEP: 62508-170 - Itapipoca - CE - Brasil
CNPI: 07.623.077/0001-67 - CGF: 06.920.278-8

(88) 3631-5950
itapipoca@itapipoca.ce.gov.br
www.itapipoca.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO

UNIDADE: EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO

LOCAL: BOA VISTA, SEDE URBANA, ITAPIPOCA-CE.



SERVIÇOS PRELIMINARES

Os serviços serão executados em consonância com os Projetos a serem fornecidos obedecendo as Normas e recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as normas das concessionárias de serviços públicos locais tais como, ENEL, TELEMAR, CAGECE bem como o Código do Município de Itapipoca em vigor.

- **A PLACA DA OBRA**

Deverá ter as dimensões de (4,5x3,00) m executada em chapa de zinco com estrutura de fixação em madeira. Deverá ser fixada na obra, antes do início da mesma ou até 5 cinco dias após seu início, e obedecer aos padrões contidos na memória de cálculos.

- **DEMOLIÇÃO E RETIRADA**

Os serviços de demolição deverão ser iniciados pelas partes superiores da edificação, mediante o emprego de calhas. As partes a serem demolidas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo demolição. Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para os locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.

A demolição manual será executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais. Peças de grande porte de concreto, aço ou madeira poderão ser arreadas até o solo, por meio de guindaste, ou removidas através de calhas, desde que reduzidas a pequenos fragmentos. A demolição mecânica será executada com os equipamentos indicados para cada caso, segundo sempre as recomendações dos fabricantes.

As demolições definidas no projeto e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. O transporte dos materiais considerados inaproveitáveis, oriundos das demolições ou da limpeza do terreno deverão ser retirados do canteiro e transportados por veículos adequados, sob responsabilidade da CONTRATADA, até o seu destino final que será fornecido pela Prefeitura Municipal, obedecendo às orientações e normas da mesma. Os serviços serão executados em consonância com os Projetos a serem fornecidos obedecendo as Normas e recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as normas das concessionárias de serviços públicos locais tais como, ENEL, CAGECE e outros bem como o Código do Município de Itapipoca em vigor.

- **LIMPEZA (RASPAGEM TERRENO)**

Área a ser executado a limpeza do terreno disponível é de 13,00x32,00m sendo esta executada manual com ferramentas mecanizada, o material procedente desta limpeza deve ser removido e expurgado em local indicado pela fiscalização da prefeitura local.





• MOVIMENTO DE TERRA

As escavações manuais para infraestrutura deverão ser feitas com ferramentas manuais nas dimensões necessárias para se executarem sapatas e vigas baldrame, o conjunto de esgoto sanitário composto por uma fossa, um filtro e um sumidouro conforme especificado no projeto. Todas as valas devem ser escavadas com dimensões de no mínimo 10cm a mais da especificada para os elementos estrutural a serem executados, para possibilitar a montagem das formas. O reaterro das valas de fundações deverão ser executados ou com o mesmo material reutilizado das escavações, após sua conclusão deverá ser compactado de forma manual ou mecânica (sapo), de forma que reduza ao máximo os vazios do solo, evitando possível recalque e/ou afundamentos do solo.

• FUNDAÇÕES

O fundo das valas das fundações deverá ser apiloado manualmente com maco (compactador manual) de 30 kg de acordo com o tipo de solo encontrado bem como a dimensão da área a ser compactada. Deverá ser executado no fundo das valas de fundações um lastro de brita, composto de brita 3 e 4, com 5cm de espessura, para reduzir o contato direto do concreto da fundação com o solo bem como aumentar a aderência do concreto das sapatas ao substrato.

• CONCRETO

O concreto deverá ser virado na obra, com resistência mínima de 25MPa, com agregado incluindo colocação, espalhamento e acabamento. A concretagem somente será efetuada após verificação e autorização da FISCALIZAÇÃO. Devem ser atendidos os seguintes itens:

➤ Deverá ser impermeável, a areia e brita utilizada não poderá provocar reações álcali-agregado com o cimento, nem conter materiais orgânicos, ou argilosos, e a utilização de aditivos só poderá ser feito se comprovadamente não atacarem o aço ou o concreto. A água a ser utilizada deverá ser de acordo com as normas vigentes, não podendo conter excesso de íons cloretos ou sulfatos;

- A dosagem (traço) do concreto, bem como a indicação da granulometria dos agregados, forma de vibração, etc., deverão ser especificados pela CONTRADA e verificados pela FISCALIZAÇÃO;
- O concreto será dosado racionalmente e preparado mecanicamente observando-se o tempo mínimo para mistura de 02 minutos, contados após o lançamento de todos os componentes na betoneira;
- A concretagem só poderá ser iniciada após a colocação previa de todas as tubulações e outros elementos exigidos pelos projetos anexos;



- Todo o concreto deverá receber cura cuidadosamente. As peças serão mantidas úmidas pelo prazo mínimo de 07 (sete) dias e não poderão, de maneira alguma, ficar expostas sem proteção adequada.
- De acordo com o Plano de Concretagem aprovado, será liberada após solicitação pela Contratada, e conferência pela FISCALIZAÇÃO das formas e ferragens e comprovada a disponibilidade, no Canteiro, do material necessário para concretar o volume previsto.
- As desformas deverão ser executadas nos prazos estabelecidos pelas Normas Brasileiras e cuidadosamente retiradas para não danificar as peças;
- Os eventuais retoques deverão ser executados com argamassa de cimento e areia na dosagem do concreto utilizado na peça, e devem ser executados imediatamente após a desforma.

• CONSIDERAÇÕES GERAIS

Projeto elaborado de acordo com as seguintes normas técnicas:

- NBR6118:2014 - **Projeto de estruturas de concreto;**
- NBR 6120:1980 - **Cargas para o cálculo de estruturas de edificações;**
- NBR 6122:1996 - **Projeto e execução de fundações;**
- NBR 8681:2003 - **Ações e segurança nas estruturas.**

No que diz respeito a coeficientes de segurança e tensões admissíveis, foram observadas todas as prescrições da NBR-6118:2014.

Nenhum conjunto de elementos estruturais (vigas, pilares, lajes, etc.) poderá ser concretado sem prévia e minuciosa verificação pelo engenheiro responsável da CONTRATADA da perfeita disposição, dimensões, ligações e escoramentos das fôrmas e armaduras correspondentes, bem como sem prévio exame da correta colocação de canalizações elétricas, hidráulicas e outras que devam ficar embutidas na massa do concreto.

PAREDES E PAINÉIS E COBERTA

➤ **Paredes** A contratada deverá fornecer e executar parede de alvenaria de tijolo cerâmico com seis furos, com dimensão nominal de 9x19x19cm, de primeira qualidade. Poderão ser utilizados tijolos com dimensões especiais para atender as espessuras indicadas nos projetos, desde que tenham dimensões e especificações padronizadas pelas ABNT (Associação Brasileira de Normas





Técnicas); O assentamento dos tijolos será com argamassa mista de cimento e areia peneirada, traço de 1:3. Serão apumadas e niveladas, com juntas uniformes.

➤ **A Cobertura** devida a precariedade, a CONTRATADA deverá retirar em sua totalidade e substituir telhas e madeiras quebradas existentes inrecuperáveis. A estrutura deverá ser reparada em madeira de ótima qualidade, respeitando a inclinação do telhado e os espaçamentos de acordo com as especificações do fabricante da telha. As tesouras deverão serem reaproveitadas quando possível, com substituição para as não reaproveitáveis e tesouras novas para os ambientes novos ou ampliados. Esta cobertura deverá receber rufos no encontro do telhado com a alvenaria das empenas estes deverão ser premoldado de concreto executados in loco. O cimentado da laje de cobertura deverão ter um caimento de 1% direcionadas para as descidas das águas pluviais.



REVESTIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO

REVESTIMENTOS

Para todos os ambientes, sejam internos ou externos, os revestimentos estão especificadas no quadro de revestimentos do projeto arquitetônico. A superfície a revestir deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos ou resíduos orgânicos. As eflorescências visíveis decorrentes de sais solúveis em água (sulfato, cloretos, nitratos, etc.) impedem a aderência firme entre as camadas dos revestimentos. Por isso deverão ser eliminadas as eflorescências através de escovamento a seco, antes do início da aplicação do revestimento. A aplicação de cada nova camada de revestimento exigirá a umidificação da anterior.

➤ CHAPISCO

Toda a alvenaria a ser revestida será chapiscada depois de convenientemente limpa e umedecida.

O chapisco será executado com argamassa de cimento e areia sem penejar, com traço de 1:3 e ter espessura máxima de 5mm.

Serão chapiscadas também todas as superfícies lisas de concreto, como lajes, pilares, vigas, vergas, contravergas e outros elementos da estrutura que ficarão em contato com a alvenaria, inclusive fundo de vigas.

➤ EMBOÇO

Emboço será executado com argamassa de cimento, e areia s/ penejar, com traço de 1:6 e ter espessura máxima de 20mm.

O emboço de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e emboçados os espaços. Depois de sarrafeados, os



emboços deverão apresentar-se regularizados e ásperos, para facilitar a aderência do revestimento cerâmico.

➤ REBOCO

A execução do reboco será executada sobre o emboço, com a superfície limpa e molhada com broxa. Antes de ser iniciado o reboco, dever-se-á verificar se os marcos, batentes e peitoris já se encontram perfeitamente colocados. O acabamento final deverá ser executado com desempenadeira revestida com feltro, camurça ou borracha macia, estas áreas serão as extras cerâmicas ou sejam toda a demais área que não receber revestimento cerâmico.



➤ IMPERMEABILIZAÇÃO

Aplicação da impermeabilização dar se início nas fundações, seguidas nas paredes até uma altura de 0,50m após o chapisco. A finalidade desta é proteger a fundação e as alvenarias e evitar a subida da humidade nas paredes, a impermeabilização dos reservatório d' água tais como: cisterna e caixa d' água estes ambientes deverão receber um ante impermeabilizantes antes de sua aplicação definitiva. A laje de cobertura das passarelas por está ficar exposta ao sol deverá ser impermeabilizada com produto a base de membrana asfáltica.

PISO

➤ CONTRAPISO

Será executado sobre o solo devidamente compactado e um lastro de brita de 3cm, a CONTRADA deverá executar um contrapiso em concreto, com traço de 1:4 (cimento e areia), espessura de 5cm, desempenado, regularizado e sem função estrutural, para que não seja necessário a execução de uma camada de regularização acima do contrapiso é obrigatória a execução do mesmo em perfeito nível, sendo que este deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

➤ PISO CERÂMICO

O piso do sanitário infantil a CONTRATADA deverá fornecer e assentar pisos cerâmicos com dimensões 40x40cm ou 45x45cm, PEI 5, com cor e modelo a serem definidas pela Equipe Técnica da Prefeitura (CONTRATANTE) a CONTRADA deverá comprovar por meio de laudo técnico do fabricante o PEI do piso a ser instalado. O assentamento deverá ser feito com argamassa colante tipo ACII ou ACIII, com quantidade de aplicação conforme a especificação do fabricante. A aplicação da argamassa colante deverá ser feita com desempeno dentado metálico 8,0mm, sobre o contrapiso em forma circular, formando sulcos. É obrigatório o uso de martelo de borracha no auxílio do assentamento para evitar a danificação das peças cerâmicas. O rejuntamento deverá ser executado com argamassa industrializa tipo flexível, com espessura da junta de acordo com a especificação de





fabricante do revestimento cerâmico, com cor a definir pela Equipe Técnica da Prefeitura (CONTRATANTE).



➤ **PISO EM ESTRUTURA DE CONCRETO**

CONCRETO este deverá ser virado na obra, com resistência mínima de 25MPa, com agregado incluindo colocação, espalhamento e acabamento. A concretagem somente será efetuada após verificação e autorização da **FISCALIZAÇÃO**. Devem ser atendidos os seguintes itens:

- Deverá ser impermeável, a areia e brita utilizada não poderá provocar reações álcali-agregado com o cimento, nem conter materiais orgânicos, ou argilosos, e a utilização de aditivos só poderá ser feito se comprovadamente não ataquem o aço ou o concreto. A água a ser utilizada deverá ser de acordo com as normas vigentes, não podendo conter excesso de íons cloretos ou sulfatos;
- O adensamento será obrigatoriamente mecânico, e deve ser dimensionado o número de vibradores conforme a volume e velocidade de concretagem, com a disponibilidade mínima de dois vibradores mecânicos de imersão na obra, com tamanho e posição compatíveis as peças a serem concretadas;
- Antes do lançamento do concreto as formas deverão ser perfeitamente limpas, molhadas e perfeitamente estanques, a fim de impedir a fuga da nata de cimento;
- As desformas deverão ser executadas nos prazos estabelecidos pelas Normas Brasileiras e cuidadosamente retiradas para não danificar as peças;
- Os eventuais retoques deverão ser executados com argamassa de cimento e areia na dosagem do concreto utilizado na peça, e devem ser executados imediatamente após a desforma.

➤ **CONTRAPISO** Será executado sobre o solo devidamente compactado e um lastro de brita de 3cm, a **CONTRADA** deverá ser executar um contrapiso em concreto, com traço de 1:4 (cimento e areia), espessura de 3cm, desempenado, regularizado e sem função estrutural. Para não seja necessária a execução de uma camada de regularização acima do contrapiso é obrigatória a execução do mesmo em perfeito nível, dando os caimentos e/ou desníveis necessários para o piso quando houver, sendo que este deverá ser aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

➤ **O PISO** O piso das salas de aula e todos os demais compartimentos, menos o sanitário infantil deverão ser **do tipo industrial**, aplicado sobre o contrapiso em cimento polido e resinado. A **CONTRADA** deverá fornecer e assentar do fitamento para o funcionamento da dilatação a cada 1x1m (um por um) de distância e pós o agregado granítico, seguida o polimento, não antes de 48 horas de cura.



ESQUADRIAS, SOLEIRAS, PEITORIS E VIDROS

➤ **Portas**

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar portas em alumínio, com tipologia conforme especificado no projeto arquitetônico e orçamento anexo. A porta deverá ser entregue completa e em perfeito funcionamento, com todos os perfis necessários, batentes, guarnições, ferragens, vedações e acessórios. Todos os materiais utilizados deverão respeitar as indicações e detalhes do projeto, isentos de defeitos de fabricação.

➤ **Janelas**

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar janelas em alumínio e vidro temperado, com tipologia conforme especificado no projeto arquitetônico e orçamento anexo, com espessura de 6mm incolor, com ferragens na cor natural, as esquadrias serão instaladas através de marcos e contramarcos ou chumbadores de aço, rigidamente fixados na alvenaria ou concreto, de modo a assegurar a rigidez e estabilidade do conjunto, e adequadamente isolados do contato direto com as peças de alumínio por metalização ou pintura, conforme especificação para cada caso particular. Para a colocação da esquadria, deverá ser vedada toda a janela com silicone entre o marco e contramarcos. Utilizar silicone em cor igual à anodização. Todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento e acabamento da esquadria deverão receber anodização na cor da esquadria. Todas as partes móveis serão providas de pingadeiras ou dispositivos que garantam a perfeita estanqueidade do conjunto, impedindo a penetração de águas pluviais.

➤ **Ferragens**

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar todas as ferragens juntamente com os acessórios, incluindo buchas, parafusos e outros elementos de fixação das esquadrias.

As ferragens a serem instaladas nas esquadrias deverão obedecer às indicações e especificações do projeto quanto ao tipo, função e acabamento.

➤ **Fechaduras**

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar fechaduras de embutir com maçanetas do tipo alavanca, em alumínio e cilindro com chaves, em latão cromado. Nas demais portas deverão ser instaladas fechaduras de embutir com maçanetas do tipo alavanca, em alumínio e cilindro com chaves, em latão cromado.



➤ **Dobradiças**

De aço zincado com anéis reforçado, acabamento cromado. Colocar 3 (três) dobradiças em cada porta.



➤ **Soleiras**

A CONTRATADA deverá fornecer soleiras para todas as esquadrias, com pingadeira largura 2cm maior em cada lado das larguras das referidas esquadrias e/ou vãos e espessura igual.

Tanto as soleiras deverão serem instalados com argamassa industrializada tipo AC específica para este tipo de material e com aplicação de quantidade de acordo com a especificação do fabricante.

➤ **Peitoris ou pingadeiras**

A CONTRATADA deverá fornecer peitoris ou pingadeiras em granito conforme orçamento para todas as esquadrias, com espessura de 2 cm, comprimento igual ao vão da esquadria e inclinação de 1% em direção a extremidade externa da alvenaria.

Nos peitoris é obrigatória a execução de pingadeiras nos mesmos para evitar que escorra e manche a alvenaria.

PINTURA

A CONTRATADA deverá, antes de aplicar a tinta, preparar a superfície tomando-a limpa, seca, lisa, isenta de graxas, óleos, poeiras, ceras, resinas, sais solúveis e ferrugem, corrigindo-se a porosidade, quando exagerada. As superfícies de acabamento internas (paredes, tetos e forros) receberão acabamento em tinta base latex duas demãos em paredes internas s/ massa e as externas receberão acabamento em tinta latex duas demãos em paredes externas s/ massa (alvenarias). Antes da realização da pintura ou aplicação da textura é obrigatória a realização de um teste de coloração, utilizando a base com a cor selecionada pela FISCALIZAÇÃO. Deverá ser preparada uma amostra de cores com as dimensões mínimas de 0,50x1,00m no próprio local a que se destina, para aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Para a execução de qualquer tipo de pintura as superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas, serão protegidas quando perfeitamente secas e lixadas, cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas, igual cuidado deverá ser tomado entre demãos de tinta e de massa plástica, observando um intervalo mínimo de 48 horas após cada demão de



massa, deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como vidros, ferragens de esquadrias e outras.

A CONTRATADA deverá fornecer e aplicar pintura na cor branco, (SELADOR) sobre superfície de reboco, com no mínimo duas demãos, conforme indicação no projeto.



Em todas as superfícies rebocadas, deverão ser verificadas eventuais trincas ou outras imperfeições visíveis, aplicando-se enchimento de massa, conforme o caso, e lixando-se levemente as áreas que não se encontrem bem niveladas e apuradas. As superfícies deverão estar perfeitamente secas, sem gordura, para receber o acabamento, sendo que antes da aplicação da tinta deve-se aplicado uma demão de selador como base para receber a tinta.

INSTALAÇÃO HIDRAULICA

Todos os acessórios de ligação de água dos aparelhos sanitários deverão ser arrematados com canóplas de acabamento cromado. A tubulação e conexões deverão serem conforme especificações em orçamento e projeto.

LOUÇAS E METAIS

As bacias sanitárias deverão ser assentadas com respectivos acessórios de fixação fornecidos pelo fabricante e rejuntados com cimento branco.

Não serão tolerados quaisquer defeitos decorrentes de fabricação, transporte ou manuseio inadequado. Nos banheiros, deverão ser instalados lavatórios do tipo cuba suspensas e vasos sanitários com caixa acoplada PNE, padrão NBR 9050:2004, na cor branca, marca Deca, Incepa ou equivalente

OUTROS ELEMENTOS

- Cerca de fechamento, está deve ser construída sobre uma mureta no pátio em frente a quadra de esporte e do prédio escolar, (espaço do bicicletário), esse gradil deverá ser da cor branco neve.
- Muro de contorno em alvenaria, este deverá ser construído em todo o entorno da construção do prédio escolar, tendo este uma altura útil de $h=2,50m$. Sua pintura será em tinta hidracor conforme orientação da fiscalização, (prefeitura)
- Calçadas de proteção em alvenaria e concreto, está será construída em todo o perímetro das salas novas e terá uma largura de piso de $0,50m$
- Conjunto de mastro para bandeira, sua construção deverá ser em alvenaria e concreto com uma fundação de tijolos cerâmico e seu piso e lastro de concreto sua dimensão será de $0,50 \times 1,50m$.



➤ Banco de madeira e estrutura de ferro, este será confeccionado nas seguintes dimensões, 0,40 x3,00m. Suas especificações: 3 tábuas p/ o acento e 2 tábuas para o encosto, todas fixadas em barra de ferro sobre o perfil tubular, (peças móveis).

➤ Plantio de árvores ornamentais, estas serão plantadas nas áreas destinadas aos jardins conforme projeto de arquitetura e orientação da fiscalização da prefeitura. Sendo que seu plantio deverá ser feito após a adubação e preparo do terreno.

➤ Prateleiras pré-moldadas de concreto, este pré-moldado deverá ser feito in loco, sua localização será na despensa da cantina conforme projeto de arquitetura e deverá ter três módulos. A espessura da placa é de 5 cm e sua largura será de 40cm.

➤ Calçada externa do prédio escolar, esta será construída em alvenaria e com o piso em bloquetes pré-moldados com dimensões de 10x20x4cm, assentados sobre um colchão de areia compactado e sua altura será definida com sua execução in loco. A construção desta será em frente ao prédio escolar e quadra de esporte, sua largura é de 1,50m.



INSTALAÇÃO ELÉTRICA

CRITÉRIOS DE DIMENSIONAMENTO





13.1.1 Capacidade de Condução
- Alimentação de Circuitos

	- Sistema monofásico		- Sistema trifásico
I =	$\frac{\text{Potência (W)}}{220(V)}$	I =	$\frac{\text{Potência (W)}}{380(V) \times \text{Raiz}(3)}$



13.1.2 Queda de Tensão

$$\Delta U(\%) = \frac{L \cdot I_p \cdot a \cdot 100}{1000 \cdot U}$$

ONDE: L = Comprimento do Circuito (km)
 I_p = Corrente de Projeto (A)
U = Tensão de Fase (V)
a = Queda de Tensão Unitária (V/A km)
U% = Queda de Tensão Admissível -> 2%

➤ MEMORIAL DESCRITIVO

As instalações elétricas obedecerão aos respectivos projetos e deverão ainda ser observadas as exigências das normas da ENEL-CE, bem como seguir as normas de dimensionamento impostas pela NBR 5410:2004

Este memorial tem por objetivo descrever de forma clara os materiais utilizados, bem como as especificações técnicas para os serviços executados, utilizando-se de boas práticas de engenharia e seguindo as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da concessionária de energia local (ENEL-CE).

➤ NORMAS TÉCNICAS

NBR 11301 – ABNT – Cálculo da capacidade de condução de corrente de cabos isolados em regime permanente (fator de carga 100%) – Procedimento;

NBR/IEC 60947 - ABNT – Disjuntores de Baixa Tensão Industrial – Especificação;

NBR 8995-1 - ABNT – Iluminação em ambientes de trabalho-requisitos;

NBR 6148 – ABNT – Condutores isolados com isolação extrudada de cloreto de polivinila (PVC) para tensões até 750 V – Sem cobertura – Especificação;

NBR 6150 – ABNT – Eletroduto de PVC rígido – Especificação;

NBR 6151 – ABNT – Classificação de equipamentos elétricos e Eletrônicos quanto à proteção contra os choques elétricos – Classificação;



NBR 7285 – ABNT - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de polietileno termofixo para tensões até 0,6/1,0 kV sem cobertura – Especificação;

NBR IEC 50 (826) – Vocabulário eletrotécnico internacional – Capítulo 826 instalações elétricas em edificações;

NBR 5410 – Instalações elétricas em baixa tensão;

NBR 13570 – Instalações elétricas em locais de afluência de público – Requisitos específicos;

NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.



Na inexistência destas ou em caráter suplementar, poderão ser adotadas outras normas de entidades reconhecidas internacionalmente, tais como:

ANSI - American National Standard Institute DIN - Deutsche Industrie Normen;

ASTM - American Society for Testing and Materials IEC – International Electrotechnical Commission

ISA – Instrumental Standards Association.

Os projetos foram elaborados considerando a relação de normas acima, porém a Instaladora / construtora responsável pela execução dos serviços deve efetuar verificação criteriosa, na época da contratação, sobre novas normas ou alterações de normas que tenham entrado em vigor ou ainda que não se encontrem aqui.

Sempre com a aprovação do PROJETISTA e da FISCALIZAÇÃO, (é necessária sempre a aprovação simultânea das duas), poderão ser aceitas outras normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado.

➤ DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA

- **MEDIÇÃO**

A medição de energia elétrica será feita conforme os padrões e critérios estabelecidos pela concessionária de energia local (ENEL-CE);

- **ATERRAMENTO**

O sistema de aterramento elétrico será o TN-S com condutores neutro e terra independentes em toda a instalação e será interligado ao Sistema de Proteção Contra As conexões e condutores e eletrodos de aterramento (hastes) será feita por meio de soldas exotérmicas. Não serão aceitos conectores;





- **ALIMENTADORES**
Os circuitos alimentadores de quadros de distribuição e terminais serão compostos de cabos unipolares, isolação e cobertura em PVC 70º, classe de isolamento;

- **CIRCUITOS TERMINAIS**
Os circuitos os circuitos terminais serão compostos por condutores de cobre isolados, isolação em PVC 70º, classe de isolamento 450/750V ou 0,6/1kV de acordo com o projeto.

➤ QUADROS

Conforme indicado como indicado nos quadros de carga, plantas baixas, detalhes e diagramas unifilares do projeto, há um quadro de distribuição de circuitos.

Não será permitido o agrupamento de condutores neutro ou de aterramento, comumente utilizado, em substituição aos barramentos.

A abertura de furos ou rasgos para passagens e eletrodutos, calhas e/ou perfilados, deverão ser executados com equipamentos que garantam o perfeito acabamento do serviço, devendo ser rigorosamente executada a recomposição da proteção contra oxidação, em qualidade igual ou superior à original do equipamento. As barras serão pintadas com esmalte sintético, em cores diferenciadas para cada fase (vermelho, branco e marrom).

➤ PROTEÇÃO EM BAIXA TENSÃO

DISJUNTORES DE BAIXA TENSÃO



Para proteção, supervisão, controle e comando dos diversos circuitos elétricos, serão utilizados exclusivamente disjuntores termomagnéticos, sendo vetado o uso de chaves seccionadoras por melhor que sejam.

Todos os disjuntores serão obrigatoriamente do padrão IEC, não se admitindo do tipo NEMA. Terão número de pólos, e capacidade de corrente indicados no projeto, com fixação por engate rápido e com capacidade compatível com os circuitos.

Não serão admitidos disjuntores acoplados com alavancas unidas por gatilho ou outro elemento, em substituição a disjuntores bi ou tripolares.

➤ CONDUTOS

• ELETRODUTOS E CONEXÕES

Nos locais indicados no projeto, os condutores elétricos serão protegidos por eletrodutos de seção circular, e executados obedecendo aos critérios de norma e determinações dos fabricantes.

Todos os eletrodutos embutidos em concreto e/ou alvenaria serão em PVC rígido soldável, antichama, com curvas pré-fabricadas, não se admitindo o uso de conexões executadas no local. Não se admite também o uso de eletrodutos flexíveis embutidos em forro, concreto ou alvenaria.

No caso de eletrodutos roscáveis, somente será admitida a utilização de elementos pré-fabricados para a execução das emendas, como luvas, condutes, caixas de passagens, etc., garantindo-se a boa qualidade da execução do corte e da rosca, evitando-se rebarbas, ou descontinuidade da rede que possam interferir na integridade da fiação. Não será permitida a abertura de bolsas para a utilização de eletrodutos roscáveis, nem a fabricação de curvas moldadas "In loco", principalmente nas saídas e entradas de eletrodutos das caixas, (exceto condutes ou caixas de alumínio), serão exigidos elementos que garantam o não ferimento da fiação pelas bordas da tubulação. Todos os eletrodutos plásticos serão obrigatoriamente do tipo antichama, (auto-extinguível).

➤ CONDUTORES

• CABOS DE BAIXA TENSÃO

Todos os alimentadores serão exclusivamente do tipo dupla isolamento 0.6/1.0 KV com isolamento em PVC 70º.

ATENÇÃO!!! - O menor condutor admitido para quaisquer usos na rede elétrica, deverá ser de 2.5 mm², inclusive nas descidas de luminárias.



O condutor neutro será sempre na cor azul claro, o condutor terra na cor verde, e os condutores fases nas cores vermelho, preto e branco e retorno na cor amarela.

No puxamento dos cabos, especial cuidado deve ser tomado de forma a não ofender o isolamento ou sua blindagem quando existir.

Nunca efetuar a enfição, antes do reconhecimento, limpeza e enxugamento da tubulação.

Todos os condutores deverão receber identificação com anilhas em ambas as extremidades com o número do circuito, e a indicação do quadro de origem.

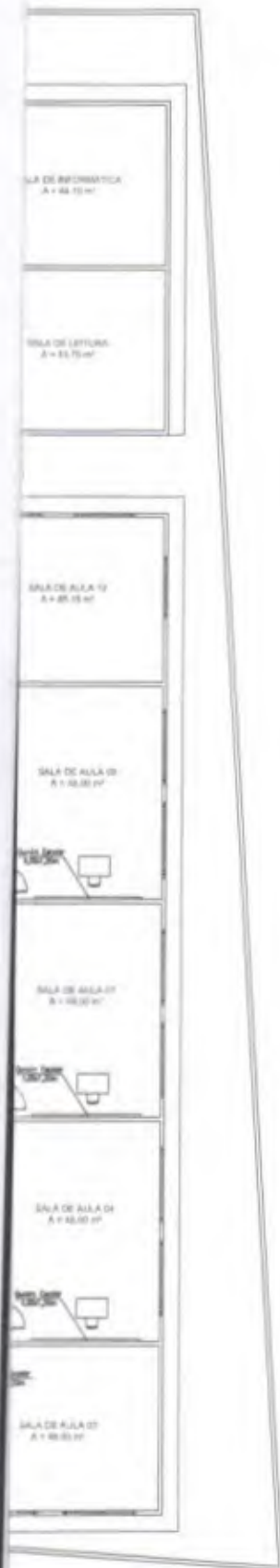


SERVIÇOS FINAIS

➤ Carga manual e transporte de material excerto rocha em caminhão, este material a ser retirado da obra é todo o material não aproveitável que foi removido ou demolido do prédio existente a ser reformado. O material a ser removido será definido pela fiscalização, assim como o local a ser expurgado o mesmo.


➤ *Limpeza*

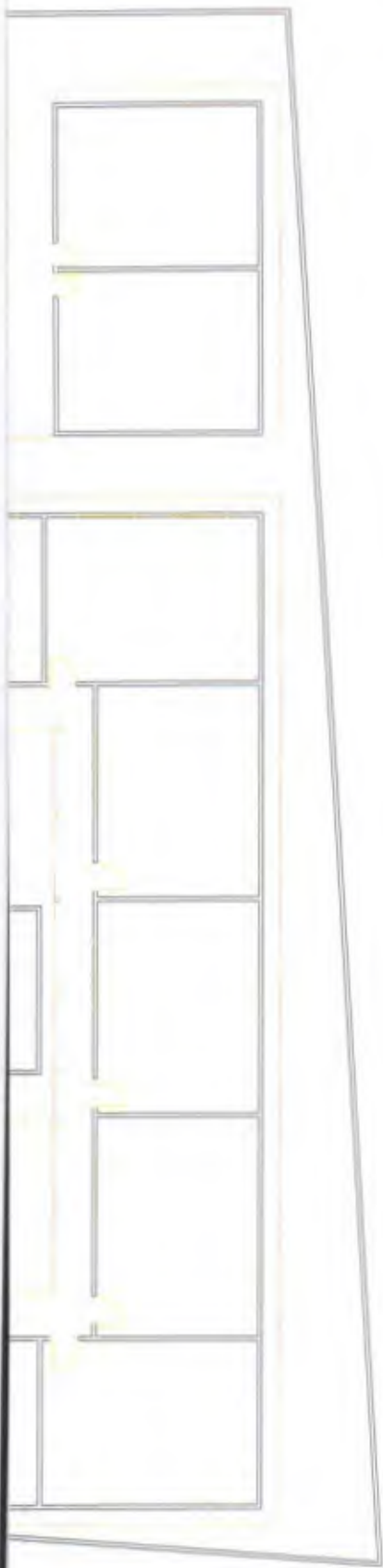
A limpeza geral da obra deverá ser feita pela parte contratada retirando todos os entulhos e materiais provenientes da obra em execução, sendo cuidadosamente varridos e limpos todos os acessos. A obra deverá ser entregue totalmente limpa com pisos e revestimentos cerâmicos devidamente lavados sem presença de manchas ou argamassas.



Carilto: [Signature]
Eng. Civil
CRF nº 16027

[Signature]

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIIPOCA			
OBRA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO			
ASSUNTO PROJETO ARQUITETÔNICO			PRANCHA 01/06
CONTEUDO PLANTA BAIXA EXISTENTE			
PROJETO EXECUTIVO	AUTOR EMANUEL LUCAS ARQUITETO E URBANISTA	ESCALA 1:250	DATA JUL/2023
ARQUIVO XXXXX			



Camilo F. Barbosa Azevedo
Engenheiro Civil
CREA-SC 133027

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍPOCA**

OBRA	EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO		
ASSUNTO	PROJETO ARQUITETÔNICO	PRANCHA	02/06
CONTEUDO	PLANTA DE DEMOLIÇÃO		
PROJETO	EXECUTIVO	AUTOR	EMANUEL LUCAS ARQUITETO E URBANISTA
ESCALA	1:250	DATA	JUL/2023
ARQUIVO	XXXXX		



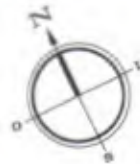
Caetano F. ...
Engenheiro Civil
CREA 30.827



Itaipoca

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIIPOCA

OBRA	EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO		
ASSUNTO	PROJETO ARQUITETÔNICO	PRANCHA	03/06
CONTENIDO	PLANTA DE CONSTRUÇÃO	PROJETO	EXECUTIVO
ARQUIVO	XXXXX	AUTOR	EMANUEL LUCAS ARQUITETO E URBANISTA
		ESCALA	1:250
		DATA	JUL/2023



QUADRO DE ESQUADRIAS (PORTAS)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MEDIDAS	QUANTIDADE
P1	Porta em madeira maciça	0,90 x 2,10 m	21
P2	Porta lambril alumínio branco	0,90 x 2,10 m	05
P3	Porta lambril alumínio branco	0,60 x 2,10 m	04
P4	Porta lambril alumínio branco	0,60 x 1,60 m	12

QUADRO DE ESQUADRIAS (JANELAS)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MEDIDAS	QUANTIDADE
J1	Janela em alumínio branco com vidro translucido	2,50 x 0,60 m	43
J2	Janela em alumínio branco com vidro translucido	1,60 x 1,00 m	05
J3	Janela em alumínio branco com vidro translucido	1,60 x 0,60 m	12
J4	Janela em alumínio branco com vidro translucido	0,80 x 0,60 m	01

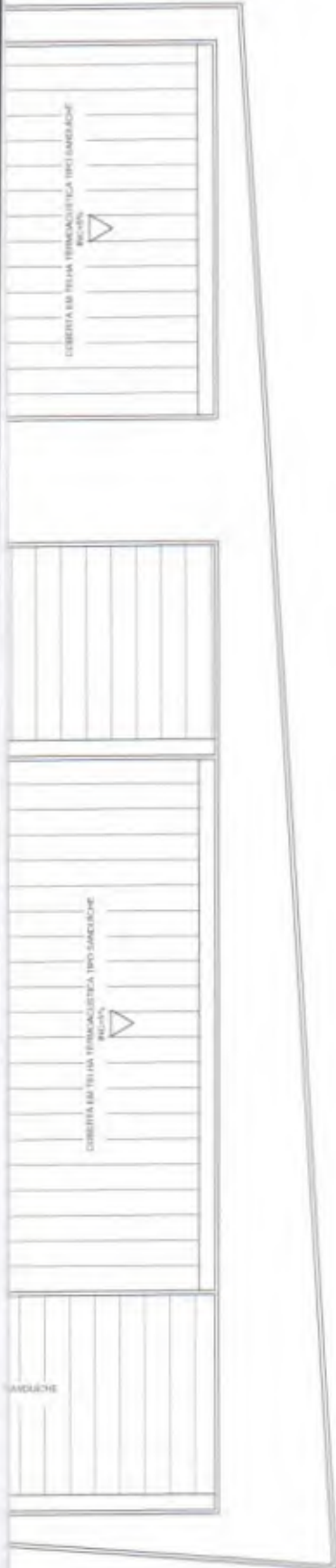
Camilo Augusto da Silva
Engenheiro Civil
CREA-CE 000.027



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍPOCA


OBRA: EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO			
ASSUNTO: PROJETO ARQUITETÔNICO			PRANCHA: 04/06
CONTEÚDO: PLANTA BAIXA			
PROJETO: EXECUTIVO	ALTORE: EMANUEL LUCAS ARQUITETO E URBANISTA	ESCALA: 1:250	DATA: JUL/2023
ARQUIVO: XXXXX			

Handwritten signature/initials.



Carilo Silva da Silva
Engenheiro Civil
CREA-CE 512627

Handwritten signature


 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍPOCA			
OBRA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO			
ASSUNTO PROJETO ARQUITETÔNICO			PRANCHA 05/06
CONTEUDO PLANTA DE COBERTA			
PROJETO EXECUTIVO	AUTOR EMANUEL LUCAS ARQUITETO E URBANISTA.	ESCALA 1:250	DATA JUL/2023
ARQUIVO XXXXX			



QUADRO DE PILARES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PERFIL	QUANTIDADE
P1	Pilar de concreto armado	0,20 x 0,20 m	18
P2	Pilar de concreto armado	0,15 x 0,25 m	21

Danilo Pinheiro da Silva
 Engenheiro Civil
 CREA-CE 310827

 Itaipoca		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍPOCA	
OBRA: EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO			
ASSUNTO: PROJETO ARQUITETÔNICO			PRANCHA: 06/06
CONTEUDO: DISTRIBUIÇÃO DE PILARES			
PROJETO: EXECUTIVO	AUTOR: EMANUEL LUCAS <small>ARQUITETO E URBANISTA</small>	ESCALA: 1:250	DATA: JUL/2023
ARQUIVO: XXXXX			



9.15	C0534	SEINFRA	CABO ISOLADO PVC 750V 4MM2	M	9.401,34	7,44	9,44	R\$	40.832,40	R\$	51.542,20
9.16	C0558	SEINFRA	CABO EM PVC 1000V 35MM2	M	33,00	27,11	34,39	R\$	894,63	R\$	1.134,84
9.17	C0559	SEINFRA	CABO EM PVC 1000V 70MM2	M	132,00	50,73	64,35	R\$	6.095,38	R\$	8.494,33
9.18	C1494	SEINFRA	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V	UN	23,00	15,48	19,64	R\$	356,04	R\$	451,64
9.19	C1479	SEINFRA	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	19,00	27,31	34,64	R\$	518,89	R\$	658,21
9.20	C1489	SEINFRA	INTERRUPTOR TRÊS TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	1,00	38,55	48,90	R\$	38,55	R\$	48,90
9.21	C4792	SEINFRA	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 2P+T 10A-250V	UN	48,00	23,81	30,20	R\$	1.142,88	R\$	1.449,74
9.22	C2484	SEINFRA	TOMADA 2 POLOS MAIS TERRA 20A 250V	UN	34,00	19,31	24,49	R\$	656,34	R\$	832,82
9.23	C4762	SEINFRA	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 2"	UN	125,00	7,38	9,38	R\$	922,50	R\$	1.170,19
9.24	98278	SIURS	LÂMPADA DE LED (BULBO) SOQUETE E-27/ E-40 - 40W	UN	112,00	71,48	90,67	R\$	8.005,76	R\$	10.185,31
9.25	CP962	CPU	LUMINÁRIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12x13 W	UND	9,00	36,46	48,25	R\$	328,14	R\$	416,25
9.26	C4761	SEINFRA	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 4"	UN	121,00	9,10	11,54	R\$	1.101,10	R\$	1.396,75
9.27	C0609	SEINFRA	CAIXA EM ALVENARIA (80X80X80cm) DE 1/2 TUOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	UN	5,00	425,25	539,43	R\$	2.126,25	R\$	2.697,15
9.28	C4765	SEINFRA	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 5/8"X 2,40M	UN	1,00	257,01	328,02	R\$	257,01	R\$	328,02
			SUBTOTAL					R\$	110.856,64	R\$	139.606,84
10.0			MURO TIPO - (FACHADA)								
10.1	C1620	SEINFRA	LETREIRO - LETRA EM CAIXA DE ZINCO, H= 20CM	UN	29,00	83,90	106,30	R\$	2.430,20	R\$	3.082,71
10.2	C1621	SEINFRA	LETREIRO - LETRA EM PAREDES	UN	37,96	15,16	19,23	R\$	590,92	R\$	711,53
10.3	C0844	SEINFRA	CONCRETO PAVIM., FCK 30 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	0,88	456,91	579,59	R\$	449,60	R\$	570,32
10.4	C4151	SEINFRA	ARMADURA DE AÇO CA 50B6	KG	88,40	13,55	17,19	R\$	1.333,32	R\$	1.691,32
10.5	C1408	SEINFRA	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESP= 12mm UTIL. 3 X	M2	3,23	116,39	147,04	R\$	376,33	R\$	477,37
10.6	C3733	SEINFRA	PORTÃO DE ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL, FECHAMENTO TOTAL C/ LAMBRI BOLA E CORREDIÇÃO (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	M2	8,05	380,20	482,28	R\$	3.060,61	R\$	3.862,38
10.7	C1207	SEINFRA	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA	M2	78,62	15,08	19,13	R\$	1.199,16	R\$	1.521,14
10.8	C1814	SEINFRA	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS C/MASSA	M2	78,62	20,78	26,36	R\$	1.652,43	R\$	2.096,10
10.9	C0980	SEINFRA	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE TUOLO COMUM, ARGAMASSA MISTA C/ CAL HIDRATADA	M3	1,80	863,93	1.095,90	R\$	1.555,07	R\$	1.972,81
10.10	C2943	SEINFRA	IMPERMEABILIZAÇÃO C/ EMULSÃO ASFÁLTICA CONSUMO 2kg/m²	M2	1,80	31,41	39,84	R\$	56,54	R\$	71,72
10.11	C0647	SEINFRA	ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO FURADO (8x19x19cm) ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA, ESP=9 cm	M2	8,81	36,38	46,15	R\$	356,89	R\$	452,71
10.12	C0776	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SPENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP = 5mm P/ PAREDE	M2	10,71	6,18	7,84	R\$	66,19	R\$	83,96
10.13	C3028	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	10,71	43,26	54,88	R\$	463,31	R\$	587,71
			SUBTOTAL					R\$	13.860,57	R\$	17.201,58
11.0			SERVIÇOS FINAIS								
11.1	C0782	SEINFRA	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	151,47	21,85	27,72	R\$	3.309,62	R\$	4.196,25
11.2	C2533	SEINFRA	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 5 KM	M3	1.809,00	24,01	30,48	R\$	38.832,09	R\$	49.004,81
11.3	C3447	SEINFRA	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA	M2	1.608,00	1,17	1,48	R\$	1.882,53	R\$	2.387,99
			SUBTOTAL					R\$	43.824,24	R\$	56.691,04
					CUSTO S/ BDI			R\$	1.311.344,75		
			VALOR DA REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDO		CUSTO C/ BDI					R\$	1.663.440,98



Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 544627

RS



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente



COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA

OBRA: REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO

ENDEREÇO: BOA VISTA, SEDE URBANA, ITAPIPOCA-CE.

DATA DE PREÇO BASE: SEINFRA 27.1, SINAPI 05 2023 (COM DESONERAÇÃO) - SIURB 01/2023 (COM DESONERAÇÃO)

BDI: 26,85%

CP001 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
18584	ENGENHEIRO JÚNIOR	HxMÊS	0,2000	16.693,95	3.338,79
18590	ENCARREGADO GERAL/MESTRE DE OBRA	HxMÊS	0,3600	6.644,30	2.391,95
					Total: 5.730,74
					Total Simples: 5.730,74
					TOTAL P/ 04 MESES 22.922,95
					FRAÇÃO DE 100% 229,23
					Valor BDI: 0,00
					Valor Geral: 5.730,74
					TOTAL % 229,23

CP002 LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	0,5000	16,7700	8,3850
12312	ELETRICISTA	H	0,5000	20,7700	10,3850
					Total: 18,7700
MATERIAIS					
39385	LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W, D = *17* CM	UN	1,0000	17,6900	17,6900
					Total: 17,6900
					Total Simples: 36,46
					Encargos Sociais: INCLUSO
					Valor BDI: 0,00
					Valor Geral: 36,46

Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 030627

CP003 QUADRO ESCOLAR EM FÓRMICA BRANCA COMPENSADO PLASTIFICADO 12MM COM MOLDURA (M2)

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0498	CARPINTEIRO	H	3,0000	20,7700	62,3100
I2395	PINTOR	H	1,5000	20,7700	31,1550
I2543	SERVENTE	H	2,5000	15,5500	38,8750

Total: 132,3400

MATERIAIS

I0526	CHAPA COMPENSADO PLASTIFICADO 12MM (1,20 X 2,50M)	M2	1,2100	29,5700	35,7797
I2250	VERNIZ SINTÉTICO	L	0,5000	25,9400	12,9700
I1342	LAMINADO MELAMÍNICO, ESP=1MM	M2	1,0500	33,9000	35,5950
I0816	COLA FÓRMICA	KG	0,1000	33,7900	3,3790
I1347	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	UN	0,6000	0,5500	0,3300
I1726	PREGO 16X24	KG	0,2000	16,7500	3,3500
I1829	RODAPÉ DE PEROBA (MADEIRA DE 1A QUALIDADE) DE 1.5X7CM	M	4,0000	11,1700	44,6800

Total: 136,0837

Total Simples: 268,42
Encargos Sociais: INCLUSO

Valor BDI: 0,00
Valor Geral: 268,42



Camilo Pires da Mota
 Engenheiro Civil
 CREA-CE 010627

AB

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO

LOCAL: BOA VISTA, SEDE URBANA, ITAPIPOCA-CE.

DATA DE PREÇO BASE: SEINFRA 27.1, SINAPI 05 2023 (COM DESONERAÇÃO) - SIURB 01/2023 (COM DESONERAÇÃO)

BDI: 26,92%

ITEM	CÓDIGO	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			DIMENSIONAMENTO									
		DISCRIMINAÇÃO	UND.	QTD	DIM 1	DIM 2	DIM 3	DIM 4	DIM 5					
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES												
1.1	CP001	ADMINISTRAÇÃO DE ORA	%	100	=									
1.2	C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	m2	10,00	=	2,5	x	4,0	= 10,00					
1.3	C1043	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO	m3	37,63		COMP	LARG	ALT.	QUANT.	TOTAL				
		PAREDES CANTINA E DEPÓSITO				29,71	x	0,15	x	2,85	x	1,00	=	12,70
		HALL (ANTIGO BANHEIRO)				11,18	x	0,15	x	2,85	x	1,00	=	4,78
		COORDENAÇÃO E ALMOXAFIFADO				9,00	x	0,15	x	2,85	x	1,00	=	3,85
		SALA DE AULA 09				28,00	x	0,15	x	2,85	x	1,00	=	11,97
		DEPÓSITO DE ALIMENTO E DEP. DE LIMPEZA				10,14	x	0,15	x	2,85	x	1,00	=	4,33
									SOMA	=	37,63	m3		
1.4	C1045	DEMOLIÇÃO DE COBERTURA C/ TELHAS CERÂMICAS	m2	1.291,10		COMP	LARG	TOTAL						
		HALL PÁTIO DA ENTRADA				13,68	x	5,10	=	69,77				
		ÁREA DA CANTINA E DEPÓSITO				9,32	x	6,47	=	60,30				
		HALL (ANTIGO BANHEIRO)				6,00	x	4,88	=	29,28				
		COORDENAÇÃO E ALMOXAFIFADO				6,15	x	7,00	=	43,05				
		SALA DE AULA 09				8,00	x	6,00	=	48,00				
		SALA DE AULA 03				8,00	x	6,00	=	48,00				
		BLOCO DA SECRETARIA A SALA DE AULA 03				MEDIDO EM PROJETO		=	154,00					
		BLOCO SALA DE AULA 01 E DIRETORIA				MEDIDO EM PROJETO		=	66,70					
		BLOCO SALA DE AULA 05 A SALA DE MÚSICA E PÁTIO COBERTO				MEDIDO EM PROJETO		=	392,00					
		BLOCO SALA DE AULA 04 A SALA DE AULA 08				MEDIDO EM PROJETO		=	145,00					
		BLOCO SALA DE AULA 09 A SALA DE AULA 12				MEDIDO EM PROJETO		=	235,00					
						SOMA			=	1291,10				
1.5	C1052	DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA P/TELHADOS	m2	1.291,10		ÁREA	QUANT.	TOTAL						
		ÁREA DO TELhado REMOVIDO			=	1291,10	x	1,00	=	1291,10				
						SOMA			=	1291,10 m2				
1.6	C1061	DEMOLIÇÃO DE LOUÇA SANITÁRIA	UN	15,00		DEMOLIÇÃO DE LOUÇA SANITÁRIA DE BANHEIROS E DIVERSOS.								
		BANHEIROS				= 12,00								
		CANTINA - (PIA)				= 1,00								
		CIRCUL. EXTERNA				= 2,00								
						SOMA			=	15,00				
1.7	C1070	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ ARGAMASSA	m2	103,92		COMP.	ALTURA	QUANT	TOTAL					
		QUADROS NEGROS				1,22	x	4,00	x	9,00	=	43,92		
		REBOCOS RUINS				20,00	x	3,00	x	1,00	=	60,00		
							x	x	=					
						SOMA			=	103,92				
1.8	C1066	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	m2	33,70		COMP.	LARG.	QUANT	TOTAL					
		SALA DE ARQUIVO DA SECRETARIA				5,20	x	1,25	x	1,00	=	6,50		
		CIRCULAÇÃO SALA DOS PROF. E SALA DE LEITURA							=	27,20				
						SOMA			=	33,70				
1.9	C1064	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO	m2	1.096,58		COMP.	LARG.	QUANT	TOTAL					
		SALA DE AULAS				8,00	x	6,00	x	12,00	=	576,00		
		DIRETORIA				7,00	x	3,63	x	1,00	=	25,41		

(Handwritten signature)

Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 340627

		SECRETARIA			5,20	x	3,65	x	1,00	=	18,98
		SALA DE MUSICA			5,80	x	5,90	x	1,00	=	34,22
		COZINHA E DISPENSA			5,90	x	6,17	x	1,00	=	36,40
		BANHEIRO FEM			2,35	x	5,90	x	1,00	=	13,87
		BANHEIRO MASC			3,26	x	6,00	x	1,00	=	19,56
		SALA DE REFORÇO			2,32	x	8,00	x	1,00	=	18,56
		CIRCULAÇÕES								=	226,48
		SALA DE LEITURA								=	43,70
		SALA DOS PROFESSORES								=	44,10
		COORDENAÇÃO								=	18,00
		SALA AEE								=	21,30
											SOMA = 1096,58
1.10	C2210	RETIRADA DE PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE BATENTES	m2	35,28	COMP	LARG	QUANT	TOTAL			
		CANTINA			0,80	x	2,10	x	21,00	=	35,28
											SOMA = 35,28
1.11	C3040	RETIRADA DE GRADE DE FERRO	m2	21,74	COMP	ALTURA	QUANT	TOTAL			
		GRADES EXISTENTES			10,35	x	2,10	x	1,00	=	21,74
											SOMA = 21,74 M2
1.12	C2717	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	m3	11,04	ÁREAS	ALTURA	QUANT	TOTAL			
		PILARES DA CAIXA D'ÁGUA			0,06	x	4,50	x	4,00	=	1,13
		VIGAS DA CAIXA D'ÁGUA			0,06	x	2,50	x	4,00	=	0,80
		PAREDES DA CAIXA D'ÁGUA			0,50	x	2,50	x	4,00	=	5,00
		PILARES CIRCULARES DA CIRCULAÇÃO			0,03	x	3,00	x	27,00	=	2,54
		PILARES RETANGULARES DA CIRCULAÇÃO			0,08	x	3,00	x	7,00	=	1,58
											SOMA = 11,04 M3
1.13	C1074	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/CERÂMICAS	m2	859,77	COMP.	ALTURA	QUANT.	TOTAL			
		INTERNO DAS SALAS DE AULAS			28,00	x	1,20	x	11,00	=	369,60
		DIRETORIA			21,00	x	1,20	x	1,00	=	25,20
		SALA DE MUSICA			23,40	x	1,20	x	1,00	=	28,08
		SECRETARIA			17,70	x	1,20	x	1,00	=	21,24
		BANHEIROS MASC. E FEM.			33,20	x	1,80	x	1,00	=	59,76
		HALL (ANTIGO BANHEIRO)			12,60	x	1,80	x	1,00	=	22,68
		COZINHA E DEPOSITO			41,70	x	1,80	x	1,00	=	75,06
		EXTERNOS DAS SALAS DE AULAS			198,58	x	1,30	x	1,00	=	258,15
											SOMA = 859,77 m2
		COBERTA, FUNDAÇÕES, PAREDES E PAINEIS									
2.1	C0661	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA 26 DESENVOLVIMENTO 50cm	m	152,00	COMP.	QUANT	TOTAL				
		COBERTA COMPLETA CONFORME PROJETO			152,00	x	1,00	=	152,00		
											SOMA = 152,00
2.2	C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A CAT PROF ATÉ 1,50m	m3	7,65	COMP.	LARG.	PROF.	QUANT.	TOTAL		
		SAPATAS PILARES LAJE DE ENTRADA			0,50	x	0,50	x	0,60	x	6,00 = 0,90
		SAPATAS PILARES DOS BANHEIROS NOVOS			0,50	x	0,50	x	0,60	x	6,00 = 0,90
		SAPATAS PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,50	x	0,50	x	0,60	x	39,00 = 5,85
											SOMA = 7,65 M3
2.3	C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/ MACO DE 30 A 60 KG	m2	12,75	COMP.	LARG.	QUANT.	TOTAL			
		SAPATAS PILARES LAJE DE ENTRADA			0,50	x	0,50	x	6,00	=	1,50
		SAPATAS PILARES DOS BANHEIROS NOVOS			0,50	x	0,50	x	6,00	=	1,50
		SAPATAS PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,50	x	0,50	x	39,00	=	9,75
											SOMA = 12,75 M3
2.4	C2921	REATERRO C/ COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA	m3	5,38							
		TOTAL DO MATERIAL ESCAVADO									= 7,65
		CONCRETOS DA INFRAESTRUTURA									= 2,27
											DIFERENÇA = 5,38 M3



[Handwritten signature]

Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 310627

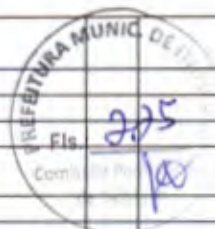
2.5	C0330	ATERRO C/ COMPACTAÇÃO MANUAL S/ CONTROLE MAT C/AQUISIÇÃO	m3	79,26	LARGURA	COMP	ALTURA	QUANT	
		SAPATAS PILARES LAJE DE ENTRADA			0,50	x	0,50	x	6,00 = 0,75
		SAPATAS PILARES DOS BANHEIROS NOVOS			0,50	x	0,50	x	6,00 = 0,75
		SAPATAS PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,50	x	0,50	x	39,00 = 4,88
		ATERRO DAS ÁREAS PARA DEIXAR MESMO NÍVEL DAS SALAS DE AULAS			ÁREA 1		236,93	x	0,15 = 35,54
					ÁREA 2		249	x	0,15 = 37,36
					SOMA = 79,26 M3				
2.6	C0216	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 8.0 10.0 mm	kg	519,75	CONCRET O (m3)	PESO (kg/m3)	TOTAL		
		SOMENTE O CONCRETO DOS PILARES E VIGAS			4,33	x	120,00 =	519,75	
2.7	C1400	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A P/ FUNDAÇÕES UTIL 5 X	m2	32,28	161,40	+	5,00 =	32,28	
					COMP	ALT	N. VEZ	QUANT.	
		SAPATAS PILARES LAJE DE ENTRADA			0,50	x	0,5	x	1,00 x 6,00 = 1,50
		SAPATAS PILARES DOS BANHEIROS NOVOS			0,50	x	0,5	x	1,00 x 6,00 = 1,50
		SAPATAS PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,80	x	0,50	x	1,00 x 39,00 = 15,60
		PILARES LAJE DE ENTRADA			0,80	x	3,50	x	1,00 x 6,00 = 16,80
		PILARES DOS BANHEIROS NOVOS			0,80	x	3,50	x	1,00 x 6,00 = 16,80
		PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,80	x	3,50	x	1,00 x 21,00 = 58,80
		PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,80	x	3,50	x	1,00 x 18,00 = 50,40
					SOMA = 161,40				
2.8	C4592	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA 1:4	M3	7,36	COMP	LARG	ALTURA	QUANT	TOTAL
		COZINHA E DESPENSA			17,90	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 1,43
		WC DEFICIENTE NOVO			6,91	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 0,55
		HALL (ANTIGO BANHEIRO)			12,47	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 1,00
		SALA DE AULA 09 - NOVA			23,50	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 1,88
		SALA DE AEE			10,92	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 0,87
		BANHEIROS MASC. E FEM. PROFESSORES			9,12	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 0,73
		SALA DE ARQUIVOS			11,15	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 0,89
					SOMA = 7,36 M3				
2.9	C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	m2	528,60	COMP	ALT	QUANT	TOTAL	
		COZINHA E DESPENSA			17,90	x	3,50	x	1,00 = 62,65
		WC DEFICIENTE NOVO			6,91	x	3,50	x	1,00 = 24,19
		HALL (ANTIGO BANHEIRO)			12,47	x	3,00	x	1,00 = 37,41
		SALA DE AULA 09 - NOVA			23,50	x	3,50	x	1,00 = 82,25
		SALA DE AEE			10,92	x	3,50	x	1,00 = 38,22
		BANHEIROS MASC. E FEM. PROFESSORES			9,12	x	3,00	x	1,00 = 27,36
		SALA DE ARQUIVOS			11,15	x	3,50	x	1,00 = 39,03
		PLATIBANDA			228,84	x	1,00	x	1,00 = 228,84
					SOMA = 539,94				
		ÁREA A DESCONTAR							
		BURACOS PORTA E JANELAS			LARG	ALTURA	QUANT.	TOTAL	
		PORTAS DE 0,60M			0,60	x	2,10	x	2,00 = 2,52
		PORTAS DE 0,90M			0,60	x	2,10	x	7,00 = 8,82
					SOMA = 11,34				
					ÁREA DE ALVENARIA = 528,60 M2				
2.10	C850	CONCRETO PRE-MISTURADO FCK 25 MPa	m3	17,71	COMP	LARG.	ALT.	QUANT	TOTAL
		SAPATAS PILARES LAJE DE ENTRADA			0,60	x	0,60	x	0,25 x 6,00 = 0,54
		SAPATAS PILARES DOS BANHEIROS NOVOS			0,60	x	0,60	x	0,25 x 6,00 = 0,54
		SAPATAS PILARES DAS CIRCULAÇÕES			9,85	x	0,10	x	0,10 x 39,00 = 3,84
		PILARES LAJE DE ENTRADA			0,25	x	0,15	x	3,50 x 6,00 = 0,79
		PILARES DOS BANHEIROS NOVOS			0,25	x	0,15	x	3,50 x 6,00 = 0,79
		PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,25	x	0,15	x	3,50 x 21,00 = 2,76
		PILARES DAS CIRCULAÇÕES			0,20	x	0,20	x	3,50 x 18,00 = 2,52
		VIGA DE CONCRETO ARMADO			74,23	x	0,20	x	0,40 x 1,00 = 5,94
					SOMA = 17,71				
2.11	C1603	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVACÃO	m3	17,71	VOLUME TOTAL DO CONCRETO				
2.12	C4468	FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM	m2	336,00	COMP	LARG	QUANT.	TOTAL	

107

Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 34627

FORRO EM GERAL:		SALA DE AULA 02	8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00			
		SALA DE AULA 03	8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00			
		SALA DE AULA 04	8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00			
		SALA DE AULA 07	8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00			
		SALA DE AULA 08	8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00			
		SALA DE AULA 12	8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00			
		SALA DE AULA 11	8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00			
										SOMA	=	336,00 M2

2.13	C4420	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO ACIMA DE 4,01 m	m²	126,80						ÁREA			
		LAJE DE ENTRADA								70,20			
		LAJE DA COZINHA E DEPÓSITO								36,30			
		LAJE WC DEF. NOVO								5,30			
		LAJE BANHEIROS NOS VOS PROFESSORES								15,00			
											SOMA	=	126,80 M2



2.14	C2450	TELHA TERMOACÚSTICA TRAPEZOIDAL INCLINAÇÃO 17,6%	m²	992,70						ÁREA			
		BLOCO DA SECRETARIA A SALA DE AULA 03								MEDIDO EM PROJETO	=	154,00	
		BLOCO SALA DE AULA 01 E DIRETORIA								MEDIDO EM PROJETO	=	66,70	
		BLOCO SALA DE AULA 05 A SALA DE MÚSICA E PÁTIO COBERTO								MEDIDO EM PROJETO	=	392,00	
		BLOCO SALA DE AULA 04 A SALA DE AULA 08								MEDIDO EM PROJETO	=	145,00	
		BLOCO SALA DE AULA 09 A SALA DE AULA 12								MEDIDO EM PROJETO	=	235,00	
											SOMA	=	992,70 M2

2.15	C1329	ESTRUTURA DE AÇO EM SHED VÃO DE 20m	m²	992,70						ÁREA			
		BLOCO DA SECRETARIA A SALA DE AULA 03								MEDIDO EM PROJETO	=	154,00	
		BLOCO SALA DE AULA 01 E DIRETORIA								MEDIDO EM PROJETO	=	66,70	
		BLOCO SALA DE AULA 05 A SALA DE MÚSICA E PÁTIO COBERTO								MEDIDO EM PROJETO	=	392,00	
		BLOCO SALA DE AULA 04 A SALA DE AULA 08								MEDIDO EM PROJETO	=	145,00	
		BLOCO SALA DE AULA 09 A SALA DE AULA 12								MEDIDO EM PROJETO	=	235,00	
											SOMA	=	992,70 M2

3.0 REVESTIMENTOS E IMPERMEABILIZAÇÃO

3.1	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	m2	1.003,20	ÁREA, (m2)	NUM. VEZES	QUANT	TOTAL				
		CHAPISCO DA AREA DE ALVENARIA A SER CONSTRUÍDA			501,60	x	2,00	x	1,00	=	1003,20	
										SOMA	=	1003,20

3.2	C3245	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:6	m2	857,84								
		ÁREA DE REVEST. CERÂMICO			=	857,84	x	1,00	=	857,84		
										SOMA	=	857,84

3.3	C2122	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CAL EM PASTA E AREIA PENEIRADA TRAÇO 1:4 ESP=5 mm P/PAREDE	m2	967,20	ÁREA CHAPIOSC							
		ALVENARIA NOVA								=	1003,20	
		REVESTIMENTO CERÂMICO DE 1,20 DE ALTURA								=	36,00	
										SOMA	=	967,20 m2

3.4	C4431	CERÂMICA ESMALTADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ATÉ 10x10cm (100 cm²) - DECORATIVA P/ PAREDE	m2	682,42	COMP.	ALTURA	QUANT.	TOTAL				
		INTERNO DAS SALAS DE AULAS			28,00	x	1,20	x	11,00	=	369,60	
		DIRETORIA			21,00	x	1,20	x	1,00	=	25,20	
		SALA DE MÚSICA			23,40	x	1,20	x	1,00	=	28,08	
		SECRETARIA			17,70	x	1,20	x	1,00	=	21,24	
		EXTERNOS DAS SALAS DE AULAS			198,58	x	1,20	x	1,00	=	238,30	
										SOMA	=	682,42 m2

3.5	C1102	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 10x10 cm (100 cm²) - DECORATIVA (PAREDE/PISO)	m2	682,42	ÁREA	QUANT.	TOTAL					
		SUB-ITEM 3.4, (REVEST. DAS PAREDES)			682,42	x	1,00	=	682,42			
										SOMA	=	682,42 m2

3.6	C4445	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE	m2	175,43	COMP.	ALTURA	QUANT.	TOTAL				
-----	-------	---	----	--------	-------	--------	--------	-------	--	--	--	--

CP

Camilo Pires da Muta
Engenheiro Civil
CREA-CE 340627

		BANHEIROS MASC. E FEM.			33,20	x	1,80	x	1,00	=	59,76
		BANHEIRO DEFICIENTE NOVO			8,36	x	1,80	x	1,00	=	15,05
		COZINHA E DESPENSA			41,70	x	1,80	x	1,00	=	75,06
		BANHEIROS PROF. NOVOS			7,10	x	1,80	x	2,00	=	25,56
										SOMA	= 175,43 m2
3.7	C1120	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm²) (PAREDE/PISO)	m2	175,43	ÁREA	QUANT.	TOTAL				
		SUB-ITEM 3.4, (REVEST. DAS PAREDES)			175,43	x	1,00	=	175,43		
		SUB-ITEM 4.5 (PISO)			0,00	x	1,00	=	0,00		
										SOMA	= 175,43 m2
3.8	C5017	IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA, CLASSE B, ESTRUTURADA COM POLIESTER NÃO TECIDO, FACES EM POLIETILENO, TIPO II, E=3MM	m2	70,20							
		LAJE DE ENTRADA IMPERMEABILIZADA COM MANTA			CONFORM PROJETO			=	70,20		
										SOMA	= 70,20 m2



Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 340627

201

4.0 PISOS				LARG.	COMP	QUANT.	ALTURA	TOTAL				
4.1	C3025	PISO MORTO CONCRETO FCK=13,5MPa C/ PREPARO E LANÇAMENTO	m3	67,55								
		SALA DE AULAS		8,00	x	6,00	x	12,00	x	0,05	=	28,80
		DIRETORIA		7,00	x	3,63	x	1,00	x	0,05	=	1,27
		SECRETARIA		5,20	x	3,65	x	1,00	x	0,05	=	0,95
		SALA DE MÚSICA		5,80	x	5,90	x	1,00	x	0,05	=	1,71
		COZINHA E DISPENSA		5,90	x	6,17	x	1,00	x	0,05	=	1,82
		BANHEIRO FEM		2,35	x	5,90	x	1,00	x	0,05	=	0,69
		BANHEIRO MASC		3,28	x	6,00	x	1,00	x	0,05	=	0,98
		SALA DE REFORÇO		2,32	x	8,00	x	1,00	x	0,05	=	0,93
		CIRCULAÇÕES						226,48	x	0,05	=	11,32
		SALA DE LEITURA						43,70	x	0,05	=	2,19
		SALA DOS PROFESSORES						44,10	x	0,05	=	2,21
		DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO						33,70	x	0,05	=	1,69
		PATIO COBERTO E PÁTIO DESCOBERTO						260,00	x	0,05	=	13,00
											=	67,55 M3
4.2	C1920	PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP.= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)	m2	1.281,15								
		SALA DE AULAS		8,00	x	6,00	x	12,00	=	576,00		
		DIRETORIA		7,00	x	3,63	x	1,00	=	25,41		
		SECRETARIA		5,20	x	3,65	x	1,00	=	18,98		
		SALA DE MÚSICA		5,80	x	5,90	x	1,00	=	34,22		
		SALA DE REFORÇO		2,32	x	8,00	x	1,00	=	18,56		
		CIRCULAÇÕES								226,48		
		SALA DE LEITURA								43,70		
		SALA DOS PROFESSORES								44,10		
		DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO								33,70		
		PATIO COBERTO E PÁTIO DESCOBERTO								260,00		
											=	1.281,15 M2
4.3	C2284	SOLEIRA DE GRANITO L= 15cm	m	2,00								
		ENTRADA DA COZINHA E DISPENSA		1,00	x	2,00	=	2,00				
								SOMA	=	2,00	m	
4.4	C4439	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ACIMA DE 30x30cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 P/ PISO	m2	81,61								
		COZINHA E DISPENSA									=	36,40
		BANHEIRO FEM									=	13,87
		BANHEIRO MASC									=	19,56
		BANHEIRO DEFICIENTE NOVO									=	5,36
		BANHEIROS PROF. NOVOS									=	6,42
								SOMA	=	81,61	m2	
4.5	C1120	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm²) (PAREDE/PISO)	m2	81,61								
		ÁREA DE CERÂMICAS									=	81,61
								SOMA	=	81,61	m2	
4.6	C3410	CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO	m2	15,28								
		CALÇADA		25,46	x	0,60	=	15,28				
								SOMA	=	15,28	m2	
4.7	C1437	GRELHA DE FERRO P/ CANALETAS	m	21,00								
		CANALETA P/ PATIO		21,00	x	1,00	=	21,00				
								SOMA		21,00	M	
5.0	ESQUADRIAS											
5.1	C1988	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0,90X 2,10)m	UN	21,00								
		PORTAS CONFORME PROJETO		0,90	x	2,10	x	21,00	=	21,00		
								SOMA	=	21,00	UN	
5.2	C1967	PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO COMPACTA	m2	24,75								
		AMBIENTES DE PORTAS TIPO P2 - VER PROJETO		0,90	x	2,10	x	5,00	=	9,45		



BS

Camilo Pires da Muta
Engenheiro Civil
CREA-CE-00627

		AMBIENTES DE PORTAS TIPO P3 - VER PROJETO			0,60	x	2,10	x	3,00	=	3,78	
		AMBIENTES DE PORTAS TIPO P4 - VER PROJETO			0,60	x	1,60	x	12,00	=	11,52	
					SOMA = 24,75 m2							
5.3	C4515	JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL/FOSCO, DE CORRER, COM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	m2	84,40	LARG		ALT		QUANT		TOTAL	
		AMBIENTES COM JANELAS TIPO P1 - VER PROJETO			2,50	x	0,60	x	44,00	=	66,00	
		AMBIENTES COM JANELAS TIPO P2 - VER PROJETO			1,60	x	1,00	x	4,00	=	6,40	
		AMBIENTES COM JANELAS TIPO P3 - VER PROJETO			1,60	x	0,60	x	12,00	=	11,52	
		AMBIENTES COM JANELAS TIPO P4 - VER PROJETO			0,80	x	0,60	x	1,00	=	0,48	
					SOMA = 84,40 m2							
5.4	C2670	VIDRO COMUM EM CAIXILHOS C/ MASSA ESP. = 4mm, COLOCADO	m2	84,40	ÁREA		QUANT					
		ÁREA DAS JANELAS DE ALUMÍNIO			84,40		1,00	=	84,40			
					SOMA = 84,40 m2							
5.5	C4068	BANCADA DE GRANITO CINZA E=2cm	m2	6,30	LARG		COMP		QUANT			
		DESPENSA			0,50	x	9,00	x	1,00	=	4,50	
		COZINHA			0,60	x	3,00	x	1,00	=	1,80	
					SOMA = 6,30 m2							
	C4070	DIVISÓRIA DE GRANITO CINZA E=2cm	m2	25,80	COMP		ALTURA		QUANT			
		SANITÁRIOS CONFORME PROJETO			1,25	x	1,60	x	12,00	=	24,00	
		MICTÓRIOS CONFORME PROJETO			0,60	x	0,60	x	5,00	=	1,80	
					25,80 M2							
5.7	C4638	PUXADOR HORIZONTAL/VERTICAL PARA PORTA	M	10,50	COMPRIM		QUANT					
		PORTAS DE MADEIRA			0,50	x	21,00			=	10,50	
					10,50 M							
5.8	C2680	VISOR COM VIDRO TEMPERADO E=6mm E MOLDURA DE MADEIRA	M2	3,36	COMPRIM		LARG		QUANT			
		PORTAS DE MADEIRA			0,40	x	0,40		21,00	=	3,36	
					3,36 M2							
5.9	CP003	QUADRO ESCOLAR EM FÓRMICA BRANCA COMPENSADO PLASTIFICADO 12MM COM MOLDURA	M2	63,44	COMPRIM		LARG		QUANT			
		QUADROS DAS SALAS DE AULAS			4,00	x	1,22		13,00	=	63,44	
					63,44 M2							
6.0	PINTURA											
	C2233	REVESTIMENTO TEXTURIZADO EM PAREDES INTERNA/EXTERNA C/ROLO	m2	1.813,89	PER		ALT		QUANT.		TOTAL	
		DENTROS SALAS DE AULAS - CONFORME PROJETO			510,02	X	1,80	X	1,00	=	918,04	
		DENTROS DOS BANHEIROS - CONFORME PROJETO			82,68	X	1,20	X	1,00	=	99,22	
		CORREDORES			278,76	X	1,80	X	1,00	=	501,77	
		FORA DAS SALAS			103,92	X	3,50	X	1,00	=	363,72	
					SOMA = 1.882,74 m2							
					A DESCONTAR ÁREA DE JANELAS E PORTAS 68,85 m2							
6.2	C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	m2	470,96	PER		ALT				ÁREA	
		PINTURA DOS MUROS INTERNO E EXTERNO			109,60	X	2,60			=	284,96	
					71,54	X	2,60			=	186,00	
					SOMA = 470,96 m2							
6.3	C1280	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	m2	26,00	COMP		ALTURA		N. VEZES		QUANT.	TOTAL
		PINTURA DAS PORTAS DE MADEIRA			0,90		2,10		2,00		21,00	26,00
6.4	C2042	PRIMER SINTÉTICO EM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO 25 MICRA C/REVÓLVER	m2	992,70								ÁREA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIARAPÓ
Fls. 228
Comissão Permanente de Licitação
de Licitação

783

Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 348527



				ESTRUTURA					992,70
6.5	C2040	PINTURA C/ PRIMER EPOXI EM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO 25 MICRA C/REVÓLVER	m2	992,70					ÁREA
				ESTRUTURA					992,70
7.0 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS									
7.1	C0603	CAIXA EM ALVENARIA (40X40X60cm) DE 1/2 TUJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	unid	4,00	UNID	QUANT			TOTAL
				ÁGUAS PLUVIAIS	1,00	x	4,00	=	4,00
									4,00 und
7.2	C0607	CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1 TUJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	unid	10,00	UNID	QUANT			TOTAL
				ÁGUAS PLUVIAIS	1,00	x	10,00	=	10,00
									10,00 und
7.3	C0608	CAIXA EM ALVENARIA (80X80X60cm) DE 1 TUJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	unid	4,00	UNID	QUANT			TOTAL
				ÁGUAS PLUVIAIS	1,00	x	4,00	=	4,00
									4,00 und
7.4	C4926	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	unid	6,00	UNID	QUANT			TOTAL
				BANHEIROS	1,00	x	6,00	=	6,00
									6,00 und
7.5	C2272	SIFÃO DE PVC RÍGIDO D= 2" (INSTALADO)	UN	12,00	UNID	QUANT			TOTAL
				SANITARIOS	1,00	x	12,00	=	12,00
									12,00 und
7.6	C2505	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA USO GERAL	UN	8,00	UNID	QUANT			TOTAL
				SANITARIOS E COZINHA	1,00	x	8,00	=	8,00
									8,00 und
7.7	C1242	ENGATE PLÁSTICO (INSTALADO)	UN	27,00	UNID	QUANT			TOTAL
				SANITARIOS, MICTÓRIOS	1,00	x	27,00	=	27,00
									27,00 und
7.8	C1792	MICTORIO DE LOUÇA BRANCA	UN	4,00	UNID	QUANT			TOTAL
				SANITARIOS	1,00	x	4,00	=	4,00
									4,00 und
7.9	C0348	BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA	UN	15,00	QUANT				TOTAL
				DISTRIBUIÇÃO PRINCIPAL / SAIDA DA CAIXA D. AGUA		15,00	=	15,00	
									15,00 und
7.10	C0797	CHUVEIRO PLÁSTICO (INSTALADO)	UN	3,00	QUANT				TOTAL
				SANITARIOS, (REDE DE DISTRIBUIÇÃO)		3,00	=	3,00	
									3,00 und
7.11	C2161	REGISTRO DE GAVETA BRUTO D= 50mm (2")	UN	3,00	QUANT				TOTAL
				CAIXA DE ÁGUA		3,00	=	3,00	
									3,00 und
7.12	C2159	REGISTRO DE GAVETA BRUTO D= 32mm (1 1/4")	UN	3,00	QUANT				TOTAL
				SANITARIOS		3,00	=	3,00	
									3,00 und
7.13	C2628	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 50mm (1 1/2")	M	12,00	COMP.	QUANT			TOTAL
				SANITARIOS	6,00	x	2,00	=	12,00
									12,00 und
7.14	C2626	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 32mm(1")	M	12,00	UNID	QUANT			TOTAL

Handwritten signature

				SANITARIOS	6,00	x	2,00		=	12,00	
										12,00	und
7.15	C2625	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL. CONEXÕES D= 25mm(3/4")	M	18,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				SANITARIOS	6,00	x	3,00		=	18,00	
				DRENOS ARCONDICIONADOS							
										18,00	und
7.16	C2593	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100MM (4")	M	102,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				SANITARIOS	3,00	x	6,00			102,00	
				DESCIDAS ÁGUAS PLUVIAIS	6,00	x	6,00				
				DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	8,00	x	6,00			102,00	und
7.17	C2603	TUBO PVC BRANCO RÍGIDO ESGOTO D=150mm (6")	M	15,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	2,50	x	6,00			15,00	und
7.18	C2601	TUBO PVC BRANCO RÍGIDO ESGOTO D=200mm (8")	M	48,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	8,00	x	6,00			48,00	M
7.19	C2603	TUBO PVC BRANCO RÍGIDO ESGOTO D=300mm (12")	M	24,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	4,00	x	6,00			24,00	M
7.20	C2596	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=50mm (2")	M	18,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				SANITARIOS	3,00	x	6,00		=	18,00	
										18,00	M
7.21	C1582	JUNÇÃO SIMPLES DE REDUÇÃO PVC P/ESGOTO 100X50mm(4"X2")	UN	2,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				SANITARIOS	2,00	x			=	2,00	
										2,00	und
7.22	C1549	JOELHO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100mm (4")	UN	14,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				DESCIDAS ÁGUAS PLUVIAIS	14,00	x			=	14,00	
										14,00	und
7.23	C3442	CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 1000L	-	4,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				DESCIDAS ÁGUAS PLUVIAIS		x	4,00		=	4,00	
										4,00	und
7.24	C4162	FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO EM ANÉIS D=1,20M	UN	1,00	UNID		QUANT			TOTAL	
						x	1,00		=	1,00	
										1,00	und
				LOUÇAS E ACESSORIOS							
8.1	C2506	TORNEIRA DE PRESSÃO P/JARDIM DE 3/4"	unid	1,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				EXTERNO	1,00	x	1,00		=	1,00	
										1,00	und
8.2	C3674	SUPORTE EM BARRA CHATA DE FERRO ENGASTADO NA PAREDE P/BANCADAS E/OU PRATELEIRAS	unid	20,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				DEPÓSITO DA COZINHA	20,00	x			=	20,00	
										20,00	und
8.3	C2497	TORNEIRA DE BÓIA D= 20mm (3/4")	unid	3,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				CAIXA D. ÁGUA	1,00	x	3,00		=	3,00	
										3,00	und
8.4	C4670	PORTA PAPEL METÁLICO	unid	6,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				SANITARIOS	1,00	x	6,00		=	6,00	
										6,00	und
8.5	C4671	SABONETEIRA METÁLICA	unid	6,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				SANITARIOS	1,00	x	6,00		=	6,00	
										6,00	und
8.6	C0355	BANCADA DE GRANITO C/ 2 CUBAS LOUÇAS, S/ACESSÓRIOS (1.60x0.60)m	unid	2,00	UNID		QUANT			TOTAL	
				SANITARIOS	1,00	x	2,00		=	2,00	
										2,00	und



AB

8.7	C1151	DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)	unid	16,00	UNID	QUANT	TOTAL		
			SANITARIOS		1,00	x	16,00	=	16,00 und
									16,00 und
8.8	C4069	BANCADA DE GRANITO (OUTRAS CORES) ESP. = 2cm (COLOCADO)	M2	1,20	ÁREA	QUANT	TOTAL		
			SANITARIOS		0,40	x	3,00	=	1,20 M2
									1,20 M2
8.9	SEINFRA	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR C/ TORNEIRA E ACESSÓRIOS	UN	3,00	UNID	QUANT	TOTAL		
			SANITARIOS		1,00	x	3,00	=	3,00 und
									3,00 und
8.12	C1151	DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)	unid	4,00	UNID	QUANT	TOTAL		
			SANITARIOS		1,00	x	4,00	=	4,00 und
									4,00 und
8.13	C3513	CHUVEIRO CROMADO C/ ARTICULAÇÃO	unid	11,00	UNID	QUANT	TOTAL		
			SANITARIOS		1,00	x	11,00	=	11,00 und
									11,00 und
8.14	C2272	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR C/ TORNEIRA E ACESSÓRIOS	unid	10,00	UNID	QUANT	TOTAL		
			SANITARIOS		1,00	x	10,00	=	10,00 und
									10,00 und
8.15	C1242	ENGATE PLÁSTICO (INSTALADO)	unid	21,00	UNID	QUANT	TOTAL		
			SANITARIOS		1,00	x	21,00	=	21,00 und
									21,00 und
9.0		INSTALAÇÃO ELÉTRICA		QUANT.					
9.1	C2061	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO GERAL BAIXA TENSÃO, C/ACESSÓRIOS- 3UN DE MEDIÇÃO	UN	1,00					
9.2	C1092	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 10A	UN	5,00					
9.3	C1093	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	UN	35,00					
9.4	C4816	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 175 A, COM CAIXA MOLDADA 10 KA	UN	2,00					
9.5	C4530	DISJUNTOR DIFERENCIAL DR-16A - 40A, 30mA	UN	2,00					
9.6	C4562	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO - DPS's - 40 KA/440V	UN	4,00					
9.7	C1196	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D=25mm (3/4")	M	631,01					
9.8	C1197	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D=32mm (1")	M	88,33					
9.9	C1198	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D=40mm (1 1/4")	M	110,11					
9.10	C1199	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D=50mm (1 1/2")	M	23,98					
9.11	C1194	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D=60mm (2")	M	43,89					
9.12	C1200	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D=75mm (2 1/2")	M	74,25					
9.13	C1201	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D=110mm (4")	M	33,00					
9.14	C0540	CABO ISOLADO PVC 750V 2,5MM2	M	2.711,74					
9.15	C0534	CABO ISOLADO PVC 750V 4MM2	M	5.461,34					
9.16	C0558	CABO EM PVC 1000V 35MM2	M	33,00					
9.17	C0559	CABO EM PVC 1000V 70MM2	M	132,00					
9.18	C1494	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V	UN	23,00					
9.19	C1479	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	19,00					
9.20	C1489	INTERRUPTOR TRES TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	1,00					
9.21	C4792	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 2P+T 10A-250V	UN	48,00					
9.22	C2484	TOMADA 2 POLOS MAIS TERRA 20A 250V	UN	34,00					
9.23	C4762	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 2"	UN	125,00					
9.24	98278	LÂMPADA DE LED (BULBO) SOQUETE E-27/ E-40 - 40W	UN	112,00					
9.25	CP002	LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W	UND	9,00					
9.26	C4761	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 4"	UN	121,00					
9.27	C0609	CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1/2 TJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	UN	5,00					



103

Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 10627

9.28	C4765	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 5/8"X 2.40M	UN	1,00									
10.0		MURO TIPO - (FACHADA)											
10.1	C1620	LETREIRO - LETRA EM CAIXA DE ZINCO, H= 20CM	und	29,00	UNIDADE		QUANT.						
		EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO			1,00	x	29,00						29,00
													SOMA = 29,00
10.2	C1621	LETREIRO - LETRA EM PAREDES	und	37,00	UNIDADE		QUANT.						
		PREFEITURA DE ITAÍPOCA, PRA FRENTE PRE GENTE			1,00	x	37,00						37,00
													SOMA = 37,00
10.3	C0844	CONCRETO P/VIBR., FCK 30 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	m3	0,98	COMP		ALTURA		LARG.				
		Marquise - superior			5,7	x	0,2	x	0,6				0,68
		Marquise - lateral			2,5	x	0,2	x	0,6				0,30
													SOMA = 0,98
10.4	C4151	ARMADURA DE AÇO CA 50/60	kg	98,40	M3		kg						
		100 Kg POR M3 DE CONCRETO			0,98	x	100,00						98,40 kg
													SOMA = 98,40
10.5	C1405	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESP = 12mm UTIL. 3 X	m2	3,23	COMP		ALTURA		LARG.				
		Marquise - superior			5,7	x	0,2	x	0,6				5,70
		Marquise - lateral			2,5	x	0,2	x	0,6				4,00
													SOMA = 3,23 m2
10.6	C3733	PORTÃO DE ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL, FECHAMENTO TOTAL C/ LAMBRI BOLA E CORREDIÇÃO (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	m2	8,05	LARGURA		ALTURA		QUANT.				
		ENTRADA NOVA			3,50	x	2,30	x	1,00				8,05
													SOMA = 8,05 m2
10.7	C1207	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA	m2	79,52	COMP		ALTURA		QUANT.				
		Marquise - superior			13,00	x	2,00	x	2,00				52,00
		Marquise - lateral			6,70	x	0,90	x	2,00				12,06
					3,20	x	0,90	x	2,00				5,76
					5,70	x		x	1,00				5,70
					4,00	x		x	1,00				4,00
									1,00				SOMA = 79,52 m2
10.8	C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	m2	79,52	COMP		ALTURA		QUANT.				
		ÁREA DE EMASSADA			79,52	x	1,00	x	1,00				79,52
													SOMA = 79,52 m2
10.9	C0055	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE TJOLO COMUM, C/ARGAMASSA MISTA C/ CAL HIDRATADA	m3	1,80	COMP		ALTURA		QUANT.				
		JARDIM			4,50	x	0,20	x	2,00				1,80
													SOMA = 1,80 m3
10.10	C2843	IMPERMEABILIZAÇÃO C/ EMULSÃO ASFÁLTICA CONSUMO 2kg/m²	m2	1,80	COMP		ALTURA		QUANT.				
		JARDIM			4,50	x	0,2	x	2				1,80
													SOMA = 1,80 m2
10.11	C0047	ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO FURADO (9x19x39)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA, ESP=9 cm	m2	9,81	COMP		ALTURA		QUANT.				
		JARDIM			4,50	x	0,20	x	1,00				0,90
					6,70	x	0,90	x	1,00				6,03
					3,20	x	0,90	x	1,00				2,88
													SOMA = 9,81 m2
10.12	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	m2	10,71	COMP		ALTURA		QUANT.				
					4,50	x	0,20	x	2,00				1,80
					6,70	x	0,90	x	1,00				6,03
					3,20	x	0,90	x	1,00				2,88
													SOMA = 10,71 m2
10.13	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	m2	10,71	COMP		ALTURA		QUANT.				
					4,50	x	0,20	x	2,00				1,80
					6,70	x	0,90	x	1,00				6,03
					3,20	x	0,90	x	1,00				2,88
													SOMA = 10,71 m2
11.0	SERVIÇOS FINAIS												
11.1	C0702	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	m3	151,47	=	151,47							
		ALVENARIA DE TJOLOS DEMOLIDA S/ REAPROVEITAMENTO			37,63	x	1,00	x	1,00	=	37,63		



		REMOÇÃO COBERTURA C/TELHAS CERÂMICAS S/ COND. DE REAPROVEITAMENTO			1291,10	x	0,05	x	1,00	=	64,55		
		DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA			103,92	x	0,03	x	1,00	=	2,60		
		DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO			33,70	x	0,05	x	1,00	=	1,69		
		DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO DE CONCRETO			1096,58	x	0,03	x	1,00	=	32,90		
		RETIRADA DE PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE BATEDENTES			35,28	x	0,03	x	1,00	=	1,06		
		DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO ARMADO			11,04	x	1,00	x	1,00	=	11,04		
											SOMA = 151,47	m3	
11.2	C2533	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 5 KM	m3	1.609,00	=	151,47							
11.3	C3447	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA	m2	1.609,00									
		ÁREA DO PRÉDIO ESCOLAR				1609,00							



Camilo Pires da Mota
 Engenheiro Civil
 CREA-CE 140627

(Handwritten signature)



BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - B.D.I						
DEMONSTRATIVO DE TAXA DE B.D.I			VARIÇÃO			
CÁLCULO DO B.D.I. TCU - TC 036.076/2011-2 - ACÓRDÃO 2622/2013			MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMA	
I - PARCELAS INCIDENTES SOBRE O CUSTO DIRETO						
1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - AC		3,00%	3,00%	4,00%	5,50%	
II - PARCELAS INCIDENTES SOBRE DESPESAS FINANCEIRAS						
2 - DESPESAS FINANCEIRAS						
2.1 - DESPESAS FINANCEIRAS - DF		0,59%	0,59%	1,23%	1,39%	
III - PARCELAS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO						
3.1 - RISCO - R						
3.1 - RISCO - R		0,97%	0,97%	1,27%	1,27%	
3.2 - LUCRO - L						
3.2 - LUCRO - L		8,94%	6,16%	7,40%	8,96%	
3.3 - TRIBUTOS - I						
3.4 - ISSQN						
3.4 - ISSQN		3,00%	2,00%	3,00%	5,00%	
3.5 - PIS						
3.5 - PIS		0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	
3.6 - COFINS						
3.6 - COFINS		3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	
3.7 - CPRB						
3.7 - CPRB		4,50%				
		11,15%				
4 - SEGURO E GARANTIA - SG						
4 - SEGURO E GARANTIA - SG		0,80%	0,80%	0,80%	1,00%	
IV - TOTAL DO B.D.I. CORRIGIDO (INCIDÊNCIA SOBRE CUSTO DIRETO)						
B.D.I. = (1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L)/(1-I)-1						
AC= ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;DF- DESPESAS FINANCEIRAS;R- RISCO; I-TRIBUTOS E L- LUCRO						
B.D.I. = (1+3%+0,59%+0,97%)*(1+0,59%)*(1+6,16%)/(1-10,15%)-1						
B.D.I. = ADOTADO			26,85%	17,17%	21,35%	26,77%
B.D.I. = ADOTADO			26,85%			
ISS PREFEITURA						
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (MÃO DE OBRA)	5,00%	x	70,00%	=	3,50%	
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA BRUTA (CPRB) DE 4,50% SEMPRE QUANDO HOUVER DESONERAÇÃO INSS						

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de Edifícios	20,34%	22,12%	25,00%

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

2.2. Para o tipo de obra "Construção de Edifícios"

PARCELA DO BDI	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%
PIS, COFINS e ISSQN	Conforme legislação específica		

Onde:

AC: taxa de administração central.

S: taxa de seguros.

R: taxa de riscos.

G: taxa de garantias.

DF: taxa de despesas financeiras.

L: taxa de lucro/remuneração.

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS).

Camilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 00627

MS

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (R\$)

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPOCA

OBRA: REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO

ENDEREÇO: BOA VISTA, SEDE URBANA, ITAIPOCA-CE

DATA DE PREÇO BASE: SEINFRA 27.1, SINAPI 05 2023 (COM DESONERAÇÃO) - SIURB 01/2023 (COM DESONERAÇÃO)

BDI: 28,85%

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR (R\$)	% ITEM	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS
1 - REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR							
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	165.437,71	9,95%	100%	-	-	-
				165.437,71	-	-	-
2.0	COBERTA, FUNDAÇÕES, PAREDES E PAINÉIS	553.142,85	33,25%	25%	25%	50%	-
				138.285,71	138.285,71	276.571,43	-
3.0	REVESTIMENTOS E IMPERMEABILIZAÇÃO	203.560,64	12,24%	30,00%	40%	30%	-
				61.068	81.424,26	61.068,19	-
4.0	PIÇOS	239.316,95	14,39%	50%	50%	-	-
				119.658,48	119.658,48	-	-
5.0	ESQUADRIAS	130.041,45	7,82%	-	-	30%	70%
				-	-	39.012,43	91.029,01
6.0	PINTURA	96.420,88	5,80%	-	-	50%	50%
				-	-	48.210,44	48.210,44
7.0	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	56.750,77	3,41%	-	30%	-	70%
				-	17.025,23	-	39.725,54
8.0	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS	6.370,27	0,38%	-	-	-	100%
				-	-	-	6.370,27
9.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	139.606,84	8,39%	-	30%	-	70%
				-	41.882,05	-	97.724,79
10.0	MURO TIPO - (FACHADA)	17.201,58	1,03%	-	-	-	100%
				-	-	-	17.201,58
10.0	SERVIÇOS FINAIS	55.591,04	3,34%	-	-	-	100%
				-	-	-	55.591,04
	Valores referente a requalificação R\$	1.663.440,98	100%	484.450,09	398.275,73	424.862,49	355.852,68
				29,12%	23,94%	25,54%	21,39%
				29,12%	53,07%	78,61%	100,00%

MS

Cumilo Pires da Mota
Engenheiro Civil
CREA-CE 1540627





ANEXO II - MODELO DE CARTA DE PROPOSTA COMERCIAL

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À

Comissão Permanente de Licitação

Itapipoca-CE.

Ref.: **TOMADA DE PREÇOS N°** _____

Prezados Senhores

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços objeto do Edital de **TOMADA DE PREÇOS N°** _____, pelo preço global de R\$ _____ (_____), com prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade n° _____ expedida em _____ Órgão Expedidor _____ e CPF n° _____, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de _____ (_____) a contar da data do primeiro dia útil seguinte, de abertura da licitação, de acordo com o Art. 110 e Parágrafo Único da Lei n° 8.666/93 e alterações.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente,

Assinatura

CPF



109



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À

Comissão Permanente de Licitação

Itapipoca-CE

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº _____

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

DATA

ASSINATURA

CPF

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

909



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À

Comissão Permanente de Licitação

Itapipoca-CE

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº _____

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ endereço _____, receita bruta no valor de R\$ _____, e **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, e alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da TP nº _____.

DATA

Nome e assinatura do representante

RG nº _____

Contabilista devidamente registrado no CRC

Rua Anastácio Braga Nº195 - São Sebastião
CEP: 62508-170 - Itapipoca - CE - Brasil
CNPI: 07.623.077/0001-67 - CGF: 06.920.278-8

(88) 3631-5950
itapipoca@itapipoca.ce.gov.br
www.itapipoca.ce.gov.br

Handwritten signature



ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº _____,

CONTRATO Nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA/CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, E DO OUTRO _____ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Inocêncio Braga, 301 – Centro – Itapipoca- Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.023.590/0001-39, neste ato representado por seu respectivo Ordenador de Despesas o Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o número _____, aqui denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por seu representante legal Sr. _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO Nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato é a _____, conforme ANEXO I do Edital e proposta adjudicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor global da presente avença é de R\$ _____ (_____), a ser pago na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a ordem de serviço expedida pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa,

RS



acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

3.2. Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo.

3.4. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal

3.5 A Contratante se reserva o direito de exigir do Contratado, em qualquer época, a Comprovação de quitação das obrigações fiscais e sociais.

3.6. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.7 Caso a execução do serviço tenha sido realizada conforme o contrato, devidamente atestado no corpo da Nota Fiscal pelo responsável, será devidamente encaminhada à secretaria competente. O pagamento será efetuado após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante.

3.8 O Pagamento será efetuado por meio de transferência eletrônica e mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente;

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações, como condição de sua eficácia.



11.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/1993 e alterações.

11.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos ao CONTRATANTE, até 10 (dez) dias antes da data do término do prazo contratual.

11.4 - Prazo de Execução: 04 (quatro) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

5.1. As partes se obrigam, reciprocamente, a cumprir integralmente as disposições contidas neste termo contratual, no instrumento convocatório e anexos e ainda na Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada,

5.2. A CONTRATADA obriga-se a:

5.2.1 - Na execução dos serviços serão atendidas com as normas e recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como Código de Obras do município;

5.2 - Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

5.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo (a) CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados ao (à) CONTRATANTE, e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na prestação de serviço.

5.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviço, de acordo com os Arts.12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990)

5.5 - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, na prestação de serviço, desde que notificado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pelo ordenador de despesa, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.6 - Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante inerentes ao objeto da presente licitação;

5.7 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das entregas a que está obrigada.



Handwritten signature



5.8 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguro, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no objeto contratual.

5.9 - As obras e os serviços serão executados de acordo com as especificações fornecidas pela Planilha de Orçamentária, execução, em anexo, neste Termo de Referência e demais elementos anexos.

5.10 - A planilha constante no anexo constitui-se em estimativa de quantidades e custo e local aonde deverá ser realizado o serviço.

5.11 - Compete ao CONTRATADO realizar metucioso estudo, verificação e comparação de todos os projetos apresentados, detalhes, especificações e demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pelo CONTRANTE para execução da obra.

5.12 - Quaisquer discrepâncias ou dúvidas com relação às normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis vigentes verificadas, deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, de forma a serem sanados os erros ou omissões que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos.

5.13 - Os projetos apresentados pela CONTRATANTE poderão, caso necessário, sofrer correções e complementações para melhor se adaptarem às situações existentes, não previstas durante a execução dos serviços, sempre com anuência da FISCALIZAÇÃO;

5.14 - Todo o material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de 1ª qualidade, sendo respeitadas as especificações técnicas referentes aos mesmos;

5.15 - De acordo com a legislação o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme limites estabelecidos pela administração que deverão ser estipulados na autorização de fornecimento.

5.16 - O Contratado deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida;

5.17 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para realização do serviço contratado, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;



- 5.18 – Após a execução de todos os serviços descritos acima, deverá ser feita a retirada completa dos aparelhamentos, materiais não utilizados, dentre outros E EFETUADA UMA LIMPEZA GERAL DA OBRA E OS ACABAMENTOS PONTUAIS PARA O RECEBIMENTO DA OBRA;
- 5.19 – Demais itens e orientações, se encontram no Termo de Referência, Edital e demais orientações no Setor de Engenharia e Convênios da Secretaria de InfraEstrutura.

5.20 - EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA:

5.20.1 A empresa CONTRATADA deverá manter uma equipe de técnicos devidamente qualificados, uniformizados e com os EPI's exigidos conforme natureza dos serviços, portadores de crachás de identificação, para atendimento as solicitações da CONTRATANTE.

5.20.2 - Com objetivo de dá suporte técnico operacional aos profissionais da obra, a CONTRATADA deverá constar no quadro de empregados, engenheiro civil, engenheiro eletricista, técnico de nível médio (instalações elétricas e hidráulicas) e encarregado de turma, devidamente reconhecidos pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – CREA, inclusive para cálculos necessários ao bom funcionamento da intervenção.

5.20.3 - No caso do serviço objeto deste Termo de Referência, que necessite de profissional que não esteja relacionado acima para executar as tarefas, a empresa CONTRATADA deverá fornecer de imediato a mão de obra necessária para tal.

5.20.4 - Manter durante todo o CONTRATO assistência técnica administrativa através de engenheiro civil e eletricista, legalmente registrados junto ao CREA, como responsáveis técnicos do CONTRATO e dos serviços executados e em execução.

5.21 - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO:

5.21.1 - A CONTRATADA deverá obedecer fielmente às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

- a) NR 06 - Equipamento de proteção individual
- b) NR 09 – Programa de prevenção de riscos ambientais- PPRA
- c) NR 10 – Segurança em instalações e serviços de eletricidade
- d) NR 11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais
- e) NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos
- f) NR 16 – Atividades e operações perigosas

109

- g) NR 26 – Sinalização de segurança
- h) NR 28 – Fiscalização e penalidades
- i) NR 35 – Segurança no trabalho em altura



5.22. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA CONTRATADA

5.22.1 - A CONTRATADA deverá:

- a) Comportar-se de forma ética e transparente com a sociedade e os entes públicos, estabelecendo metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para geração futuras.
- b) Gerir de forma eficiente o uso dos recursos para realizar os serviços com eficiência, economicidade e eficácia, e reduzir a geração de resíduos.
- c) Adotar soluções que ofereçam segurança e conforto ambiental (ergonomia e acústica aos funcionários aos transeuntes).
- d) Garantir o correto armazenamento e manuseio de materiais e ferramentas necessárias para o atendimento dos prazos acordados, atentando para os aspectos ambientais e de segurança.
- e) Garantir descarte adequado, sem ônus para a CONTRATANTE de insumos que possuam em sua composição química elementos que sejam prejudiciais ao meio ambiente, caso houver, apresentar declaração que o descarte ocorreu de acordo com as normas de preservação ambiental, comprometendo-se a prestar serviços de acordo com a legislação vigente, assim como, respeitar todas as normas que tratam do assunto.

5.23. A CONTRATANTE obriga-se a:

- 5.23.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.23.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 5.23.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;



5.23.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pela Unidade Administrativa emissora da Ordem de Fornecimento, após o protocolo da Fatura pelo(a) CONTRATADO(A).

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta dos recursos oriundos do GOVERNO MUNICIPAL DE ITAIPPOCA/CE, NA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

_____ : _____ ELEMENTO DE DESPESAS:
_____. FONTE(s): _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Ao(s) contratado(s) que descumprirem total ou parcialmente o objeto celebrado com a administração pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da lei Federal nº 8666/93 obedecidos os seguintes critérios:

I) Advertência – Utilizada como comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II) Multa – Será aplicada, observando os seguintes limites máximos:

a) 0,3 % (Três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico financeiro de obras não cumprido;

b) 0,5 % (Cinco décimos por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa de entrega do material solicitado;

c) 10% (Dez por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo definido na lei 8.666-93;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir

RS



a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos e o descredenciamento no cadastro de fornecedores do Município.

V) As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

VI) A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá também serem aplicadas àqueles que:

- a) Retardarem a execução do certame;
- b) Demonstrarem não ter idoneidade para contratar com a Administração Pública e;
- c) Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal;

VII) As sanções administrativas serão registradas no SICAF.

VIII) As penalidades previstas nos itens III e V terão seus efeitos vigentes enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.2 A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos e numerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

8.3 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

8.4 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

RS



CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

9.10. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 – A Publicação resumida do instrumento deste contrato deverá ser feita por afixação em local de costume, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

RS



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. A FISCALIZAÇÃO representará a CONTRATANTE e terá entre outras, as seguintes atribuições:

11.2 - Agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive para rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou imperfeição.

11.3 - Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.

11.4 - Transmitir suas ordens e instruções por escrito, alvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à contratada o direito de solicitar fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.

11.5 - Solicitar que a contratada, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não se esteja cumprido fielmente o presente contrato.

11.6 - Aplicar nos termos contratuais multa (s) à contratada dando-lhe ciência do ato por escrito, e comunicar ao órgão financeiro da contratante para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da contratada.

11.7 - No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza o direito de acesso ao local de execução dos serviços, bem como todos os elementos de informações relacionados com os serviços pela mesma, julgados necessários.

11.8 - A Gestão deste Contrato será exercida pelo(a) servidor(a) devidamente designado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

11.9 - O(A) Responsável por fiscalizar e acompanhar o contrato será o(a) Sr. _____, inscrito no CPF nº _____

12. DA GARANTIA DO CONTRATO

12.1. A Contratada prestará garantia de execução em uma das modalidades previstas no parágrafo primeiro do Art. 56, da Lei nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do preço global, que lhe será devolvida em uma única parcela, quando do recebimento definitivo do objeto da licitação.

12.2. A CONTRATADA apresentará, após a assinatura do contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, apólices de seguro dos serviços (Seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil Geral), em favor da CONTRATANTE, com valor (importância segurada) e prazo de vigência,



não inferiores aos do Contrato.

12.3. A CONTRATADA fica obrigada a manter a validade de Garantia de Seguro de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil Geral até a expedição, pela CONTRATANTE, do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

12.4. Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a CONTRATADA apresentará garantia complementar, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do correspondente Termo Aditivo.

12.5. A garantia prestada visa afiançar o pleno cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações estipuladas neste Contrato:

- a) Ressarcir a CONTRATANTE de quaisquer prejuízos decorrentes de sua rescisão unilateral e injustificada; e
- b) Cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais ou, ainda, cobrir perdas e danos causados à CONTRATANTE.

12.6. Ocorrendo a rescisão unilateral e injustificada do Contrato, nos termos ajustados no item precedente, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada pela CONTRATADA e, após o competente processo administrativo, para apuração dos danos e prejuízos que sofreu, ressarcir-se-á do valor correspondente apurado, inclusive o pertinente a quaisquer multas aplicadas. Caso o valor da garantia prestada seja insuficiente para cobrir os danos, os prejuízos e as multas, a diferença será cobrada judicialmente.

12.7. Ressalvados os casos previstos no subitem precedente deste Contrato, a garantia será liberada até 60 (sessenta) dias após a data da emissão do "Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços", mediante requerimento da CONTRATADA e, desde que, cumpridas todas as obrigações contratuais.

12.8. A garantia, quando prestada em dinheiro, respeitadas as demais condições contratuais, será liberada e acrescida do valor correspondente à remuneração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata tempore, conforme dispõe o §4º, do art.56 da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.9. Quando for oferecida pela CONTRATADA garantia sob a forma de seguro, a execução do mesmo estará vinculada aos atos praticados pela CONTRATADA, que lhe derem causa, cabendo à FISCALIZAÇÃO providenciar a notificação extrajudicial da CONTRATADA para cumprimento



de suas obrigações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. No caso do não comparecimento da CONTRATADA para o adimplemento de suas obrigações, a notificação extrajudicial deverá ser enviada à seguradora juntamente com o pedido de pagamento da apólice.

12.10. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

12.11. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a licitante sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

12.12. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - O foro da Comarca de _____ é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na sede da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

_____-CE, ____ de _____ de 20____

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF Nº _____
2. _____ CPF Nº _____

985



PREFEITURA DE
Itapipoca
Pro frente, pro gente



AVISO DE LICITAÇÃO

Estado do Ceará. Prefeitura Municipal de Itapipoca. Secretaria de Educação Básica. **Tomada de Preços nº 23.06.11/TP.** A CPL da Prefeitura Municipal de Itapipoca comunica aos interessados que, no dia 04 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 10H00MIN, estará abrindo licitação, na modalidade Tomada de Preços, nº 23.06.11/TP, cujo objeto é **REQUALIFICAÇÃO DO PRÉDIO DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO – SEDE URBANA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA.** O Edital completo poderá ser consultado pelo sítio <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Itapipoca/CE, 10 de agosto de 2023. Heloilson Oliveira Barbosa, Secretário Executivo da Secretaria de Educação Básica.

PUBLICAR, PARA CIRCULAR COM DATA DE 11.08.2023, NOS SEGUINTE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO:

- JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARA
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FATURAR PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pindoretama - Aviso de Licitação. O Município de Pindoretama/CE, através da Secretaria de Saúde, por meio da Comissão de Pregão, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o edital de Pregão Eletrônico nº 08.07.01/2023, cujo objeto é o Registro de Preços visando a contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços de confecção de produtos dentários, incluindo material para confecção, junto a Secretaria de Saúde do Município de Pindoretama/CE. Recebimento das propostas: a partir desta publicação até o dia 24/08/2023, às 08h, horário de Brasília, abertura das propostas, no site <https://novobmnet.com.br/>. O início da sessão de disputa de preços: dia 24/08/2023, às 08h30min, horário de Brasília, no site <https://novobmnet.com.br/>. Demais informações no endereço: Rua: Juvenal Gondim, nº 221 - Centro - Pindoretama - Ce. Telefones: (85) 4062-9213, de segunda a sexta-feira, de 08h00min às 14h00min. **Nilcilene Melo de Oliveira - Pregoeira Oficial da Prefeitura de Pindoretama/CE.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Independência - Aviso de Edital. A Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº ST-PE006/23-SRP, cujo objeto é o Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de material de consumo (produtos de limpeza, higiene, utensílios, copa e cozinha, e descartáveis), para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Independência/CE. Início de Acolhimento de Propostas: 11/08/2023; Abertura das Propostas: às 07h30min do dia 24/08/2023; Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h00min do dia 24/08/2023. A íntegra do Edital poderá ser adquirida na CPL, localizada na Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro, no horário de atendimento ao público de 07:30 às 11:30 / 13:30 às 17:30 horas de segunda a sexta-feira, ou em meio eletrônico: BLL Compras (www.bllcompras.com), Portal de Licitações dos Municípios do TCE/CE (<https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>), e no site do Município (www.independencia.ce.gov.br). Maiores informações: (licitacao@independencia.ce.gov). **Independência/CE, 10/08/2023. Maria Dvanira Canuto Bezerra - Pregoeira.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tejuçuoca - Resultado de Propostas - Tomada de Preços Nº 2023.03.10.01 - TP - FME. O Município de Tejuçuoca por meio da Comissão Permanente de Licitações torna público aos interessados o resultado do julgamento da Fase de Propostas, da licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 2023.03.10.01 - TP - FME do tipo Menor Preço Global por Lote, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para reforma da Escola (EEIF Sagrada Família) na Localidade de Umari, do Município de Tejuçuoca/Ce a empresa Império Locação e Serviços LTDA - CNPJ: 40.120.308/0001-95, com valor global de R\$ 697.079,86 (seiscentos e noventa e sete mil e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos). A Comissão divulgou o resultado da Proposta de Preços e com amparo no art. 109, inciso I, alínea "b" e abriu o prazo recursal. Maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Mamede Rodrigues Teixeira, 489 - Centro, Estado do Ceará, pelo telefone (85) 99299-2315 e no site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes. **Tejuçuoca-CE, 10 de agosto de 2023. José Marcos Pinho Brito - Presidente da CPL.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cascavel - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2023.08.08.001. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cascavel torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 2023.08.08.001, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a contratação de empresa para reforma e ampliação da E.E.F.T. I Ministro Armando Falcão com Quadra Poliesportiva do Município de Cascavel-CE. A Sessão será realizada no dia 28 de agosto de 2023 às 10h00min, na Sala da Comissão situada a Av. Chanceler Edson Queiroz, nº 2650 - Rio Novo - Cascavel - Ceará. A documentação do Edital na íntegra poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, no horário de 08h00min às 12h00min e no seguinte site virtual: www.tce.ce.gov.br/licitacoes. Maiores informações no endereço citado ou pelo Fone: (85) 3334.2840. **Sara Wânia de Menezes Pedrosa - Presidente da CPL.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milhã - Aviso de Decisão de Recurso Administrativo - Concorrência Pública nº 3005.01/23-CP. O Município de Milhã, através da Comissão Permanente de Licitação (CPL), torna público a decisão de recurso administrativo modificando a Análise e Julgamento da Documentação de Habilitação da Licitação acima referenciada que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução das obras de melhorias na urbanização através de pavimentação na Zona Urbana da Cidade de Milhã/Ce. Após a análise e decisão do Recurso Administrativo apresentado pela empresa FF Empreendimentos e Serviços LTDA, e pelo princípio da Autotutela esta comissão resolve que a empresa FF Empreendimentos e Serviços LTDA Retornou à condição de Habilitada para as fases seguintes do processo licitatório. Os autos do processo se encontram com vistas franqueada aos interessados, a partir da publicação desta Ata. **Gabriela Oliveira Braz - Presidente da CPL.**

Estado do Ceará - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 2023.07.20. Objeto: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos permanentes para atender as necessidades das unidades gerenciadas pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - CPSMC, conforme especificações detalhadas constantes no Termo de Referência. Data e horário de Recebimento das propostas: 00:00 h do dia 14/08/2023 (horário de Brasília) até as 23:59 h do dia 29/08/2023 (horário de Brasília). Abertura das Propostas de Preços: 08:00h do dia 30/08/2023 (horário de Brasília). Data e site da sessão: 10:00 h do dia 30/08/2023 (horário de Brasília). www.bllcompras.org.br. O Edital poderá ser adquirido no mesmo endereço ou através do Portal das Licitações no site <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> ou <https://cpsmcrato.ce.gov.br/>. **Crato/CE, 09/08/2023. Cícero Leosmar Parente Gomes - Pregoeiro.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milhã - Aviso de Convocação de Sessão de Abertura da Proposta de Preço - Tomada de Preços Nº 1505.01/23-TP. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Milhã, situada na Av. Pedro José de Oliveira, 406, Centro, Milhã-CE, torna público para conhecimento de todos os representantes legais das empresas para sessão a ser realizada no dia 14 de Agosto de 2023, às 09:00 horas na sala da Comissão de Licitação para dar continuidade ao julgamento da licitação Tomada de Preços nº 1505.01/23-TP, objetivando a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para adequação de estradas vicinais no Município de Milhã-Ce, com a abertura dos envelopes de proposta de preços das empresas habilitadas e devolução dos envelopes das empresas inabilitadas.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 23.06.11/TP - Secretaria de Educação Básica. A CPL da Prefeitura Municipal de Itapipoca comunica aos interessados que, no dia 04 de Setembro de 2023, às 10h, estará abrindo Licitação, na Modalidade Tomada de Preços, Nº 23.06.11/TP, cujo Objeto é a **Requalificação do prédio da EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo - Sede Urbana, através da Secretaria de Educação Básica do Município de Itapipoca.** O Edital completo poderá ser consultado pelo Site: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. **Itapipoca-CE, 10 de Agosto de 2023. Heloilson Oliveira Barbosa - Secretário Executivo da Secretaria de Educação Básica.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 23.06.10/TP - Secretaria de Educação Básica. A CPL da Prefeitura Municipal de Itapipoca comunica aos interessados que, no dia 30 de Agosto de 2023, às 10h, estará abrindo Licitação, na Modalidade Tomada de Preços Nº 23.06.10/TP, cujo Objeto é **Requalificação e ampliação do prédio da CEI-Ladeira para uso da Educação Infantil - Sede Urbana - através da Secretaria de Educação Básica do Município de Itapipoca-CE.** O Edital completo poderá ser consultado pelo Site: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. **Itapipoca-CE, 10 de Agosto de 2023. Heloilson Oliveira Barbosa - Secretário Executivo da Secretaria de Educação Básica.**

Prefeitura Municipal de Quixeramobim - O Secretário de Desen. Urbano e Infraestrutura faz saber a todos, o presente termo de retificação ao edital de licitação do Processo Licitatório Nº 0007250123-CPRP, cujo objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia consultiva, assessoramento e elaboração, de acordo com a demanda, de projetos de arquitetura e engenharia, para atender as



ECONOMIA



RUBENS FROTA

ECONOMIA

Rotativo: BC propõe extinção

A solução para o problema dos juros elevados e da inadimplência do cartão de crédito no Brasil deve passar pela extinção do rotativo, declarou o presidente do BC, Roberto Campos Neto. Em audiência pública no Senado, ele afirmou que, com esse desmbr em elaboração, as faturas não pagas ficam dentro para o sistema de crédito parcelado do cartão, com taxa mensal de juros que ficará próxima a 9%. A taxa de 9% ao mês corresponde a 181% ao ano. Hoje, os juros do rotativo estão em 27% ao ano, enquanto o parcelado do cartão está em 198% ao ano. Os bancos, incluindo Bradesco, Itaú Unibanco e BB, argumentam que os clientes não chegam a ficar um ano no rotativo pela própria legislação que obriga as instituições financeiras a oferecerem outras linhas de crédito para os clientes.

Segundo Campos Neto, a medida ainda deve prever a criação de uma tarifa para desincentivar parcelamentos sem juros com cartão de crédito. Na palavra dele, "não é proibido o parcelamento sem juros, mas tentar fazer com que ele fique um pouco mais disciplinado, fazer de uma forma bem faseada para não afetar o consumidor", afirmou, destacando que os cartões de crédito representam 40% do consumo no País. Na apresentação, o presidente do BC disse que cartões de crédito são um "grande problema" no Brasil, após uma explosão nas emissões nos últimos anos. A taxa de inadimplência no rotativo do cartão está atualmente em cerca de 49%. De acordo com Campos Neto, a patamar não tem paralelo no mundo.

Banco Central estuda forma para reduzir juros de cartões de crédito

A ideia é abolir o modelo rotativo e parcelar de forma automática as faturas não pagas na totalidade, com taxas de juros em torno de 9%

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, anunciou nesta quinta-feira (10/08) a intenção de promover uma transformação significativa no cenário dos cartões de crédito. A proposta em análise tem como alvo a extinção do sistema "rotativo", e as taxas de juros anuais esbarantadas. De acordo com esse novo enfoque, os clientes que não liquidarem o saldo total da fatura seriam automaticamente encaminhados para um esquema de parcelamento, no qual as taxas de juros ficariam em torno de 9%.

Essa renovação, atualmente sob avaliação para possível inclusão na Medida Provisória que originou o programa Deregula, também incorpora a introdução de uma tarifa visando desencorajar parcelamentos extensos sem a liquidação de juros.

"Estamos avançando rumo a uma solução que não condicione mais os consumidores ao sistema rotativo, mas sem desincentivar o parcelamento. A ideia consiste em eliminar completamente o modelo rotativo e encaminhar de forma automática aqueles que não pagarem o valor total da fatura para um regime de parcelamento com taxas de juros em torno de 9%. Estamos considerando a implementação de uma tarifa que desuadiria esse tipo



O uso de cartões de crédito representa 40% de consumo no Brasil, ressaltou Campos Neto

de parcelamento prolongado sem a aplicação de juros. A nova intenção não é proibir os parcelamentos sem juros, mas sim estabelecer um contexto disciplinado que não impacte adversamente os padrões de consumo. O uso de cartões de crédito representa 40% do consumo no Brasil", ressaltou Campos Neto durante sua apresentação no Senado.

Além disso, o presidente do BC também trouxe à discussão o tema dos par-

celamentos sem juros, que, apesar de benéficos para os consumidores, têm demandado um aumento substancial na quantidade de prestações. Atualmente, a média está em torno de 13 prestações, semelhante a um financiamento de longo prazo sem juros. Campos Neto abordou a disparidade entre aqueles que optam pelo parcelamento e os que, de fato, enfrentam o risco de não pagamento, isso tem resultado em uma taxa de inadimplência alarmante

de 52% no sistema rotativo, uma situação sem paralelo no panorama internacional dos cartões de crédito.

O presidente do BC mencionou ainda outra opção em estudo, que seria a limitação das taxas de juros dos cartões de crédito no Brasil. No entanto, ele expressou preocupações de que tal medida poderia levar os bancos a restringir a disponibilidade de cartões para indivíduos considerados de alto risco de crédito.

Consignado

A Câmara aprovou proposta de multa para bancos que realizarem empréstimos consignados sem autorização do beneficiário do TNSD. O texto, que segue para o Senado, quer evitar que aposentados ou servidores tenham valores em autorização, grandes encargos. A regra valerá também para financiamento, cartão de crédito, cartão consignado de benefício ou arrendamento mercantil. A proposta prevê que aposentado ou servidor terá 60 dias, a partir do recebimento dos valores, para pedir a devolução.

Confiança sobe

A confiança da indústria avançou 2,1 pontos, de 31,3 para 33,2 pontos. O aumento, conforme o CNI, mostra que o indicador começa a se afastar da linha de estagnação de 30 pontos que sepece confiança de falta de confiança. O levantamento ouviu 1.373 empresários, incluindo 535 de empresas de pequeno porte, 508 de médio porte e 310 de grande porte, entre 1º e 7º de agosto de 2023. A consulta aos empresários, portanto, foi feita após o Cnipoj reduzido, em 0,3%, a Selic, que agora está em 13,35%.

Mesmo perigoso, cartão é o mais querido

Os brasileiros usaram cartões para pagar R\$ 1,7 trilhão em compras no primeiro semestre, salto de 8% frente aos seis primeiros meses do ano passado, segundo a Abecv. Diante da desaceleração do comércio e serviços, a entidade revisou a previsão ao crescimento das compras com cartões neste ano, de 3% a 1%, abafado do avanço entre 14% e 18% do produtivo anterior (fevereiro). Se confirmado, algo entre R\$ 3,61 trilhões e R\$ 3,87 trilhões terá passado por cartões de pagamento em 2023.

Serviços caem

Em junho de 2023, o volume dos serviços no Ceará declinou 3,2% frente a maio, na série com ajuste sazonal, após ter reduzido 0,4% em maio. Na série sem ajuste sazonal, sobre junho de 2022, o setor variou negativamente 0,1%, sua 2ª taxa negativa consecutiva neste ano. O acumulado do ano foi de 2,6%, frente a igual período de 2022. O acumulado nos últimos 12 meses, passou de 4,3% em maio para 3,4% em junho de 2023, seu menor resultado desde agosto de 2021 (2,5%).

Turismo também

Seguindo os serviços, em junho de 2023, as atividades turísticas no Ceará caíram 2,4%, sobre maio. Na comparação com junho de 2022, o turismo decaiu 8,3%. Entre janeiro e junho de 2023, no entanto, houve expansão de 5,5% frente a igual período de 2022, impulsionado, sobretudo, pelos aumentos de receita das empresas do ramo de locação de automóveis; restaurantes; hotéis; agências de viagens; serviços de taxi; e transporte rodoviário coletivo de passageiros.

Dívidas: Mutirão de renegociação termina hoje

Brasileiros com contas atrasadas, de quaisquer naturezas ou valor e independentemente da renda, têm até hoje para recuperar e deixar de dever do consumidor e municípios a fim de negociar suas dívidas. Considerando pela Senacem, o Instituto de Renegociação, o mutirão nacional começou em 24 de julho e tem como objetivo auxiliar cidadãos em dificuldades financeiras antes que as dívidas superem suas capacidades de pagamento.

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotarubens@gmail.com

Exportações do agronegócio batem recorde com US\$ 14,4 bilhões em julho

As exportações brasileiras de produtos do agronegócio registraram valor recorde de US\$ 14,4 bilhões em julho, avanço de 1,2% se comparado com o mesmo mês do ano passado. O dado foi divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais da pasta, o aumento do volume exportado foi responsável pelo incremento do desempenho da balança comercial, sobretudo, pela complexa soja, carnes de frango e suína, e café e algodão. No geral, os preços médios de exportação dos produtos recuaram.

Além disso, no total da balança comercial, a par-

ticipação das exportações do agronegócio de julho foi de quase 50%. Países como China, Argentina, Arábia Saudita e México são alguns dos países em que as exportações do agro tiveram aumento absoluto das exportações (US\$ 100 milhões).

Destaques

A soja é o principal setor exportador do agro, representando 42,2% do valor total exportado (US\$ 6,09 bilhões). O valor embarcado de soja em grãos só recorde para os meses de julho, com US\$ 4,77 bilhões. O volume embarcado expandiu 29,3%, chegando próximo a 9,7 milhões de toneladas. Já as exportações de carnes foram

de US\$ 1,99 bilhão (-15,7%), com expansão de 3,8% no volume embarcado e queda de 18,6% no preço médio de exportação das carnes.

Entretanto, a carne suína foi a única com expansão de volume (+7,3%) e preço (+3,7%), com US\$ 245,55 milhões em vendas externas (+11,3%). O maior importador de carne suína brasileira é a China, com participação de 37,8%. As Filipinas, com registro de ocorrência de Peste Suína Africana nas regiões produtoras, foi o segundo maior importador, com US\$ 27,02 milhões adquiridos (+29,0%). Três mercados importaram mais de US\$ 15 milhões: Vietnã (US\$ 16,41 milhões;

+71,9%); Chile (US\$ 15,66 milhões; +107,5%); e Hong Kong (US\$ 15,46 milhões; +15,3%).

O frango, por sua vez, registrou movimento de US\$ 845,59 milhões (-3,3%), com incremento do volume exportado em 7,8%. A China é a principal importadora de carne de frango em natura brasileira, com aquisições de US\$ 124,44 milhões (+16,9%). Outros importadores foram os Emirados Árabes Unidos (US\$ 98,58 milhões; +16,2%); Japão (US\$ 87,83 milhões; +4,6%); Arábia Saudita (US\$ 78,19 milhões; -22,9%); União Europeia (US\$ 37,07 milhões; -8,8%); e Coreia do Sul (US\$ 33,08 milhões; -23,1%).

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 022/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, manutenção, pintura, manutenção e instalação em obras de administração direta e indireta do Poder Executivo, de licitação do tipo menor preço. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O prazo para apresentação das propostas é até às 17h de 21 de agosto de 2023. O Edital encontra-se no endereço: Rua da Assembleia, nº 10, Centro, Fortaleza, Ceará. Mais informações, consulte o Edital em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 023/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, manutenção, pintura, manutenção e instalação em obras de administração direta e indireta do Poder Executivo, de licitação do tipo menor preço. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O prazo para apresentação das propostas é até às 17h de 22 de agosto de 2023. O Edital encontra-se no endereço: Rua da Assembleia, nº 10, Centro, Fortaleza, Ceará. Mais informações, consulte o Edital em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 024/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, manutenção, pintura, manutenção e instalação em obras de administração direta e indireta do Poder Executivo, de licitação do tipo menor preço. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O prazo para apresentação das propostas é até às 17h de 23 de agosto de 2023. O Edital encontra-se no endereço: Rua da Assembleia, nº 10, Centro, Fortaleza, Ceará. Mais informações, consulte o Edital em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 025/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, manutenção, pintura, manutenção e instalação em obras de administração direta e indireta do Poder Executivo, de licitação do tipo menor preço. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O prazo para apresentação das propostas é até às 17h de 24 de agosto de 2023. O Edital encontra-se no endereço: Rua da Assembleia, nº 10, Centro, Fortaleza, Ceará. Mais informações, consulte o Edital em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br. O processo de licitação está disponível em: www.comprasnet.gov.br e www.portalcomprasnet.gov.br.

PUBLICIDADE LEGAL
JORNAL O ESTADO: (85) 3033-7519



Serviços LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 23.255.717/0001-54 com o valor global de R\$ 472.767,35 (quatrocentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos).
Data da Adjudicação e homologação: 09 de agosto de 2023. Prefeitura Municipal de Itaipicoca - CE.

Itaipicoca - CE, 9 de agosto de 2023.
MARCOS THIAGO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA
AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.12.002 TP

O Presidente da Comissão de Licitação - CPL da Prefeitura Municipal de Itaitinga - CE, torna público o julgamento de recurso, dando improvidamento, mantendo-se a decisão original pela inabilitação da recorrente Seg-Norte Construções e Serviços EIRELI, e mantendo a decisão de habilitação da licitante Vivace Construções Empreendimentos EIRELI nos autos do processo em epígrafe, dando provimento parcial ao recurso administrativo proposto, mantendo a inabilitação da licitante Nascente Construções LTDA e ratificando os motivos de sua inabilitação do referido certame. Paralelo ao Edital da Tomada de Preços de nº 2023.12.002 TP, cujo objeto é a contratação de empresa para obra de reforma e ampliação da Creche Recanto do Saber no Município de Itaitinga/CE.

Assim, torna público o prosseguimento com a abertura da Proposta de Preços para o próximo dia 16 de Agosto de 2023 às 9h/00min. Rua Manoel de Sousa, 215 Loja 2 - Centro - Itaitinga - Ceará.

Itaitinga-CE, 10 de Agosto de 2023
FRANCISCO ARNALDO BRASILEIRO
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA
RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 18.05/2023-CP

Julgamento de Habilitação:
A Comissão Especial de Licitação da Prefeitura do Município de Itaipococa-CE torna público, para conhecimento dos interessados o Resultado do Julgamento de Habilitação referente à Concorrência Pública Internacional Nº 018.05/2023-CP, com o seguinte OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração dos Planos Ambientais e Técnicos do Município de Itaipococa/PRODESA. Empresas HABILITADAS: 01- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL- CEDERPAM EIRELI CNPJ 04.255.307/0001-94; 02- NIPPON KOKI LAC DO BRASIL LTDA, CNPJ: 08.871.349/0001-00; 03- MYR PROJETOS ESTRATÉGICOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 05.945.444/0001-13; 04- QUANTA CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 05.314.789/0001-79; Empresas INABILITADAS: 01- URBIS CONSULTORES S/S LTDA, CNPJ 06.068.157/0001-50; 02- DEMÉTER ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.695.543/0001-24; 03- GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERAIS E AMBIENTAIS LTDA-EPP, CNPJ: 05.201.360/0001-75; 04- TERRA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS DE MEIO AMBIENTE LTDA, CNPJ 45.698.823/0001-18. Fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos ao resultado, nos moldes do art. 109 Inciso I alínea "a" da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Maiores informações na sede da Comissão Especial de Licitação, com endereço: Rua Antônio Oliveira Menezes, por trás do Caméldromo, S/Nº, Centro, Itaipococa/CE, no horário de 08h às 12h e das 14 às 17h de segunda a sexta-feira e nos Endereços Eletrônicos: Site do www.tce.ce.gov.br/licitacoes e <https://itapococa.ce.gov.br>.

Itaipococa-CE, 10 de agosto de 2023.
CLEIDIANA PEREIRA DE ARAÚJO
Presidente da CEI.

RESULTADO DO JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 10.03/2023-TP

Julgamento das Propostas Comerciais.
A Comissão Especial de Licitação da Prefeitura do Município de Itaipococa-CE torna público, para conhecimento dos interessados o Resultado do Julgamento das Propostas Comerciais, referente à Tomada de Preços Nº 010.03/2023-TP, com o seguinte OBJETO: Contratação de consultoria especializada para realização de auditoria externa nas ações financiadas pela CAF no âmbito do Programa de infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Itaipococa/CE.
Segue o nome das empresas participantes e respectivas notas de Pontuação Final: 01 - SÁ LEITÃO AUDITORES S S, CNPJ Nº 35.330.125/0001-64, com pontuação final 97,00; 02- AUDIPLAC AUDITORIA E ASSESSORIA CONTABIL S/S, CNPJ Nº 41.396.355/0001-07, com pontuação final 95,06; 03- CONTROLLEE AUDITOMIA E ASSESSORIA CONTABIL, CNPJ 23.562.663/0001-03, sem pontuação final 93,06; 04- RUSSELL BEFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, CNPJ Nº 13.098.174/0001-80, com pontuação final 82,83.

Desta forma fica Classificada em Primeiro lugar a Empresa: SÁ LEITÃO AUDITORES S S, CNPJ Nº 35.330.125/0001-64, com VALOR R\$ 497.633,48.
Fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos ao resultado, nos moldes do art. 109 Inciso I alínea "a" da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Maiores informações na sede da Comissão Especial de Licitação, com endereço: Rua Antônio Oliveira Menezes, por trás do Caméldromo, S/Nº, Centro, Itaipococa/CE, no horário de 08h às 12h e das 14h às 17h de segunda a sexta-feira e nos Endereços Eletrônicos: Site do www.tce.ce.gov.br/licitacoes e <https://itapococa.ce.gov.br>.

Itaipococa-CE, 10 de agosto de 2023.
CLEIDIANA PEREIRA DE ARAÚJO
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 23.06.10/TP

A CPL da Prefeitura Municipal de Itaipococa comunica aos interessados que, no dia 30 de Agosto de 2023, às 10h, estará abrindo Licitação, na Modalidade Tomada de Preços Nº 23.06.10/TP, cujo Objeto é a Requalificação e ampliação do prédio da CEI-Ladeira para uso da Educação Infantil - Sede Urbana - através da Secretaria de Educação Básica do Município de Itaipococa-CE.
O Edital completo poderá ser consultado pelo site: <http://licitacoes.tce.ce.gov.br>.

Itaipococa-CE, 10 de Agosto de 2023.
HELOÍLSON OLIVEIRA BARBOSA
Secretário Executivo

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 23.06.11/TP

A CPL da Prefeitura Municipal de Itaipococa comunica aos interessados que, no dia 04 de Setembro de 2023, às 10h, estará abrindo Licitação, na Modalidade Tomada de Preços Nº 23.06.11/TP, cujo Objeto é a Requalificação do prédio da EEB Maria Dalva

Barbosa de Azevedo - Sede Urbana, através da Secretaria de Educação Básica do Município de Itaipococa.
O Edital completo poderá ser consultado pelo Site: <http://licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

Itaipococa-CE, 10 de agosto de 2023.
HELOÍLSON OLIVEIRA BARBOSA
Secretário Executivo

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 23.06.12/TP

A CPL da Prefeitura Municipal de Itaipococa comunica aos interessados que, no dia 05 de Setembro de 2023, às 10h, estará abrindo Licitação, na Modalidade Tomada de Preços Nº 23.06.12/TP, cujo Objeto é a Requalificação do Prédio Escolar - EEB José Luis de Albuquerque - Sede Urbana, através da Secretaria de Educação Básica do Município de Itaipococa.
O Edital completo poderá ser consultado pelo Site: <http://licitacoes.tce.ce.gov.br>.

Itaipococa-CE, 10 de agosto de 2023.
HELOÍLSON OLIVEIRA BARBOSA
Secretário Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÙNA

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8.02.01-2023

Pelo presente aviso e em cumprimento às Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Federal 10.024/2019 e 7.892/2013, o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Itapiúna comunica aos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 08.02.01-2023 para a Aquisição Complementar de Material para a Estruturação da Rede de Serviços Assistenciais, de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Itapiúna/CE. Edital: 10/08/2023. Entrega das propostas: 11/08/2023 a partir das 18:00h, no site www.novobmmnet.com.br.
Abertura das propostas: 24/08/2023 às 09h:31min (horário de Brasília) no site www.novobmmnet.com.br.
Informações gerais: O Edital poderá ser obtido através do site referido acima e no licitacoes.tce.ce.gov.br.
Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acesso ao site www.novobmmnet.com.br, para verificação de informações e alterações supervenientes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8.02.02-2023

Pelo presente aviso e em cumprimento às Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Federal 10.024/2019 e 7.892/2013, o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Itapiúna comunica aos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 08.02.02-2023 para a Aquisição Complementar de Material para a Estruturação da Rede de Serviços Assistenciais, de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Itapiúna/CE. Edital: 10/08/2023. Entrega das propostas: 11/08/2023 a partir das 18:00h, no site www.novobmmnet.com.br.
Abertura das propostas: 24/08/2023 às 13h:31min (horário de Brasília) no site www.novobmmnet.com.br.
Informações gerais: O Edital poderá ser obtido através do site referido acima e no licitacoes.tce.ce.gov.br.
Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acesso ao site www.novobmmnet.com.br, para verificação de informações e alterações supervenientes.

Itapiúna/CE, 10 de agosto de 2023
MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA MONROE
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.1107-001/PMLN
Repetição

O Município de Limoeiro do Norte, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que tendo em vista que não houve interessados para o Pregão Eletrônico nº 2023.1107-001/PMLN, ocorrido no dia 09/08/2023, às 10h:00min, ficou declarado deserto.

Sendo assim, será realizado a republicação do procedimento licitatório para Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de combustíveis, destinados a atender às necessidades e demandas das diversas Secretarias de Limoeiro do Norte/CE, a partir da data 14 de agosto de 2023, às 09:00min, horário de Brasília, está aberto o prazo para cadastramento de proposta no site: www.portaledcompraspublicas.com.br, prazo de encerramento para cadastro de proposta: 28/08/2023, às 09h:00min.
Início da Sessão de Diáputa: 28/08/2023, às 10h:00min, maiores informações procurar na sala de reuniões da Comissão, Rua Cel. Antônio Joaquim nº 2121, Centro - Limoeiro do Norte - Ceará, nos horários de 08h:00min às 13h:00min, em dias úteis, ou através do site: TCE - Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Limoeiro do Norte/CE, 10 de agosto de 2023
PAULO VICTOR FARIAS PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato Nº 0810.23.08.08.01, referente à Tomada de Preços Nº 08.001/2023-TP. Partes/signatários: Prefeitura Municipal de Maracanaú-Ceará, através da Secretaria de Educação e a empresa Dimensional Locações e Serviços EIRELI-ME, cujo objeto é a construção de refeitório, cozinha na EMEIF José Mário Barbosa em Maracanaú/CE. Prazo de Vigência do Contrato: 12 (doze) meses. Valor Global de R\$ 614.421,46 (seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos). Data do contrato: 08 de agosto de 2023.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços - Pregão Eletrônico Nº 10.015/2023; Ata de Registro de Preços Nº 10.015/2023; Partes: Município de Maracanaú, através da Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano e as empresas Prohabstatal Comércio Holanda LTDA, CNPJ Nº 09.485.574/0001-71, Marinho Soares Comércio e Serviços LTDA, CNPJ Nº 08.458.279/0001-63, Raimundo Marcelo da Silva Girão - ME, CNPJ Nº 63.292.833/0001-93 e Comercial R. O. de Oliveira LTDA, CNPJ Nº 40.498.101/0001-59; Objeto: Registro de preços visando a aquisição de equipamentos de escritório para fortalecimento das unidades operativas de transportes, no âmbito do programa de transporte e logística urbana de Maracanaú, de Interesse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano do Município de Maracanaú, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante dos Anexos do Edital; Prazo: 12 (doze) meses; Data da Assinatura: 10 de agosto de 2023; Signatários: Raimundo Coêlho Bezerra de Farias Filho, Marcelo Rocha Pontes, Daniel Melo Sales, Leandro José Vieira Soares e Raimundo Marcelo da Silva Girão.

